

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
---------------------	---

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	2
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	5

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	6
3.2 - Medições não contábeis	7
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	8
3.4 - Política destinação de resultados	9
3.5 - Distribuição de dividendos	
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	12
3.7 - Nível de endividamento	13
3.8 - Obrigações	14
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	15

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	18
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	25
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	26
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	33
4.5 - Processos sigilosos relevantes	34
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	35
4.7 - Outras contingências relevantes	37
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	38

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	39
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	42
5.3 - Descrição - Controles Internos	43
5.4 - Alterações significativas	44

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	45
---	----

Índice

6.3 - Breve histórico	46
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	48
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	49
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	50
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	55
7.3 - Produção/comercialização/mercados	56
7.4 - Principais clientes	57
7.5 - Efeitos da regulação estatal	58
7.6 - Receitas relevantes no exterior	59
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	60
7.8 - Políticas socioambientais	61
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	62
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	67
8.2 - Alterações na condução de negócios	75
8.3 - Contratos relevantes	76
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	77
9. Ativos relevantes	
9.1.a - Ativos imobilizados	78
9.1.b - Ativos Intangíveis	79
9.1.c - Participação em sociedades	
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	81
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	82
10.2 - Resultado operacional e financeiro	125
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	126
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	127
10.5 - Políticas contábeis críticas	132
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	133
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	134
10.8 - Plano de Negócios	135

Índice

10.9 - Outros fatores com influência relevante	136
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	137
11.2 - Acompanhamento das projeções	141
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	143
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias	157
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	158
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	159
12.7/8 - Composição dos comitês	180
12.9 - Relações familiares	
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	188
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	189
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	193
13.2 - Remuneração total por órgão	195
13.3 - Remuneração variável	198
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	199
13.5 - Remuneração baseada em ações	201
13.6 - Opções em aberto	202
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	203
13.8 - Precificação das ações/opções	204
13.9 - Participações detidas por órgão	205
13.10 - Planos de previdência	206
13.11 - Remuneração máx, mín e média	
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	208
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	209
13.14 - Remuneração - outras funções	210
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	211
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	212

Índice

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	213
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	214
14.3 - Política remuneração dos empregados	215
14.4 - Relações emissor / sindicatos	216

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 2 - Posição acionária	217
15.3 - Distribuição de capital	220
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	221
15.5 - Acordo de Acionistas	222
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	223
15.7 - Principais operações societárias	224

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	225
16.2 - Transações com partes relacionadas	226
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	232

17. Capital social

17.1 - Informações - Capital social	234
17.2 - Aumentos do capital social	
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	
17.4 - Redução do capital social	
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	238

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	240
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	241
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	243
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	250
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	
18.8 - Títulos emitidos no exterior	
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	253

Índice

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	254
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	258
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	259
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	260
21.3 - Responsáveis pela política	263
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	264

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário **Djalma Bastos de Moraes**

Cargo do responsável Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário **Luiz Fernando Rolla**

Cargo do responsável Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes

CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	02/07/2007 a 30/07/2012
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes foram contratados para: (i) auditoria das demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009; (ii) auditoria das informações trimestrais de 31 de março de 2011, 2010 e 2009, 30 de junho de 2011, 2010 e 2009 e 30 de setembro de 2011, 2010 e 2009; (iii) diagnóstico dos controles internos da Companhia de acordo com as exigências da Lei Sarbanes-Oxley; (iv) parcela 1/2 dos procedimentos pré acordados na CVA; (v) parcela 2/2 dos procedimentos pré acordados na CVA; (vi) procedimentos previamente acordados na CVA – IF; (vii) elaboração de relatório atestando a avaliação dos controles internos da Companhia de acordo com as exigências da Lei Sarbanes-Oxley; (viii) revisão das declarações de rendimentos anuais e trimestrais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 e aos trimestres encerrados em 31 de março de 2011, 2010 e 2009, 30 de junho de 2011, 2010 e 2009 e 30 de setembro de 2011, 2010 e 2009; (ix) revisão das provisões do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro referentes aos trimestres encerrados em 31 de março de 2011, 2010 e 2009, 30 de junho de 2011, 2010 e 2009 e 30 de setembro de 2011, 2010 e 2009; (x) tradução de relatórios; (xi) treinamento DIPJ; (xii) relatório técnico financeiro do Estado/BID – Projeto PRONOROESTE; e (xiii) análise de valor de P&D referentes a 2008 e 2009 (PROJETOS 803,804 e 805 conforme despacho da ANEEL 512/2011).
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Pelos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, os auditores independentes receberam a remuneração total de R\$674.004,10, segregada entre: (i) R\$ 157.908,88 relativos à auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011; (ii) R\$54.285,81 relativos à revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2011; (iii) R\$15.833,53 relativos ao diagnóstico dos controles internos da Companhia de acordo com as exigências da Lei Sarbanes-Oxley; (iv) R\$79.330,00 relativos à parcela 1/2 dos procedimentos pré acordados na CVA; (v) R\$79.330,00 relativos à parcela 2/2 dos procedimentos pré acordados na CVA; (vi) R\$143.653,41 relativos a procedimentos previamente acordados na CVA – IF; (vii) R\$70.946,38 relativos à elaboração de relatório atestando a avaliação dos controles internos da Companhia de acordo com as exigências da Lei Sarbanes-Oxley; (viii) R\$21.872,29 relativos à revisão das declarações de rendimento anuais e trimestrais e consolidadas de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2011; (ix) R\$19.155,12 relativos à revisão das provisões do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro referentes aos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2011; (x) R\$2.898,76 relativos à tradução de relatórios; (xi) R\$380,00 relativos a treinamento DIPJ; (xii) R\$16.000,00 relativos ao relatório técnico financeiro do Estado/BID – Projeto PRONOROESTE; e (xiii) R\$12.409,92 relativos a análise de valor de P&D referentes a 2008 e 2009 (PROJETOS 803,804 e 805 conforme despacho da ANEEL 512/2011). Os auditores não receberam remuneração além da descrita acima, uma vez que não prestaram qualquer outro tipo de serviço, além dos descritos no item 2.1 (d) acima (Descrição do Serviço Contratado).
Justificativa da substituição	As Informações Trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2007 foram revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sendo que a partir dessa data foi substituída pela KPMG-Auditores Independentes, que realizou os serviços de auditoria independente nos demais períodos de 2007 e nos exercícios de 2008 e 2009. A Companhia, em atendimento à Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, que em seu artigo 31 obriga a rotatividade dos auditores independentes por prazo não superior a cinco anos consecutivos, substituiu a Deloitte Touche Tohmatsu pela KPMG Auditores Independentes, pelo fato daquela ter atingido o prazo máximo legal.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marco Túlio Fernandes Ferreira	02/07/2007 a 30/07/2012	499.953.166-68	rua Paraíba, 1122, 13 ANDAR, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-918, Telefone (031) 21285700, Fax (031) 21285702, e-mail: mtferreira@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	01/08/2012
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes foram contratados para: (i) auditoria das demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013, 2014; (ii) revisão especial das Informações trimestrais a partir de 30 de junho de 2012 até 31 de março de 2015, (iii) asseguração de controles – seção 404 SOX (como suporte ao relatório da controladora CEMIG); (iv) auditoria da conta de Compensação da Parcela A (CVA); (v) relatório Circunstanciado – PAC; (vi) revisão de procedimentos para apuração de impostos e contribuições; (vii) Assessoria tributária contínua; (viii) Demandas adicionais, referentes a relatórios de asseguração relacionados a projetos específicos ou novas regulamentações eventualmente expedidas, conforme usualmente exigidas por órgãos fiscalizadores, tais como a ANEEL e CVM.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Honorários para 36 meses Auditoria das demonstrações financeiras anuais- CPC/IRFS..... 288.552; Auditoria das demonstrações financeiras regulatórias..... 61.807; Revisão especial das Informações trimestrais.....156.528; Asseguração de controles – seção 404 SOX.....359.502; Relatório Circunstanciado – PAC.....40.961; Revisão de procedimentos para apuração de impostos e contribuições.....38.766; Assessoria tributária contínua.....60.953; Demandas adicionais.....121.907; Total1.128.976.
Justificativa da substituição	As Informações Trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2012 foram revisadas pela KPMG Auditores Independentes, sendo que a partir dessa data foi substituída pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, que executará os serviços de revisão e auditoria independente nos demais períodos de 2012, com previsão, conforme contrato assinado entre as partes, para realização dos serviços de auditoria, também dos exercícios 2013, 2014. A Companhia, em atendimento à Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, que em seu artigo 31 obriga a rotatividade dos auditores independentes por prazo não superior a cinco anos consecutivos, substituiu a KPMG Auditores Independentes pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, pelo fato daquela ter atingido o prazo máximo legal.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Ricardo Faria Gomez	01/08/2012	144.346.268-33	Rua Paraíba 1122, 20 e 21 andar, Savassi, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-141, Telefone (31) 32697400, Fax (31) 32697400, e-mail: danrodrigues@deloitte.com

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Todas as informações consideradas relevantes já foram devidamente informadas

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras

(Reais Unidade)

Exercício social (31/12/2011)

Exercício social (31/12/2010)

Exercício social (31/12/2009)

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

3.2. Medições não contábeis

a. Valor das medições contábeis:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b. Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c. Motivo pelo qual a Administração entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

3.3. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	<u>Exercício Social Encerrado em 31/12/2011</u>	<u>Exercício Social Encerrado em 31/12/2010</u>	<u>Exercício Social Encerrado em 31/12/2009</u>
<u>a) Regras sobre retenção de lucros</u>	<p>Cabe à Assembleia Geral da Companhia deliberar sobre a retenção de lucros. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido e, sucessivamente, as participações dos empregados e administradores. O lucro líquido apurado em cada exercício social será assim destinado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; • 50% será distribuído como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, observadas as disposições do Estatuto Social da Companhia e a legislação aplicável; • o saldo, após a retenção dos valores destinados aos investimentos previstos em orçamento de capital e/ou investimento elaborado, em observância do Plano Diretor da Companhia e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“<u>CEMIG</u>”), será distribuído à CEMIG a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, observada a disponibilidade de caixa livre. <p>Adicionalmente, a Lei nº 6.404, 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“<u>Lei das Sociedades por Ações</u>”) prevê que, do lucro líquido do exercício social, obtido após a dedução dos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, 5% serão destinados para a constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social, exceto no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social.</p>		
<u>Valores das Retenções de Lucros</u>	No exercício social de 2011, o valor das retenções de lucros foi de R\$35.999 mil.	No exercício social de 2010, não houve retenções de lucros.	No exercício social de 2009, o valor das retenções de lucros foi de R\$169.113 mil.
<u>b) Regras sobre distribuição de dividendos</u>	<p>O Estatuto Social da Companhia, vigente nos exercícios de 2011, 2010 e 2009, determinava que, do lucro líquido apurado em cada exercício, (i) 50,00% seriam distribuídos a título de dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, e (ii) o saldo, após a retenção dos valores destinados aos investimentos previstos em orçamento de capital e/ou investimento elaborado, seria distribuído à CEMIG a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, observada a disponibilidade de caixa livre. Eventualmente, de acordo com o disposto no item 3.4a deste Formulário de Referência, poderão ser distribuídos dividendos extraordinários.</p> <p>O artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações prevê que 50% do lucro líquido do exercício social, após a constituição da reserva legal, deverá ser distribuído aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório. Ainda nos termos do artigo 202, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral ser incompatível com a situação financeira da companhia.</p>		
<u>Valores dos Dividendos Distribuídos</u>	No exercício social de 2011, foram distribuídos R\$ 683.972 mil, sendo (i) R\$ 142.613 mil a título	No exercício social de 2010, foram distribuídos R\$ 158.708 mil a título de juros sobre o capital	No exercício social de 2009, foram distribuídos R\$17.460 mil a título de dividendos e R\$151.653

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	de juros sobre o capital próprio, (ii) R\$ 297.794 mil a título de dividendos intermediários e (iii) R\$ 243.565 mil a título de dividendos complementares de 2011.	próprio.	mil a título de juros sobre o capital próprio.
<u>c) Periodicidade das distribuições de dividendos</u>	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, vigente nos exercícios de 2011, 2010 e 2009, os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente ao exercício a que se referem cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.		
<u>d) Restrições à distribuição de dividendos</u>	Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação, regulamentação especial aplicável, contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.		

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

Documento ainda não preenchido!

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

3.6. Dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos 3 últimos exercícios sociais

Não houve dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2011	7.801.490.000,00	Índice de Endividamento	2,93680000	
	0,00	Outros índices	0,52900000	Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido) Justificativa: Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pelo parágrafo 5º alínea (b) do Estatuto Social da Companhia, que determina que deverá ser mantida uma relação consolidada de endividamento medida por Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 50% Para maiores informações sobre o cálculo da Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), definições e conciliação com as demonstrações financeiras da Companhia, veja item 3.9 deste Formulário de Referência.
	0,00	Outros índices	1,84960000	Dívida líquida / Lajida Justificativa: Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pelo parágrafo 5º, alínea (a) do Estatuto Social da Companhia, que determina que o endividamento consolidado da Companhia deverá ser mantido em valor igual ou inferior a duas vezes e meia o LAJIDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) da Companhia. Para maiores informações sobre o cálculo da Dívida líquida / Lajida, definições e conciliação com as demonstrações financeiras da Companhia, veja item 3.9 deste Formulário de Referência.

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2011)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
	Garantia Real		526.886.871,93	203.601.389,76	191.378.075,08	746.686.636,77	1.668.552.973,54
	Quirografárias		2.077.874.742,28	2.360.270.195,77	374.905.909,11	1.319.886.179,30	6.132.937.026,46
Total			2.604.761.614,21	2.563.871.585,53	566.283.984,19	2.066.572.816,07	7.801.490.000,00

Observação

As informações prestadas se referem às demonstrações financeiras da Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Composição dos empréstimos da Companhia, por moeda e indexador, com a respectiva previsão de amortização:

Posição em 30/09/2012 (em R\$ mil):

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	4.869	29.919	2.268	-	-	-	-	19.370	56.426
Euro	948	1.722	1.722	1.722	1.722	-	-	-	7.836
	5.817	31.641	3.990	1.722	1.722	-	-	19.370	64.262
Indexadores									
IPCA (1)	32.536	-	-	173.049	173.048	173.049	-	-	551.682
IGP-M (2)	12.581	-	376.328	-	-	-	-	-	388.909
UFIR/RGR (3)	24.150	67.143	69.378	61.022	49.536	39.978	35.362	58.899	405.468
CDI (4)	428.833	1.107.634	404.443	65.914	65.909	66.361	-	-	2.139.094
Taxas pré-fixadas	172.389	598.117	-	-	-	-	-	-	770.506
TR (5)	1.523	-	382	96	-	-	-	-	2.001
Outros	2.236	-	-	573	725	724	516	-	4.774
	674.248	1.772.894	850.531	300.654	289.218	280.112	35.878	58.899	4.262.434
	680.065	1.804.535	854.521	302.376	290.940	280.112	35.878	78.269	4.326.696

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA

(2) Índice Geral de Preços –Mercado - IGP-M

(3) Unidade Fiscal de Referência UFIR/RGR

(4) Certificado Depósito Interbancário – CDI

(5) Taxa Referencial – TR

Posição em 31/12/2011 (em R\$ mil):

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	31.022	27.638	2.095	-	-	-	-	21.058	81.813
Euro	1.605	1.606	1.606	1.606	1.606	-	-	-	8.029
	32.627	29.244	3.701	1.606	1.606	-	-	21.058	89.842
Indexadores									
IPCA (1)	1.678	-	-	166.990	166.990	166.990	-	-	502.648
IGP-M (2)	21.087	-	351.610	-	-	-	-	-	372.697
UFIR/RGR (3)	73.506	65.906	65.907	58.944	47.001	37.182	33.666	46.126	428.238
CDI (4)	497.336	502.107	405.193	-	-	-	-	-	1.404.636
Taxas pré-fixadas	(4.576)	711.372	-	-	-	-	-	-	706.796
TR (5)	1.487	-	381	95	-	-	-	-	1.963
Outros	2.855	686	77	142	214	214	214	-	4.402
	593.373	1.280.071	823.168	226.171	214.205	204.386	33.880	46.126	3.421.380
	626.000	1.309.315	826.869	227.777	215.811	204.386	33.880	67.184	3.511.222

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA

(2) Índice Geral de Preços –Mercado - IGP-M

(3) Unidade Fiscal de Referência UFIR/RGR

(4) Certificado Depósito Interbancário – CDI

(5) Taxa Referencial – TR

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Para fins deste Formulário de Referência, “Dívida Líquida” significa uma medição não contábil elaborada pela Emissora, conciliada com suas demonstrações financeiras, consistindo no somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata). Importante ressaltar que Dívida Líquida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelos IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras sociedades. A Emissora divulga Dívida Líquida porque a utiliza para medir o seu nível de endividamento.

Cemig D	30/09/2012	31/12/2011		31/12/2010	31/12/2009
	Caixa e Equivalentes de Caixa	713.770	527.296		503.409
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	4.326.096	3.511.222		3.046.995	2.616.419
Dívida Líquida (Empréstimos e Financiamentos + Debentures - Caixa e Equivalentes de Caixa)	3.612.326	2.983.926		2.543.586	2.370.218
Total do passivo	8.996.641	7.801.490		7.222.663	6.560.649
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.822.209	2.656.463		2.376.899	2.094.605
LAJIDA - R\$ mil	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011	31/12/2010	31/12/2009
Resultado do exercício	409.311	719.971	534.216	441.002	776.214
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	207.901	293.502	224.558	134.160	416.557
+ Resultado Financeiro	205.869	216.113	170.380	224.295	86.918
+ Amortização e Depreciação	278.209	383.714	284.224	377.534	356.789
= LAJIDA	1.101.290	1.613.300	1.213.378	1.176.991	1.636.478
LAJIDA 12 MESES (Lajida em 30/09/12 + lajida em 31/12/2011 - lajida em 30/09/2011)	1.501.212				
· LAJIDA: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12;					
Índice de endividamento (Total do Passivo / Patrimônio Líquido)	3,19	2,94		3,04	3,13
Dívida Líquida / LAJIDA 12 meses	2,41	1,85		2,16	1,45
Dívida Líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)	0,56	0,53		0,52	0,53
Dívida Líquida / LAJIDA (9 meses)	3,28				

Para fins deste Formulário de Referência, “LAJIDA” é uma medição não contábil elaborada pela Emissora, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Eventos Subsequentes às Últimas Informações Financeiras Divulgadas pela Companhia

Requerimento para Renovação das Concessões da Companhia

Em 15 de outubro de 2012, a Companhia apresentou requerimento para a renovação das suas concessões Norte, Sul, Leste e Oeste, por mais 30 anos, a partir de 1 de janeiro de 2013, nos termos da Medida Provisória 579, regulada pelo Decreto 7.805. Apesar de ter manifestado interesse na renovação das quatro concessões de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, conforme previsto na Medida Provisória 579, ainda não houve, até a data deste Formulário de Referência, a disponibilização, pelo Poder Concedente, do correspondente Termo Aditivo.

Com relação à renovação das concessões da Companhia, vide fator de risco “A Companhia não tem como garantir se, e em que condições, as suas concessões atuais serão renovadas”, na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

Emissão de Notas Promissórias da Emissora

Em 21 de dezembro de 2012, a Emissora emitiu 60 Notas Promissórias da 6ª Emissão, com valor nominal unitário de R\$ 10.000.000,00 e com juros remuneratórios correspondentes a: (i) 102,50% da Taxa DI Over, no período entre a data de emissão e o 120º dia contado a partir da data de emissão das Notas Promissórias da 6ª Emissão; e (ii) 103,0% da Taxa DI Over, no período entre o 120º dia e a data de vencimento das Notas Promissórias da 6ª Emissão. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Notas Promissórias da 6ª Emissão foram utilizados para reposição do caixa em função de investimentos e pagamentos de dívidas realizados pela Emissora ao longo do ano de 2012.

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão parcialmente destinados para o resgate das Notas Promissórias da 6ª Emissão. Para mais informações sobre a destinação dos recursos da Oferta, vide seção “Informações Relativas à Oferta – Destinação dos Recursos” deste Prospecto Preliminar.

Contratação de Empréstimo junto ao Banco do Brasil S.A.

Em 1º de fevereiro de 2013, a Emissora contratou junto ao Banco do Brasil S.A. uma operação de empréstimo no valor de R\$ 200.000.000,00, com prazo de 720 dias, e encargos financeiros correspondentes a 99,5% do CDI a serem pagos juntamente com o principal na data de vencimento. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio de referido empréstimo serão destinados à comercialização de insumos fornecidos ao segmento rural. Como garantia, a Emissora ofereceu duplicadas escriturais na proporção de 100% do crédito concedido.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos Fatores de Risco

a) com relação à Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”)

A Companhia pode não ser capaz de concluir o programa de investimentos pretendido.

Conforme o seu Estatuto Social, a Companhia pode utilizar até 40,0% do LAJIDA em cada exercício social, em investimentos de capital e aquisições. A capacidade da Companhia para implementar o programa de dispêndios para aquisição de ativo imobilizado depende de diversos fatores, incluindo a capacidade de cobrar tarifas adequadas por serviços, acesso ao mercado de capitais doméstico e internacional e uma gama de fatores operacionais e de outra natureza. Ademais, os planos de expansão da Companhia em distribuição estão sujeitos a processo licitatório regido pela Lei de Concessões. A Companhia não pode garantir que terá recursos financeiros para concluir esse programa, o que poderia afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

A Companhia pode incorrer em prejuízos relativos a processos judiciais pendentes.

A Companhia é ré em diversos processos judiciais e administrativos de naturezas cível, administrativa, ambiental, tributária, trabalhista, dentre outros. Esses processos envolvem uma ampla gama de questões e visam à obtenção de indenizações e reparações em dinheiro e obrigações de fazer. Vários litígios individuais respondem por uma parcela significativa do valor total dos processos movidos contra a Companhia. As demonstrações financeiras da Companhia incluem provisões para contingências das ações cuja expectativa de perda foi considerada provável. Na hipótese de as provisões legais da Companhia se revelarem insuficientes, o pagamento dos processos em valor que exceda os valores provisionados poderá causar um efeito adverso no negócio, resultados operacionais ou condição financeira da Companhia.

A Companhia, controlada indireta do Estado de Minas Gerais, está sujeita a regras e limites aplicados a níveis de endividamento do setor público e a restrições sobre o uso de certos recursos captados, o que poderá impedi-la de obter financiamentos.

Na qualidade de companhia estatal, a Companhia enfrenta dificuldades para obter financiamentos de instituições financeiras brasileiras em razão das regras e limites atinentes ao nível de crédito aplicável ao setor público emitidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil. Essas regras fixam certos parâmetros e condições para que as instituições financeiras possam oferecer crédito a companhias do setor público. As dificuldades na obtenção de financiamentos poderá impedir a implementação do seu plano de investimento. A legislação brasileira também estabelece que uma companhia controlada pelo Estado, de modo geral, apenas pode utilizar os recursos decorrentes de operações externas com bancos comerciais (dívidas, incluindo títulos) para refinarar obrigações financeiras. Como resultado dessas regras, a capacidade de endividamento da Companhia fica novamente limitada, o que poderá afetar negativamente a implementação do seu plano de investimento.

A Companhia tem responsabilidade objetiva por quaisquer danos decorrentes da prestação inadequada de serviços elétricos.

Nos termos da legislação brasileira, a Companhia tem responsabilidade objetiva pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada de serviços de distribuição de energia elétrica. Ademais, os danos causados a consumidores finais em decorrência de interrupções ou distúrbios do sistema de distribuição, nos casos em que essas interrupções ou distúrbios não são atribuídos a um membro identificável do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), ou ao ONS propriamente dito, deverão ser compartilhados entre companhias de geração, distribuição e transmissão. Até que um critério final seja definido, a responsabilidade por tais danos será compartilhada na proporção de 35,7% para os agentes de distribuição, 28,6% para os agentes de transmissão e 35,7% para os agentes de geração. Essas proporções são determinadas pelo número de votos que cada classe de concessionárias de energia recebe nas Assembleias Gerais do ONS e, portanto, podem ser alteradas no futuro. Dessa forma, o negócio, resultados operacionais e a condição financeira da Companhia poderão ser adversamente afetados.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Disputas trabalhistas, greves e/ou interrupções de trabalho poderão ter um impacto negativo sobre o negócio da Companhia.

Praticamente todos os empregados da Companhia estão abrangidos pela legislação trabalhista brasileira aplicável a empregados do setor privado. A Companhia celebra acordos coletivos com sindicatos que representam a maioria de seus empregados. A Companhia figura no pólo passivo de reclamações trabalhistas instauradas por seus empregados que se referem, de modo geral, à remuneração de hora extra e de adicional de periculosidade. A Companhia também é parte em ações relacionadas à terceirização de serviços, ajuizadas pelos empregados de seus contratantes e subcontratantes exigindo o pagamento de obrigações trabalhistas pendentes. A Companhia possui um Comitê de Emergência Operacional para momentos de crise, entretanto a Companhia não pode garantir que a intervenção deste comitê será sempre bem sucedida. Este comitê foi acionado durante as negociações para celebração do acordo coletivo de 2010 (em que a Companhia passou por 20 dias de greve dos empregados) e de 2011 (em que ocorreram cinco dias intermitentes de paralisação de seus empregados), possibilitando que o movimento grevista não prejudicasse o fornecimento de energia para a sociedade. Em 2012, a Companhia não enfrentou qualquer manifestação trabalhista ou movimento grevista relevante. As negociações para celebração do acordo coletivo de 2012 encontram-se em análise pelo TRT-MG, após a Companhia impetrar o dissídio coletivo junto à Justiça do Trabalho. A Companhia não possui seguro contra perdas incorridas em decorrência de interrupções de atividades causadas por ações trabalhistas ou movimentos grevistas. Na hipótese de greve, a Companhia poderá enfrentar uma perda imediata de receita. Disputas contratuais, greves, reclamações ou outros tipos de conflitos atinentes a empregados da Companhia ou a sindicatos que os representem, poderão causar efeito adverso sobre o negócio, os resultados operacionais ou a condição financeira da Companhia e sobre sua capacidade de manter os níveis normais de serviço.

Há restrições contratuais à capacidade de endividamento da Companhia.

A Companhia está sujeita a restrições sobre a sua capacidade de endividamento em função de obrigações previstas em seus contratos de empréstimo. Na hipótese de descumprimento por parte da Companhia de quaisquer dessas obrigações contidas em seus contratos de empréstimo, a totalidade do valor principal, juros futuros e quaisquer multas devidas nos termos dos referidos contratos poderão tornar-se imediatamente devidos e exigíveis. No passado, particularmente, em 2009, 2010 e 2011, a Companhia esteve, algumas vezes, em não conformidade em relação às obrigações previstas nos contratos de empréstimo e, apesar de ter sido capaz de obter autorizações dos credores em relação a essa não conformidade, nenhuma garantia pode ser dada de que a Companhia será bem-sucedida em obter alguma autorização no futuro. O vencimento antecipado das obrigações da Companhia poderá prejudicar a sua situação financeira, especialmente devido às disposições sobre inadimplemento cruzado (*cross default*) contidas em diversos de seus contratos de empréstimo e de financiamento. A existência de limitações sobre o endividamento da Companhia poderá impedi-la de celebrar novos contratos para financiamento de suas operações ou para refinanciamento das obrigações existentes, o que poderá afetar adversamente o negócio, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

A Companhia opera sem apólices de seguro contra catástrofes e responsabilidade civil

A Companhia, exceto para o ramo aeronáutico (seguro de aeronaves de titularidade da Companhia), não possui seguro de responsabilidade civil que cubra acidentes e não solicita propostas relativas a este tipo de seguro. Ademais, a Companhia não solicita proposta para, nem tampouco contrata, cobertura de seguro contra catástrofes que possam afetar as instalações da Companhia, tais como terremotos e inundações, risco de paralisação dos negócios ou falhas operacionais do sistema. Acidentes ou eventos catastróficos poderão afetar adversamente o negócio, resultados operacionais ou condição financeira da Companhia.

Os seguros contratados pela Companhia podem ser insuficientes para ressarcir eventuais danos.

A Companhia mantém apenas seguro de incêndio, seguro aeronáutico e seguro contra riscos operacionais, tais como danos em equipamentos, além daqueles compulsórios por determinação legal, como seguro de transporte de bens pertencentes a pessoas jurídicas. A Companhia não pode garantir que seus seguros são suficientes para cobrir integralmente quaisquer responsabilidades incorridas de fato no curso de seus negócios ou que esses seguros continuarão disponíveis no futuro. A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados podem gerar

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

custos adicionais inesperados e significativos para a Companhia, acarretando um efeito adverso em seu negócio, resultado operacional e condição financeira.

b) com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

A Companhia é controlada indiretamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais, o qual poderá ter interesses diversos dos interesses dos investidores.

Na qualidade de acionista controlador da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”) e, portanto, de controlador indireto da Companhia, o governo do Estado de Minas Gerais exerce influência substancial sobre a orientação estratégica dos negócios da Companhia. O governo do Estado de Minas Gerais atualmente detém 51% das ações ordinárias da CEMIG, e, conseqüentemente, tem o direito à maioria dos votos nas deliberações tomadas nas assembleias gerais, podendo: (i) eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da CEMIG; e (ii) determinar as matérias que exijam aprovação por quórum qualificado dos acionistas da Companhia, incluindo transações com partes relacionadas, reorganizações societárias e época de pagamento de quaisquer dividendos. O governo do Estado de Minas Gerais utilizou no passado, e poderá utilizar no futuro sua qualidade de controlador indireto para decidir se a Companhia deverá se dedicar a certas atividades e efetuar certos investimentos destinados, principalmente, a promover seus objetivos políticos, econômicos ou sociais, e não necessariamente para lograr o objetivo de melhoria dos negócios e/ou resultados operacionais da Companhia, o que poderá causar um efeito adverso relevante sobre seu negócio, resultados operacionais e condição financeira.

c) com relação aos seus acionistas

Não há fator de risco relacionado aos acionistas da Companhia, uma vez que ela é subsidiária integral da CEMIG e tais riscos encontram-se indicados no item (b) acima.

d) com relação a suas controladas e coligadas

Não há fatores de risco relacionados a controladas e coligadas da Companhia, uma vez que a Companhia não possui controladas e coligadas.

e) com relação aos seus fornecedores

Não há fatores de risco com relação a fornecedores da Companhia que possam influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia.

f) com relação aos seus clientes

Não há fatores de risco com relação a clientes da Companhia que possam influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

g) com relação aos setores da economia nos quais a Companhia atue

O nível de inadimplemento dos consumidores da Companhia poderá prejudicar seu negócio, resultados operacionais e situação financeira.

Em 31 de dezembro de 2011, a totalidade dos recebíveis vencidos devidos por consumidores finais da Companhia era de aproximadamente R\$878,5 milhões, correspondentes a 10,32% da receita líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, e a provisão para devedores duvidosos no mesmo período era de R\$312 milhões. Em 30 de setembro de 2012, a totalidade dos recebíveis vencidos devidos por consumidores finais da Companhia era de aproximadamente R\$ 1.043,6 milhões, correspondentes a 14,95% da receita líquida da Companhia no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, e a provisão para devedores duvidosos no mesmo período era de R\$ 341,9 milhões. Entidades da administração pública direta e indireta eram responsáveis por aproximadamente 13,57% dos recebíveis devidos em 31 de dezembro de 2011 e por 8,25% dos recebíveis devidos em 30 de setembro de 2012. A Companhia pode ser incapaz de cobrar valores devidos por diversos municípios e demais consumidores em mora. Caso tais dívidas não sejam total ou parcialmente liquidadas, a Companhia sofrerá um impacto adverso em seu negócio, resultados operacionais e condição financeira. Adicionalmente, o montante de dívidas que vier a superar a provisão para devedores duvidosos constituída pela Companhia poderá causar um efeito adverso em seu negócio, resultado operacional e condição financeira.

Aumentos dos preços de compra de energia elétrica podem gerar descasamento do fluxo de caixa da Companhia

Os contratos de compra de energia elétrica firmados pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica, tais como a Companhia, têm seus preços vinculados a algumas variáveis, como, por exemplo, condições hidrológicas, que não estão no controle das referidas concessionárias. Embora eventuais aumentos sejam repassados para as concessionárias distribuidoras de energia elétrica quando de seus reajustes tarifários, tal situação poderá gerar descasamento dos fluxos de caixa, com efeito adverso nos negócios, resultados operacionais ou em suas condições financeiras.

h) com relação à regulação dos setores em que o emissor atue

A Companhia pode ser penalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) em função do descumprimento dos contratos de concessão e/ou autorizações concedidas, o que poderá resultar em multas, outras penalidades e, dependendo da gravidade do descumprimento, encampação dos contratos de concessão ou revogação das autorizações.

A Companhia realiza a atividade de distribuição nos termos de contratos de concessão, celebrados com o Governo Federal por intermédio da ANEEL. A ANEEL poderá impor penalidades à Companhia caso deixe de observar qualquer disposição dos contratos de concessão, inclusive aquelas relativas à observância dos padrões de qualidade estabelecidos. Dependendo da gravidade da inobservância, essas penalidades poderão incluir:

- multas por quebra contratual de até 2,0% das receitas da concessionária no exercício encerrado imediatamente anterior à data do inadimplemento contratual;
- liminares atinentes à construção de novas instalações e equipamentos;
- restrições à operação das instalações e equipamentos existentes;
- suspensão temporária no que tange à participação em processos licitatórios para outorga de novas concessões por até dois anos;
- intervenção pela ANEEL na administração da concessionária infratora; e
- revogação da concessão.

Ademais, o Governo Federal tem poderes para revogar quaisquer das concessões antes do encerramento do prazo da concessão no caso de falência ou dissolução do concessionário, ou por meio de encampação, por razões de interesse público.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Adicionalmente, atrasos na implementação e construção de novos projetos de energia podem ainda resultar na imposição de penalidades regulatórias por parte da ANEEL que, de acordo com a Resolução da ANEEL nº 63, de 12 de maio de 2004, poderão consistir desde notificações ao vencimento antecipado de tais concessões ou autorizações. A ANEEL poderá impor multas e até mesmo revogar as concessões ou autorizações da Companhia na hipótese de violação dos contratos de concessão ou das autorizações. Qualquer indenização que a Companhia venha a receber quando da rescisão do contrato de concessão e/ou da revogação das autorizações poderá não ser suficiente para compensar a Companhia pelo valor integral de certos investimentos. Se quaisquer dos contratos de concessão forem rescindidos por culpa da Companhia, o valor efetivo da indenização poderá ser reduzido em função de multas ou outras penalidades. A rescisão dos contratos de concessão ou a imposição de penalidades poderá afetar adversamente o negócio, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

A ANEEL possui discricionariedade para estabelecer as tarifas que a Companhia cobra dos consumidores. Tais tarifas são determinadas nos termos dos contratos de concessão celebrados com a ANEEL em nome do Governo Federal e em conformidade com a competência decisória e regulatória da ANEEL.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (1) o reajuste anual; (2) a revisão periódica; e (3) a revisão extraordinária. A Companhia tem o direito de requerer a cada ano o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição. Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos que visa a identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifa anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia. A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Apesar dos contratos de concessão estabelecerem que a Companhia deva manter o equilíbrio econômico-financeiro, não se pode garantir que a ANEEL estabelecerá tarifas que compensarão adequadamente a Companhia e que as receitas e os resultados operacionais não serão prejudicados por tais tarifas. Considerando a revisão tarifária da Companhia de abril de 2013, em particular, não se pode garantir que o Custo Médio Ponderado de Capital e o fator de ajuste a ser aplicado para compartilhar ganhos com os consumidores, bem como outras variáveis utilizadas no processo, serão definidos em níveis que reflitam a realidade da Companhia e a compensem adequadamente.

A Companhia está sujeita a uma extensa e incerta legislação e regulamentação governamental e eventuais alterações podem causar um impacto adverso relevante.

O Governo Federal vem implementando políticas que têm impacto de longo alcance sobre o setor energético brasileiro, em particular, o setor elétrico. Como parte da reestruturação do setor, a Lei Federal 10.848, de 15 de março de 2004, conforme alterada ("Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico"), introduziu uma nova estrutura regulatória para o setor elétrico brasileiro.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está sendo atualmente contestada no Supremo Tribunal Federal ("STF") que até a data deste Formulário de Referência ainda não proferiu decisão definitiva sobre a questão, estando a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, portanto, em pleno vigor. Caso a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico seja considerada inconstitucional pelo STF, o arcabouço regulatório introduzido pela lei poderá deixar de vigorar, fato que gerará incerteza sobre como e em que caso o Governo Federal conseguirá introduzir alterações no setor energético. Dessa forma, a Companhia poderá sofrer um impacto adverso relevante em suas atividades, resultados operacionais e condição financeira.

Imposições e restrições das agências ambientais poderão acarretar custos adicionais à Companhia.

As operações relacionadas à distribuição de energia elétrica estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais e também a numerosas exigências atinentes à proteção da saúde e do meio ambiente. Atrasos ou recusas dos

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

pedidos de licenças por parte dos órgãos ambientais, bem como a eventual impossibilidade da Companhia cumprir os requisitos estabelecidos por esses órgãos durante os processos de licenciamento ambiental, podem resultar em custos adicionais, ou mesmo na proibição, conforme o caso, da construção e manutenção destes projetos.

A inobservância das leis e regulamentos ambientais - como a construção e operação de uma instalação potencialmente poluente sem uma licença ou autorização ambiental válida - poderá, independentemente da obrigação de sanar quaisquer danos que venham a ser causados, resultar na aplicação de sanções penais, civis e administrativas. Com base na legislação brasileira, penas criminais tais como restrição de direitos e mesmo de liberdade podem ser aplicadas a pessoas físicas (incluindo administradores de empresas) e penas tais como multas, restrição de direitos ou prestação de serviços à comunidade podem ser aplicadas a pessoas jurídicas. Em relação às sanções administrativas, dependendo das circunstâncias, as autoridades ambientais podem impor advertências e multas que variam entre R\$50 mil e R\$50 milhões, exigir a suspensão parcial ou total de atividades, suspender ou restringir benefícios fiscais, cancelar ou suspender linhas de financiamento provenientes de instituições financeiras governamentais bem como proibir a companhia de celebrar contratos com órgãos, companhias e autoridades governamentais. Quaisquer desses eventos poderão afetar adversamente o negócio, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

A Companhia está sujeita à legislação brasileira, que exige pagamento de compensação em relação aos efeitos poluidores de suas atividades. De acordo com a legislação federal, até 0,5% do montante total investido na implementação de um projeto que cause impacto ambiental significativo deve ser revertido para medidas compensatórias em um montante que será definido caso a caso pelas autoridades ambientais de acordo com a extensão do impacto ambiental do projeto. Algumas disposições da legislação do Estado de Minas Gerais estabelecem ainda que as medidas de compensação devam ser adotadas com efeitos retroativos a projetos concluídos antes da promulgação da legislação pertinente. A natureza retroativa dessas disposições está sendo contestada por algumas companhias e a matéria está sendo também discutida entre a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, a Procuradoria Geral do Estado - PGE e a Federação das Indústrias de Minas Gerais - FIEMG, e não está claro se serão aplicadas. A Companhia ainda está avaliando os efeitos de tal legislação, mas ela poderá resultar em custos adicionais para a Companhia, os quais podem afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira. Por fim, a adoção ou implementação de novas leis ambientais, novas interpretações de leis atuais, maior rigidez na aplicação das leis ambientais ou outros acontecimentos futuros poderão exigir que a Companhia realize dispêndios de capital adicionais ou que incorra em despesas operacionais adicionais a fim de manter suas operações atuais, restrinja suas atividades de produção ou adote outras ações que poderão ter efeito adverso sobre seu negócio, resultados operacionais e condição financeira.

A Companhia não tem como garantir se, e em que condições, as suas concessões atuais serão renovadas.

A Companhia conduz suas atividades de distribuição de energia elétrica por meio de contratos de concessão, celebrados com o Poder Concedente, representado pela ANEEL. Em 1995, o Governo Federal instituiu certas leis e regulamentos, denominados coletivamente como Lei de Concessões, os quais regem os procedimentos de licitação do setor elétrico. De acordo com a Lei de Concessões, conforme modificada pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as concessões existentes poderão ser renovadas pelo Governo Federal, mediante requerimento efetuado pela concessionária, independentemente de sujeição ao processo de licitação, contanto que a concessionária tenha observado padrões mínimos de desempenho e que a proposta seja aceitável ao Governo Federal. Além disso, em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal editou a Medida Provisória 579, convertida, em 11 de janeiro de 2013, na Lei 12.783, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária, o que impactou de forma relevante o Setor Elétrico brasileiro. Com base nesses normativos, o Poder Concedente tem a discricionariedade, com base em determinados requisitos e condições, de aceitar ou não os pedidos de renovação de concessões apresentados pelas concessionárias integrantes do Setor de Energia Elétrica, inclusive com relação às concessões da Companhia, que apresentou requerimento para renovação de suas concessões de distribuição de energia elétrica ao Ministério de Minas e Energia em outubro de 2012. No âmbito desse pedido de renovação, a Companhia aderiu sem quaisquer restrições aos termos e condições estabelecidos pelo Poder Concedente por meio da regulamentação aplicável, conforme previsto no artigo 7º da Lei 12.783/13, que determina que as concessões de distribuição de energia elétrica poderão ser prorrogadas de forma a assegurar a continuidade e eficiência da prestação do serviço, a modicidade tarifária e o atendimento a critérios de racionalidade operacional e econômica e que tal prorrogação depende da aceitação expressa das condições estabelecidas nos respectivos contratos de concessão ou termos aditivos. Não há como a

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Companhia garantir que o pedido de renovação de suas concessões será atendido pelo Poder concedente e que, portanto, suas concessões atuais serão renovadas. A não renovação de quaisquer das concessões da Companhia poderá afetar adversamente e de forma relevante o negócio, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

i) aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não aplicável, uma vez que a Companhia atua apenas em território nacional.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía expectativa de redução ou aumento da sua exposição aos riscos apresentados no item 4.1 que a Companhia julgasse relevantes.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

A Companhia figura como parte em processos administrativos e judiciais que, em 30 de setembro de 2012, envolviam, aproximadamente, R\$2.176,9 milhões, dos quais R\$106,9 milhões estavam avaliados com “perda provável”, R\$1.761,7 milhões com “perda possível” e R\$308,3 milhões como “perda remota”. O valor total provisionado para esses processos, em 30 de setembro de 2012, era de R\$106,9 milhões.

Encontram-se relacionados neste Formulário de Referência todos os processos administrativos e judiciais em andamento, nos quais a Companhia figura como parte devedora, classificados como relevantes, com a posição atualizada até 30 de setembro de 2012. Na avaliação da relevância, a Companhia, além de se ater à capacidade do processo de impactar de forma significativa seu patrimônio, sua capacidade financeira ou seus negócios, considerou também outros fatores que poderiam influenciar a decisão do público investidor, como, por exemplo, os riscos de imagem inerentes a determinada prática da Companhia ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de cláusulas estatutárias.

Os valores envolvidos são avaliados pelos advogados externos e internos, responsáveis pela condução dos processos, sendo as contingências de perda classificadas em provável, possível ou remota, considerando os critérios determinados nas normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC:

A seguir, são apresentados os detalhes dos processos administrativos e judiciais, nos quais a Companhia figura como parte, que não estão sob sigilo e que são relevantes para os negócios da Companhia em 30 de setembro de 2012:

Processo Judicial de Natureza Regulatória	
a. juízo	Justiça Comum Federal - 1ª Vara Federal de Uberlândia - MG Processo nº 20043803009397-0
b. instância	2ª instância - TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 6ª Turma
c. data de instauração	25/11/2004
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réus: Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) e Companhia
e. valor envolvido	R\$130.236.146,38
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público Federal contra a Cemig Distribuição e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda (por força da Resolução 694/2003), requerendo a condenação da Companhia no pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente (para que a Cemig Distribuição enquadre todos os consumidores residenciais, com consumo mensal de até 220 kWh, na tarifa de baixa renda; devolva os valores que excederam ou venham a exceder os critérios estabelecidos pela tarifa baixa renda e condena a ANEEL a proceder a fiscalização, fixando, ainda, multa diária de R\$1.000,00 no caso de descumprimento da decisão). Contudo, a Cemig Distribuição e a ANEEL interpuseram recurso de apelação (recursos recebidos, pelo juiz a quo somente no efeito suspensivo). Cemig Distribuição e ANEEL agravaram da decisão, visando a obter efeito suspensivo em suas apelações, o que foi deferido pelo TRF. Assim sendo, os efeitos da sentença estão suspensos até julgamento das peças recursais da Cemig Distribuição e ANEEL. O valor da contingência é composto pela perda de arrecadação, por parte da Cemig Distribuição, durante 1 ano e a devolução por estimativa de valores cobrados (desde 2003 quando entrou em vigência a Resolução 694/2003), isso caso a sentença não seja alterada pelo TRF. Aguarda-se julgamento pelo TRF/1ª Região dos recursos de apelação aviados pela ANEEL e Cemig Distribuição, desde 05/03/2008. Quanto à contingência de perda, mantém-se como perda possível, haja vista a existência de outras decisões favoráveis aos recursos aviados pela Cemig Distribuição e ANEEL.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Judicial de natureza Regulatória	
a. juízo	Justiça Comum Federal -3ª Vara Federal de Belo Horizonte – MG Processo nº 00640307620104013800
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	27/08/2010
d. partes no processo	Autor: Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente – AMPROCOM Réus: ANEEL e Companhia
e. valor envolvido	R\$ 154.126.309,58
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública interposta pela Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente - AMPROCOM, na qual se discute os valores das tarifas cobradas pela Companhia, que poderão estar 2% superiores às praticadas, requerendo, ainda, a identificação de todos os consumidores que supostamente foram lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que supostamente lhes foram indevidamente cobrados nas faturas de energia elétrica, em razão da desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), absorvendo indevidamente os ganhos de escala decorrentes do aumento de demanda, provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Atualmente, há um Projeto de Decreto Legislativo sob revisão da Câmara dos Deputados, qual seja, o Projeto de Decreto Legislativo 10/2011, que tem por finalidade sustar os efeitos normativos do ato da Diretoria da ANEEL, que negou o direito dos consumidores de serem ressarcidos, em decorrência da metodologia de cálculo utilizada, que elevou as tarifas de energia elétrica, e obrigar as concessionárias do serviços público de distribuição de energia elétrica a restituir o que supostamente receberam indevidamente dos consumidores, no período de 2002 a 2009. Como a discussão do assunto impactará todas as concessionárias de distribuição do país, provavelmente haverá, ao final dos processos judiciais, um novo acordo do setor elétrico. Em caso de perda da ação, a CEMIG não terá que desembolsar o valor envolvido na matéria, visto que provavelmente será feito acordo no sentido de se promover descontos na tarifa de energia elétrica, ressarcindo aos consumidores os valores supostamente devidos. Este processo, que tramitava na 8ª Vara Federal, teve a competência declinada para a 3ª vara Federal de Belo Horizonte e foi apensado ao Processo da ADIC (2009.38.00.027553-0), o qual consta da movimentação processual como sendo o processo principal, sendo também apensado o Processo nº 200938000275722 - ABC x ANEEL – CEMIG e ENERGISA. Os cálculos foram reelaborados, em virtude de entendimento entre a área técnica da CEMIG (RE/TF) e a LP Peritos, considerando o faturamento

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	da CEMIG dos últimos cinco anos, excluindo o consumo próprio, e para quantificar o provável efeito econômico de perda, havendo decisão desfavorável à CEMIG, foi utilizado o percentual de 0,20%, o qual deve ser considerado para a diferença de redução tarifaria caso ocorra mudança no critério de reajuste homologado pela Agência Reguladora.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Judicial de natureza Tributária	
a. juízo	Justiça Federal - 14ª Vara Federal de Belo Horizonte - MG Processo nº 20063800022523-7
b. instância	2ª - TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 7ª Turma
c. data de instauração	10/07/2006
d. partes no processo	Autor: Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. Réu: Delegado da Receita Federal de Belo Horizonte
e. valor envolvido	R\$ 110.950.361,75, sendo R\$78.910.258,89 de responsabilidade da Companhia.
f. principais fatos	No ano de 2006, a CEMIG, a Companhia e a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“ CEMIG GT ”) pagaram aos seus empregados uma indenização pelo direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos seus salários, sobre o qual não foi efetuada a retenção do Imposto de Renda, por ser considerado pela CEMIG que essa obrigação não incide sobre verbas indenizatórias, pelo que foram a CEMIG, a Companhia e a CEMIG GT notificadas pela Receita Federal e pelo INSS, tendo em vista a divergência nos entendimentos. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, as sociedades acima impetraram Mandado de Segurança, o qual permitiu que efetuassem depósito judicial no valor da potencial obrigação de IRPF. A contingência foi avaliada com base na jurisprudência do STJ, que há muito diferencia as verbas salariais das verbas indenizatórias, deixando claro que o pagamento decorrente da supressão de vantagens incorporadas ao patrimônio do empregado, por força de acordo coletivo, tem caráter indenizatório. Em decisão de 16/02/2007, o pedido de liminar foi indeferido e a segurança vindicada foi denegada. Em maio de 2007, os autos foram remetidos à Procuradoria Regional da República para apresentação de parecer. As aludidas sociedades interpuseram apelação, que foi recebida em seu efeito devolutivo em 28/03/2007, aguardando julgamento por parte do TRF da 1ª Região.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo Judicial de Natureza Tributária	
a. juízo	Justiça Comum Federal -20ª Vara Federal de Belo Horizonte - MG Processo nº 20063800021839-6
b. instância	2ª - TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 7ª Turma
c. data de instauração	30/06/2006
d. partes no processo	Autor: CEMIG, Companhia e CEMIG GT Réu: Superintendente Regional do INSS/MG e outros
e. valor envolvido	R\$90.816.017,06, sendo R\$64.590.284,38 de responsabilidade da Companhia.
f. principais fatos	Em 2006, a CEMIG, a Companhia e a CEMIG GT realizaram pagamentos adiantados a alguns de seus empregados em troca dos direitos de tais empregados a futuros pagamentos, denominados anuênios. Nenhum valor de contribuição à Previdência Social foi coletado em relação a esses pagamentos, já que a CEMIG entende que não haveria incidência de tributos, por trata-se de verba de natureza indenizatória. Como resultado, foram recebidas notificações de infração do INSS. Em 30/06/2006, foi Impetrado Mandado de Segurança com Pedido de Liminar visando a afastar a exigência da contribuição ao INSS (parte patronal, dos empregados e SAT) e da contribuição de terceiros (FNDE, INCRA, SESI, SENAI e SEBRAE) sobre os valores pagos aos empregados a título de indenização pela perda do direito ao recebimento do Adicional por Tempo de Serviço - Anuênio. A liminar foi indeferida. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, as companhias acima impetraram Mandado de Segurança, que permitiu efetuar o depósito judicial no valor das potenciais obrigações. Em 03/03/2008, foi publicada sentença que denegou a segurança. Em 25/01/2008 foi protocolada apelação pelas aludidas sociedades requerendo a reforma integral da sentença, para que seja reconhecido o direito das Apelantes de não reconhecerem as contribuições previdenciárias e de terceiros sobre os valores pagos a seus empregados a título de indenização pela perda do direito ao recebimento do Adicional por Tempo de Serviço. O juiz recebeu a apelação no efeito devolutivo. Os autos foram remetidos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) e atualmente encontram-se conclusos ao Desembargador Federal Luciano Tolentino, aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Administrativo de Natureza Tributária	
a. juízo	Processo nº 01000168689-76
b. instância	Conselho de Contribuintes
c. data de instauração	28/12/2010
d. partes no processo	Autor: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Réus: Companhia e Samarco Mineração S/A
e. valor envolvido	R\$ 115.282.901,19

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

f. principais fatos	<p>A Companhia foi autuada pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais em razão de: a) recolhimento de ICMS a menor, relativo aos meses de setembro/2005 a dezembro/2007, no valor original de R\$22.085.482,17; emissão de notas fiscais/contas de energia elétrica relativas à TUSD sem destaque do ICMS devido, em cumprimento à Liminar concedida na Ação Ordinária 0024.05.7819476 ajuizada pela Samarco Mineração S/A; b) não recolhimento do ICMS no valor de R\$27.465.075,17 destacado nas Notas Fiscais/contas de energia elétrica no período compreendido entre janeiro/2008 e setembro/2010 relativas às parcelas que compõem a TUSD, em cumprimento a Liminar concedida na referida Ação Ordinária.</p> <p>A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração alegando: (1) ilegitimidade passiva, uma vez que, consoante salientado no próprio Auto de Infração, deixou de recolher o ICMS em cumprimento à tutela antecipada concedida; (2) impossibilidade de autuação fiscal em razão da suspensão da exigibilidade do crédito tributário; (3) e, na remota hipótese de ser mantida a autuação, deve ser cancelada a multa de revalidação, por ausência de previsão legal, uma vez que a obrigação tributária não foi cumprida, tendo em vista a vigência de ordem judicial.</p> <p>A Secretaria do Estado de Fazenda de Minas Gerais entendeu que o julgamento do Processo Tributário Administrativo (PTA) em questão ficou prejudicado na esfera administrativa, determinando a remessa dos autos à Advocacia Geral do Estado. A Companhia apresentou Reclamação contra a referida decisão, asseverando que o Fisco não poderia proceder à cobrança do crédito tributário, bem como exigir a multa de revalidação, em face da suspensão da exigibilidade do crédito tributário, decorrente da concessão de antecipação de tutela pelo Poder Judiciário. A Companhia aguarda julgamento da Impugnação pelo Conselho de Contribuintes.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Administrativo de Natureza Tributária	
a. juízo	Processo nº 01000168498-31
b. instância	Conselho de Contribuintes
c. data de instauração	10/12/2010
d. partes no processo	Autor: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Réu: Companhia e Novelis do Brasil Ltda.
e. valor envolvido	R\$ 75.969.404,17
f. principais fatos	A Companhia foi autuada pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais em razão de não recolhimento do ICMS, no valor original de R\$31.242.030,96, destacado nas notas fiscais conta de energia elétrica emitidas no período entre agosto/2005 e setembro/2010, relativas às parcelas que compõem a TUSD, visto que o valor do imposto incidente foi decotado, em cumprimento da Liminar concedida

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	<p>no Mandado de Segurança nº 0024.05.782004-5, impetrado pela Novelis do Brasil Ltda., classificada como coobrigada neste administrativo.</p> <p>A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração alegando (1) ilegitimidade passiva, uma vez que, consoante salientado no próprio Auto de Infração, deixou de recolher o ICMS em cumprimento à tutela antecipada concedida; (2) impossibilidade de autuação fiscal em razão da suspensão da exigibilidade do crédito tributário; (3) e, na remota hipótese de ser mantida a autuação, deve ser cancelada a multa de revalidação, por ausência de previsão legal, uma vez que no presente caso, a obrigação tributária não foi cumprida, tendo em vista a vigência de ordem judicial.</p> <p>A Secretaria do Estado de Fazenda de Minas Gerais entendeu que o julgamento do Processo Tributário Administrativo (PTA) em questão ficou prejudicado na esfera administrativa, determinando a remessa dos autos à Advocacia Geral do Estado.</p> <p>A Companhia apresentou Reclamação contra a referida decisão, asseverando que o Fisco não poderia proceder à cobrança do crédito tributário, bem como exigir a multa de revalidação, em face da suspensão da exigibilidade do crédito tributário, decorrente da concessão de antecipação de tutela pelo Poder Judiciário. A Companhia aguarda julgamento da Impugnação pelo Conselho de Contribuintes.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento

Processo Judicial de natureza Tributária	
a. juízo	Justiça Comum / 2ª Vara Cível - Boa Esperança – MG Processo nº 00310458320118130071
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	21/06/2011
d. partes no processo	Autor: IMIDEC - Instituto Mineiro de Defesa do Consumidor Réu: Companhia
e. valor envolvido	R\$ 70.744.095,57
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Coletiva com Pedido de Tutela Antecipada proposta pelo Instituto Mineiro de Defesa do Consumidor – IMIDEC. O autor requereu a declaração de inexistência da relação jurídica em cobrar o ICMS sobre o total da Nota/Fatura e que o cálculo do ICMS seja incidente sobre o valor do serviço elétrico efetivamente prestado e não sobre o total da conta, com inclusão errônea por dentro do imposto com efeito <i>ex tunc</i> , condenando ainda a Companhia a repetir o indébito no valor igual ao dobro do que foi indevidamente cobrado e pago a título de ICMS acrescido de correção monetária e juros legais, nos moldes do parágrafo único do artigo 42 do CDC, relativamente aos últimos dez anos, aos seus consumidores, ou através da compensação em quilowatts/hora (Kw/h), com valores a vencer corretamente calculados. A ré requereu que seja confirmado o indeferimento da tutela antecipada, julgando-se improcedentes os pedidos do autor, nos termos do artigo 543-B, § 3º do CPC, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal nos

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	autos do Recurso Extraordinário nº 212.209-RS, julgado em 23/06/1999, declarou definitivamente sua constitucionalidade e legalidade, uma vez que o montante do tributo integra sua própria base de cálculo, nos termos do regramento, não se verificando ainda os elementos capazes de justificar a presença da distribuidora de energia elétrica no pólo passivo, não podendo ser condenada ainda a suportar os ônus de eventual sucumbência, pelo fato de ter cumprido fielmente sua obrigação tributária determinada pelo ente tributante. Foi apresentada contestação e o processo está pendente de sentença.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, nos quais administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia figurem como partes contrárias.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é parte em processos classificados como sigilosos.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais repetitivos ou conexos, conforme apresentados a seguir:

Processos Administrativos de natureza tributária – Contribuições Previdenciárias

Em 30 de setembro de 2012, a Receita Federal do Brasil havia instaurado 9 processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados – PLR, programa de alimentação do trabalhador – PAT, auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória e outras. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. Em 30 de setembro de 2012, o montante reivindicado nesses processos, cuja chance de perda foi avaliada como possível, era de R\$509.797 mil.

Processos Judiciais, de natureza tributária – Recolhimento das contribuições PIS e COFINS

A Companhia, a CEMIG e a CEMIG GT são partes em ações relacionadas às contribuições ao PIS e à COFINS. Em 30 de setembro de 2012, o valor envolvido nesses processos era de, aproximadamente, R\$1,04 bilhão, dos quais (i) R\$1,02 bilhão estava relacionado a um processo onde as companhias acima referidas são credoras e a chance de perda foi avaliada como possível. Caso não obtenham êxito nesta ação, não haverá desembolso financeiro pelas companhias, uma vez que o valor depositado será convertido em renda para a União Federal; e (ii) R\$18 milhões estavam relacionados a processos judiciais, nos quais os autores exigem a suspensão do repasse das contribuições sociais destinadas ao PIS e à COFINS, por considerar ilegal a sua incidência nas faturas de energia elétrica, arguindo fazer jus à devolução de todos os valores acrescidos de correção monetária e juros legais. Em alguns desses processos é requerida a devolução de 200% do valor cobrado. Em julho de 2012 os processos foram reavaliados de “perda possível” para “perda remota”, em face do julgamento do REsp 1185070, que reconheceu a legitimidade do repasse dessas contribuições nas faturas de energia elétrica e vincula as decisões das instâncias inferiores. Ademais, as companhias obtiveram êxito em ação contra a União Federal em que discutiam a inexistência de relação jurídica que as obrigasse a recolher PIS e COFINS sobre valores não correspondentes ao seu faturamento. O valor envolvido nesta ação era avaliado em R\$55 milhões.

Processos Administrativos, de natureza tributária – Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Companhia figura no polo passivo de 22 processos administrativos cujas respectivas decisões definitivas indeferiram as compensações de créditos dos seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a cobrança dos aludidos tributos pelo fisco federal. Em 30 de setembro de 2012, o valor envolvido nesses processos era de, aproximadamente, R\$198.543 mil. Caso não obtenha êxito no âmbito administrativo, a Companhia irá ajuizar ação buscando a anulação destes créditos tributários, sendo que a chance de perda no judiciário foi avaliada como possível.

Processos Administrativos e Judiciais de natureza tributária – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais ajuizados pela Receita Estadual, em conjunto com vários consumidores, relacionados a questões de ICMS, cujo montante individual é inferior a R\$50 milhões. Em 30 de setembro de 2012, o valor reivindicado nesses processos avaliados com chance de perda “possível” era de, aproximadamente, R\$114 milhões.

Algumas das questões discutidas nestes processos são relacionadas a não incidência do ICMS sobre a demanda contratada e não utilizada de eletricidade. A Companhia tem requerido a sua exclusão da lide, tendo em vista que a decisão final não produzirá efeitos em relação a ela, uma vez que a Companhia apenas cumpre a função legal de repassar aos cofres públicos estaduais o ICMS, sendo que em alguns desses processos o pedido tem sido favorável à Companhia. A Companhia também é ré em processos que discutem o impacto do ICMS sobre a TUSD, visto que o valor do imposto incidente foi decotado, em cumprimento a liminares concedidas por meio de mandados de segurança impetrados pelos referidos consumidores.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Decisões finais desfavoráveis em processos administrativos estão sujeitas a recursos judiciais pelas leis brasileiras, e a chance de perda na esfera judiciária foi avaliada como “possível”.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões mais relevantes descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$165.509 mil. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

Não aplicável, uma vez que a Companhia só possui valores mobiliários negociados no Brasil.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1. Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e taxas de juros

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Riscos Macroeconômicos

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas podem causar impacto direto sobre o negócio da Companhia.

O Governo Federal intervém com frequência na economia do país, e ocasionalmente realiza mudanças significativas na política monetária, fiscal e regulatória. Os negócios, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia poderão ser afetados adversamente por alterações das políticas governamentais, bem como por:

- flutuações da taxa de câmbio;
- inflação;
- instabilidade de preços;
- alterações das taxas de juros;
- política fiscal;
- demais acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a afetar o Brasil e/ou os mercados internacionais;
- controle de fluxo de capitais; e
- limites ao comércio internacional.

A inflação e certas medidas governamentais destinadas a controlá-la poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar as atividades da Companhia.

No passado, o Brasil experimentou altíssimas taxas de inflação. A inflação e algumas das medidas tomadas pelo Governo Federal na tentativa de combatê-la afetariam de forma negativa e significativa a economia brasileira.

Desde a introdução do real, em 1994, a taxa de inflação no Brasil tem permanecido bem abaixo das verificadas em períodos anteriores. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), as taxas de inflação anuais brasileiras em 2009, 2010 e 2011 foram 4,3%, 5,9% e 6,0%, respectivamente. Não se pode garantir que a inflação permanecerá nestes níveis.

Medidas futuras a serem tomadas pelo Governo Federal, incluindo aumentos da taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações visando a ajustar o valor do real, poderão acarretar aumentos da inflação e, por conseguinte, ter impactos econômicos adversos sobre as atividades da Companhia, seus resultados operacionais e sua situação financeira. Caso o Brasil experimente inflação alta no futuro, a Companhia talvez não consiga ajustar as tarifas que cobra de seus clientes visando compensar os efeitos da inflação sobre sua estrutura de custo.

Praticamente a totalidade das despesas operacionais de caixa da Companhia é denominada em reais e tendem a aumentar com a taxa de inflação vigente no Brasil. As pressões inflacionárias também poderão restringir sua capacidade de acesso a mercados financeiros estrangeiros ou poderão levar ao aumento da intervenção do governo na economia, inclusive com a introdução de políticas governamentais que poderiam prejudicar as atividades da Companhia, seus resultados operacionais e sua situação financeira ou afetar de maneira adversa o valor de mercado de suas ações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Risco de taxas de câmbio

A moeda brasileira desvalorizou-se periodicamente nas últimas quatro décadas. Ao longo deste período, o Governo Federal implementou vários planos econômicos e utilizou várias políticas cambiais, incluindo desvalorizações súbitas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a frequência de ajustes variou de diária a mensal, sistemas de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e dois mercados distintos de câmbio. Embora os períodos prolongados de desvalorização da moeda brasileira, em geral, tenham correspondido à taxa de inflação no Brasil, a desvalorização ao longo de períodos mais curtos resultou em flutuações significativas da taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar dos Estados Unidos e moedas de outros países.

Em 2011, o real se valorizou 1,7% frente ao dólar dos Estados Unidos. Considerando a volatilidade que a economia global está enfrentando, não pode ser dada nenhuma garantia de que o real se valorizará novamente ou se desvalorizará em relação ao dólar dos Estados Unidos.

Diante de tal histórico de flutuações, não é possível prever qual será a variação futura do real em relação às principais moedas no mercado de câmbio internacional. Um quadro de instabilidade cambial com eventual desvalorização do real poderá vir a prejudicar os resultados da Companhia em exercícios futuros, tendo em vista que: (i) refletirá em aumentos de gastos com despesas financeiras e custos operacionais, uma vez que a Companhia possui obrigações de pagamento relativas a financiamentos e importações indexadas à variação de moedas estrangeiras; (ii) as pressões inflacionárias causadas por desvalorizações cambiais, caso resultem em elevação abrupta dos índices inflacionários, podem ocasionar aumentos de custos e despesas operacionais da Companhia reduzindo seu fluxo de caixa operacional, se houver defasagem entre o momento da referida elevação e do reajuste anual da receita operacional da Companhia pelo IGP-M/IPCA aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica nos termos dos contratos de concessão; e (iii) a aplicação pelas autoridades monetárias brasileiras de política de aumento de juros, o que também teria efeito negativo sobre os resultados da Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 30 de setembro de 2012, operações contratadas de *hedge*. Em uma operação contratada em junho de 2005 com o Banco ABN Amro Real e com vencimento em junho de 2013, a Companhia tem como ativo o valor em dólar mais o juros de 7,1% ao ano e como passivo o valor em reais mais o juros de CDI acrescido de 1,5% ao ano, em uma operação de US\$8 milhões. A parte ativa do *hedge* coincide com o valor e indicadores da dívida. A Companhia não adota *hedge accounting* para estas operações.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía como passivo líquido exposto às taxas de câmbio o valor de R\$103,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía como passivo líquido exposto às taxas de câmbio o valor de R\$ 77,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2011, o valor do passivo líquido exposto às taxas de câmbio era de R\$ 57,5 milhões. Em 30 de setembro de 2012, o valor do passivo líquido exposto às taxas de câmbio era de R\$ 225,2 milhões.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas decorrente das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos (como, por exemplo, aplicações financeiras) e contratos da Companhia; e (ii) passivos da Companhia, em especial dívidas com taxas de juros flutuantes (para maiores informações, veja item 10.1(f) deste Formulário de Referência). Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possuía quase a totalidade de equivalentes de caixa, e 49% de seu endividamento, indexados à variação da taxa de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros. Duas operações contratadas em maio de 2010 com o Banco do Brasil S.A. e com vencimento em maio de 2013 tiveram o objetivo de transformar uma dívida de R\$600 milhões com juros fixos de 11,47% ao ano em uma dívida atrelada ao CDI. Novamente, o ativo do hedge coincide com o valor e o indicador da dívida e o passivo, nesse caso, é de 96% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía um passivo líquido exposto à variação da taxa de juros no valor de R\$1.024 milhões. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía um passivo líquido exposto à variação da taxa de juros no valor de R\$678 milhões, em 31 de dezembro de 2011, o valor era de R\$2.420 milhões e, em 30 de setembro de 2012, o valor era de R\$2.909 milhões.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica de seu fluxo de caixa, o que é fortemente impactado pela receita, pelos investimentos, pelo serviço da dívida e pela política de dividendos da Companhia. Não se pode garantir que a relativa estabilidade da receita advinda da diversificação dos clientes não será afetada por questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem o fluxo de caixa. Ademais, não se pode garantir que os recursos de financiamento serão desembolsados conforme as demandas dos projetos e que haverá recursos suficientes em caixa ou de novos financiamentos para o pagamento dos compromissos financeiros. Tais fatores podem afetar adversamente o resultado operacional da Companhia.

A tabela a seguir demonstra o fluxo de caixa da Companhia:

Valores em R\$ mil	2009	2010 (reclassificado)	2011	Período encerrado em 30/09/2011 (Reclassificado)	Período encerrado em 30/09/2012
NO INÍCIO DO PERÍODO	442.421,00	246.201,00	503.409,00	503.409,00	527.296,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.110.126,00	1.025.186,00	1.269.473,00	943.722,00	661.498,00
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(608.259,00)	(804.420,00)	(1.180.287,00)	(731.062,00)	(1.109.466,00)
Em Investimentos	(172,00)				
Em Intangível	(86.914,00)	(447.620,00)	(442.342,00)	(739.349,00)	(980.799,00)
No Ativo Financeiro	(521.173,00)	(356.800,00)	(732.977,00)	-	-
Em Fundos Vinculados		-	-	8.287,00	(21.453,00)
Em Títulos e Valores Mobiliários		-	(4.968,00)	-	(107.214,00)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(698.087,00)	36.442,00	(65.299,00)	235.816,00	634.442,00
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	118.622,00	665.591,00	625.725,00	525.726,00	868.467,00
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(167.674,00)	(318.977,00)	(308.990,00)	(223.141,00)	(234.025,00)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(649.035,00)	(310.172,00)	(382.034,00)	(66.769,00)	-
NO FIM DO PERÍODO	246.201,00	503.409	527.296	951.885,00	713.770

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Todas as informações consideradas relevantes pertinentes a este tópico foram devidamente informadas nos itens anteriores.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	04/08/2004
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade por ações, por meio da Lei Estadual nº 15.290/2004, como subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	25/09/2006

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico

A Companhia foi constituída em 4 de agosto de 2004, sob a forma de sociedade por ações, como subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), nos termos da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, como resultado do processo de desverticalização da CEMIG, uma vez que a CEMIG era uma sociedade que atuava de forma integrada, concentrando as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Em referido processo, a totalidade dos ativos operacionais e não operacionais da CEMIG relacionados às atividades de distribuição de energia elétrica foram transferidos à Companhia, juntamente com os demais direitos e obrigações decorrentes da prestação de tais serviços.

As operações da Companhia tiveram início em 1º de janeiro de 2005, sendo que a Companhia teve a sua abertura de capital autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 25 de setembro de 2006. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores e ela é hoje registrada na CVM como emissor categoria B, de acordo com a Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.

Por deter 100% do capital social da Companhia, a CEMIG detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia e adotar soluções que julgue necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento. A CEMIG, por sua vez, é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, constituída em 1952 para oferecer ao Estado de Minas Gerais a infraestrutura necessária para alavancar o seu desenvolvimento. Atualmente, a CEMIG atua como *holding* do Grupo CEMIG, controlando e centralizando todas as decisões do Grupo.

Segundo dados divulgados em uma pesquisa elaborada em 2011 pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (“ABRADEE”), a Emissora é uma das maiores concessionárias de distribuição de energia elétrica do Brasil, por sua posição estratégica, competência técnica, tamanho de rede e mercado atendido. De acordo com informações disponibilizadas no portal da ANEEL, a Emissora é atualmente a principal empresa de distribuição de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, o terceiro mercado consumidor do País, onde estão instaladas algumas das maiores empresas nas áreas de siderurgia, mineração, automobilística e metalurgia.

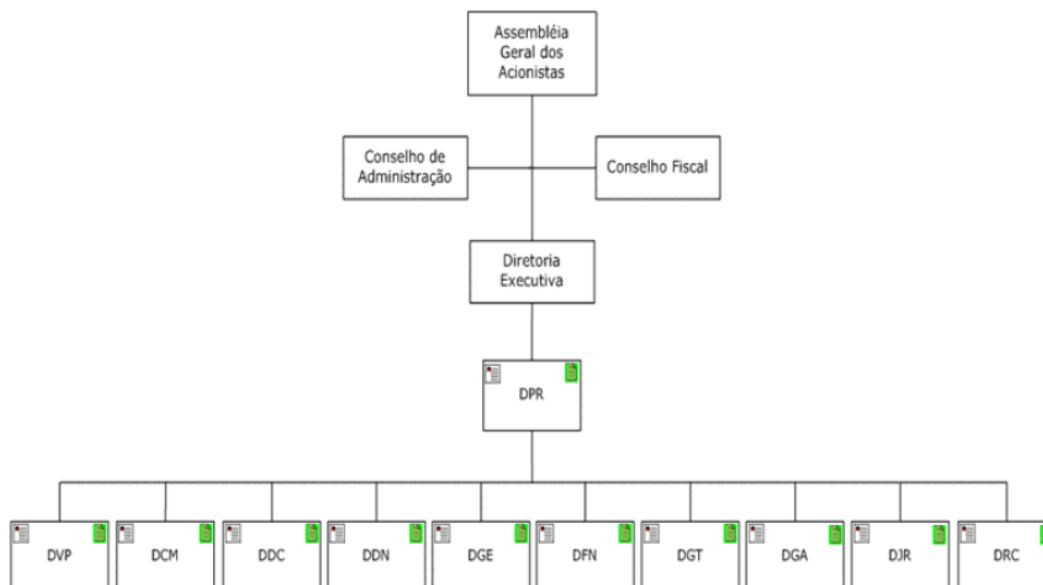
A Companhia tem por objeto, de acordo com o caput do artigo 2º de seu Estatuto Social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

A administração da Companhia é realizada por meio de uma estrutura corporativa que permite padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras.

Estrutura Organizacional

A Companhia é uma subsidiária integral da CEMIG e mantém a mesma estrutura organizacional de sua controladora, a qual é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, pela presidência, vice-presidência e por nove diretorias, cujas responsabilidades são determinadas pelo Conselho de Administração, em conformidade com seus respectivos Estatutos Sociais. Desta forma, é possível padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras. Segue a estrutura organizacional da Companhia e da CEMIG na data deste Formulário de Referência:

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico



DPR – Presidência

DVP – Diretor Vice Presidente

DCM – Diretoria Comercial

DDC – Diretoria de Distribuição e Comercialização

DDN – Diretoria de Desenvolvimento de Negócios

DGE – Diretoria de Gestão Empresarial

DFN – Diretoria de Finanças e Relações com Investidores

DGT – Diretoria de Geração e Transmissão (*)

DGA – Diretoria de Gás

DJU – Diretoria Jurídica

DRC – Diretoria de Relações Institucionais e Comunicação

(*) A Companhia não possui designação específica para a Diretoria de Geração e Transmissão, que atua apenas na CEMIG Geração e Transmissão S.A.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

6.5. Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Não houve, nos últimos 3 anos, eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais a Companhia tenha passado.

A Companhia não possui controladas ou coligadas.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

A Companhia não está sujeita à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

7 - Atividades do emissor

7.1. Descrição das atividades do emissor

A Companhia tem por objeto estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

A Companhia desenvolve suas atividades com base em contratos de concessão celebrados com o Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Atualmente, a Companhia possui participação em quatro concessões, reguladas através dos Contratos de Concessão de Distribuição CEMIG Norte nº 002/97, CEMIG Sul nº 003/97, CEMIG Leste nº 004/97 e CEMIG Oeste nº 005/97, todos datados de 10 de julho de 1997.

O negócio da Companhia envolve a compra e subtransmissão de energia de alta voltagem (138kV e 88 kV), sua transformação em média e baixa voltagem, e sua distribuição e venda para consumidores finais no Estado de Minas Gerais. A Companhia detém concessões para distribuição de energia elétrica em uma área que abrange aproximadamente 96,7% do Estado de Minas Gerais. A Companhia desenvolve atividades de distribuição de energia elétrica em 774 municípios e 5.415 localidades do Estado de Minas Gerais, atendendo a, aproximadamente, 19 milhões de habitantes, de acordo com o censo do ano 2010.

Conforme demonstrado no quadro abaixo, em 30 de setembro de 2012 a Companhia detinha e operava mais de 479 mil km de redes de distribuição (cerca de 95 mil em área urbana e 384 mil em área rural) e aproximadamente, 17 mil km de linhas de distribuição, com 7,4 milhões de unidades consumidoras.

Dados da concessão	
Área de concessão - km²	567,5 mil
Número de consumidores	7.483.697
Número de localidades atendidas	5.415
Número de municípios atendidos	774
Força de trabalho	
Empregados	6.437
Dados físicos	
Linhas de Distribuição (km)	16.979
Redes de Distribuição MT/BT (km)	479.317
Urbana (km)	94.909
Rural (km)	384.408
Número de subestações	386
Capacidade instalada (MVA)	8.513

Fonte: Companhia

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

O mapa abaixo apresenta a área de atuação da Companhia:



Fonte: Companhia

A Companhia obtém a maior parte de suas receitas por meio da venda de energia elétrica aos consumidores cativos localizados dentro de sua área de concessão. A receita com fornecimento bruto de energia elétrica da Companhia foi de R\$7.979.376 mil no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, em comparação a R\$7.261.473 mil no mesmo período de 2011, representando um aumento de 9,89%. A energia distribuída, que compreende a energia faturada aos clientes cativos e a energia transportada para clientes livres e distribuidoras com acesso às redes da Companhia, totalizou 33.312 GWh no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, com decréscimo de 0,2% em relação a igual período de 2011.

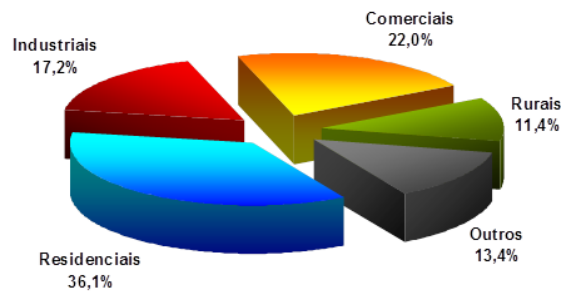
Esse resultado é uma composição do crescimento de 0,6% na energia do mercado cativo, com destaque para as classes residencial, comercial/serviços e rural e decréscimo de 1,1% no volume de energia transportada, associado à redução do nível da atividade industrial no Estado de Minas Gerais e no Brasil.

As tarifas que a Companhia cobra pela distribuição de energia a consumidores finais são determinadas de acordo com o contrato de concessão da Companhia e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL. Os valores das tarifas de energia elétrica (uso de rede e fornecimento) são reajustados anualmente pela ANEEL, revistas periodicamente, de acordo com o contrato de concessão, e, por fim, podem ser revistas em caráter extraordinário. Para maiores informações sobre o modelo tarifário aplicável à Companhia, vide a seção “Modelo Tarifário do Setor de Distribuição de Energia Elétrica no Brasil” abaixo.

A Companhia possui um mercado diversificado, no qual nenhuma classe de consumidores responde por mais de 40% da energia faturada (em MWh) ou da receita líquida (em reais), conforme demonstrado nos gráficos abaixo:

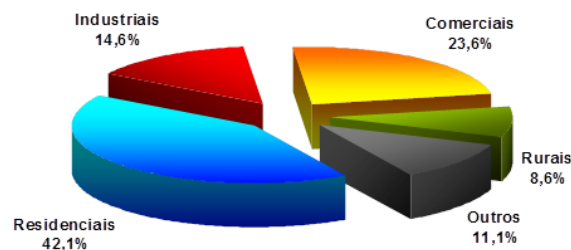
7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

ENERGIA FATURADA (MWh)



Fonte: Companhia

RECEITA LÍQUIDA (REAIS)



Fonte: Companhia

O desempenho das principais classes de consumo de energia elétrica está descrito a seguir:

Residencial: Esta classe detém 19,8% do mercado da Companhia e totalizou 6.594 GWh no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, com crescimento de 2,8% em relação a 2011. O consumo de energia desta classe está associado à ligação de novas unidades consumidoras e a manutenção do consumo de bens e serviços pelas famílias em função das condições favoráveis da economia brasileira, como: (i) crescimento do emprego formal; (ii) crescimento da massa salarial; (iii) aumento real do salário mínimo; e (vi) expansão da oferta de crédito para pessoa física.

Em setembro de 2012, foram atendidos 5,9 milhões de consumidores, com crescimento de 1,6% em relação a 30 de setembro de 2011. O consumo médio mensal por consumidor, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, foi de 123,6 kWh/mês, com crescimento de 1,2% em relação a igual período do ano anterior (122,1 kWh/mês).

Industrial: A energia consumida pelos clientes cativos e a energia transportada para clientes livres representa 53,1% da energia distribuída da Companhia e totalizou 17.679 GWh no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, com redução de 3,8% em relação ao mesmo período de 2011. O comportamento desse mercado está associado à retração da atividade industrial em que contribuem os seguintes fatores: (i) redução na produção física; (ii) menor demanda internacional; (iii) redução de investimento no próprio setor; (iii) queda nos preços de commodities; (iv) aumento de importados na oferta interna de bens; e (v) nível de estoque efetivo acima do planejado pelas empresas. A indústria extrativa mineral detém 15,8% da energia da classe industrial e apresentou crescimento de 0,3% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, em relação ao mesmo período de 2011. Na indústria de transformação, sete ramos detêm 64,3% da indústria geral e cinco ramos apresentaram redução no consumo de energia: ferroligas (-12,5%), siderurgia (-3,2%), química (-7,2%), materiais de transporte (-1,2) e metalurgia metais não ferrosos (-3,1%). Por outro lado, dois ramos apresentaram taxas positivas de crescimento: cimento e clínquer (5,8%) e produtos alimentares (0,5%).

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Comercial e Serviços: A energia fornecida para clientes cativos e a energia transportada para clientes livres representa 12,9% da energia distribuída da Companhia e totalizou 4.302 GWh no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, o que representa um crescimento de 5,8%, em relação ao mesmo período de 2011. O comportamento dessa classe está associado ao comportamento do consumo final das famílias de bens e serviços e do consumo de bens e serviços entre os vários setores econômicos. Todos os ramos de atividade apresentaram taxas positivas de crescimento com destaque para: comércio varejista (6,6%), comércio atacadista (8,2%), serviços de comunicação (4,5%), serviços auxiliares diversos (4,0%), serviços de saúde (3,4%) e serviços de alojamento e alimentação (1,5%).

Rural: O consumo desta classe, que representa 6,2% do mercado da Companhia, totalizou 2.091 GWh e cresceu 7,0% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, relacionado às condições climáticas atípicas no ano de 2012.

As demais classes – poder público, iluminação pública, serviço público, consumo próprio - e a energia de transporte das distribuidoras, detêm, em conjunto, 7,9% da energia da Companhia e cresceram 3,1%, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, em relação ao mesmo período 2011.

Discriminação	janeiro - setembro 2012				Variação 2012/2011	
	Clientes		Energia		Clientes	Energia
	Quantidade	%	MWh	%	%	%
Energia Distribuída	7.483.184	100,0	33.312.411	100,0	3,0	-0,2
Venda a Consumidores Finais	7.482.825	100,0	18.277.050	54,9	3,0	0,6
Residencial	5.982.840	80,0	6.593.995	19,8	1,6	2,8
Industrial	77.193	1,0	3.137.724	9,4	0,6	-11,8
Comercial	689.017	9,2	4.011.848	12,0	5,5	3,7
Rural	660.039	8,8	2.091.501	6,3	16,1	7,0
Poder Público	60.679	0,8	610.726	1,8	1,8	1,9
Iluminação Pública	3.181	0,04	928.484	2,8	0,3	4,3
Serviço Público	9.056	0,1	877.436	2,6	3,1	1,7
Consumo Próprio	820	0,01	25.336	0,1	-0,7	-4,2
Energia Transportada ⁽¹⁾	359	0,005	15.035.361	45,1	20,9	-1,1
Industrial	280	0,004	14.541.689	43,7	12,9	-1,9
Comercial	76	0,001	290.367	0,9	65,2	45,0
Distribuidora	3	0,000	203.304	0,6	0,0	11,5

(1) Uso da rede de distribuição pelos clientes livres e distribuidoras

MODELO TARIFÁRIO DO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

O negócio distribuição de energia elétrica tem como característica principal ser um monopólio natural, em função da sua inviabilidade econômica para a sociedade num ambiente concorrencial. Dessa forma, o agente regulador independente — no caso, a ANEEL — define uma taxa de remuneração adequada ao risco do negócio e os custos operacionais, conforme as melhores práticas de mercado. As tarifas de distribuição de energia, portanto, são definidas pelo regulador.

O setor elétrico é um negócio intensivo em capital e por muitos anos teve seu parque construído com recursos de bancos de fomento como BIRD, BID e Eximbank. Com a escassez dos recursos dos bancos de fomento para financiar o setor, foi necessário atrair o capital privado para fazer face aos investimentos necessários para atendimento à demanda de expansão do setor. Com isso iniciou-se a reestruturação do setor elétrico nacional, ocorrendo a mudança do modelo de custo do serviço então vigente para o modelo de serviço pelo preço, baseado na experiência inglesa do *price-cap*.

Esse novo modelo tem como um dos pilares a modicidade tarifária, através do incentivo à busca da eficiência e à redução dos custos regulatórios. Como atrativo ao capital privado, para financiar os altos investimentos necessários para atender o crescimento da demanda de energia no país, o governo criou uma fórmula paramétrica que garante o repasse direto aos consumidores dos custos não gerenciáveis das concessionárias de distribuição (energia comprada para revenda, despesa com transporte e encargos setoriais). O mesmo, porém, não acontece com os custos gerenciáveis, que são aqueles que as

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

distribuidoras têm o poder de gerenciar (como custo de pessoal, material e serviços, e também o custo relacionado com a remuneração do capital e à depreciação do investimento).

A fórmula paramétrica, que é aplicada anualmente às tarifas nas datas base de cada distribuidora, corrige as tarifas repassando automaticamente a variação dos custos não gerenciáveis. Os custos gerenciáveis, por sua vez, são corrigidos pelo Índice Global de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”) menos um fator de produtividade (fator X), conforme fórmula abaixo:

$$IRT = \frac{VPA + VPB (IGPM - X)}{RA}$$

Onde:

IRT = índice de reajuste tarifário
VPA = custos não gerenciáveis
VPB = custos gerenciáveis
IGPM = índice de correção de preços
X = fator de produtividade
RA = receita auferida nos doze meses antes ao reajuste.

Em intervalos de três a cinco anos, conforme estabelecido no respectivo contrato de concessão, as distribuidoras passam por revisões periódicas, quando não há a aplicação da fórmula paramétrica, mas a definição de novos parâmetros regulatórios para a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica. Além disso, as distribuidoras têm a possibilidade de pleitear junto à ANEEL a revisão extraordinária de suas tarifas.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

7.9. Outras informações relevantes

INFORMAÇÕES REFERENTES A CLASSIFICAÇÕES E CERTIFICAÇÕES DA COMPANHIA

Prêmio Nacional da Qualidade

Em 2011, a Cemig D foi reconhecida como destaque nacional no Critério “Processos” pela Fundação Nacional de Qualidade. O Prêmio Nacional da Qualidade é um ciclo de avaliação, realizado anualmente pela Fundação Nacional de Qualidade, e que reconhece as organizações que praticam a Excelência em Gestão no Brasil. São avaliados 8 critérios: Liderança, Estratégias e Planos, Clientes, Sociedade, Informações e Conhecimento, Pessoas, Processos e Resultados.

VANTAGENS COMPETITIVAS

A Companhia possui as seguintes vantagens competitivas:

Alta confiabilidade dos ativos físicos. No entendimento da Companhia, os ativos da Companhia que integram seus sistemas elétricos de distribuição foram construídos e são mantidos e operados consoante padrões de engenharia elevados, conferindo uma alta confiabilidade aos serviços prestados pela Companhia.

Corpo gerencial e técnico com ampla experiência em distribuição de energia. Os funcionários da Companhia que ocupam cargos gerenciais e técnicos possuem, no entendimento da Companhia, ampla experiência em distribuição de energia, o que garante maior segurança na condução dos negócios da Companhia. Ademais, em seu entendimento, a Companhia possui equipes especializadas em leilões de energia elétrica, na gestão de contratos e seus riscos, bem como na gestão de ativos de distribuição, o que propicia maior segurança em suas decisões.

Forte geração de caixa operacional. A geração de caixa decorrente das atividades operacionais da Emissora nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 foi de R\$ 1.110 milhões, R\$ 1.025 milhões e R\$ 1.269 milhões, respectivamente. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, a geração de caixa decorrente das atividades operacionais da Emissora foi de R\$ 661 milhões, sendo que sua geração de caixa decorrente das atividades operacionais no mesmo período de 2011 foi de R\$ 944 milhões.

Solidez Financeira. A Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada por um endividamento moderado, de aproximadamente R\$ 4.327 milhões em 30 de setembro de 2012, com 52,8% e 47,2% do endividamento de curto e de longo prazo, respectivamente, compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional.

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS

A Companhia está alinhada ao direcionamento estratégico da CEMIG, com sua atenção voltada para a maximização do valor para o acionista de forma sustentada, o aproveitamento de sinergias entre as empresas do Grupo CEMIG, a observância de políticas de governança interna e externa e a integração dos três pilares da sustentabilidade empresarial (econômico, social e ambiental).

A Companhia, por tratar-se de empresa que atua em setor altamente regulado, desenhou sua estratégia de modo a contemplar, concomitantemente, a excelência em investimentos, a busca contínua de aumento de sua rentabilidade com atenção permanente à gestão de riscos, à eficiência operacional, à representatividade em fóruns institucionais relevantes e ao cumprimento da legislação ambiental e da regulamentação setorial, estabelecidos no âmbito da ANEEL.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Considerando o disposto acima, são apresentados abaixo os principais objetivos estratégicos da Companhia:

Realização de investimentos prudentes, rentáveis e coerentes com seu planejamento. A ANEEL prevê revisões tarifárias quinquenais, revisões tarifárias extraordinárias e reajustes tarifários anuais. Nas revisões quinquenais, os ativos da Companhia são reavaliados, assim como seus gastos operacionais recorrentes, sendo a receita total redefinida visando a cobertura desses gastos e a remuneração regulatória dos investimentos realizados. Por esta razão, a Companhia busca sempre equacionar seus cronogramas de investimentos de modo que o seu fluxo de caixa seja maximizado, consideradas as datas de revisões quinquenais e a necessidade de atender seu mercado consumidor de forma adequada e com qualidade. Ademais, a Companhia busca sempre fazer investimentos prudentes e ao mesmo tempo rentáveis, uma vez que, durante as revisões quinquenais, a ANEEL pode não reconhecer na tarifa investimentos considerados imprudentes. A busca de redução dos custos unitários de investimentos pela Companhia também constitui fator de alinhamento com critérios apresentados pela ANEEL.

Redução nos níveis de inadimplência e de perdas comerciais de energia. A Companhia procura envidar esforços consistentes e implementar políticas objetivas para reduzir seus níveis de inadimplência e de perdas comerciais de energia elétrica, tais como furtos e fraudes.

Mitigação dos riscos de perdas financeiras na compra e venda de energia. A Companhia procura sempre reduzir os riscos na atividade de compra e venda de energia, com a formulação e revisão de estratégias e/ou táticas negociais que mitiguem perdas financeiras decorrentes do repasse não integral dos custos totais de compra de energia para as tarifas dos consumidores e/ou da aplicação de sanções estabelecidas pela legislação vigente para desvios de mercado.

Aumento da eficiência operacional. A Companhia pretende continuar implementando práticas de trabalho mais eficientes em suas atividades de distribuição, tanto na esfera administrativa, relativa a rotinas e controles de suporte, quando na esfera operacional, relativa à operação física dos ativos.

Fortalecimento de sua imagem. A Companhia tem o objetivo de fortalecer sua imagem nos mercados em que atua e perante seus clientes e clientes em potencial, comunidade, ANEEL, governos municipal, estadual e federal, entre outros, prestando, para tanto, serviços de qualidade, com confiabilidade e agilidade, estando sempre à disposição desse público; a ideia é estabelecer uma comunicação adequada, sempre demonstrando transparência e reforçando a credibilidade da Companhia, inclusive por meio da prática de atividades de responsabilidade sócio-ambiental.

Política de atuação junto aos órgãos reguladores com a finalidade de garantir o equilíbrio econômico-financeiro de suas operações. A Companhia mantém uma política consistente de atuação junto aos órgãos reguladores para, entre outras coisas, assegurar que as tarifas praticadas reflitam a obtenção da receita requerida ao equilíbrio econômico-financeiro de seus negócios, possibilitando que a Companhia cubra não só seus custos gerenciáveis regulatórios, mas também suas despesas não gerenciáveis (e.g., compra e transporte de energia, tributos e demais encargos) e a remuneração de seus ativos (retorno e depreciação), preservando, contudo, um nível tarifário que, na opinião da Companhia, seja adequado para seus consumidores.

Desenvolvimento de projetos consistentes de pesquisa e desenvolvimento. A Companhia mantém uma política de atuação junto às universidades e aos centros de pesquisa, fomentando o desenvolvimento de novas técnicas atreladas ao melhoramento das suas atividades e, conseqüentemente, melhorando a qualidade do atendimento a seus consumidores e diminuindo os custos praticados.

PADRÕES INTERNACIONAIS RELATIVOS À PROTEÇÃO AMBIENTAL

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Os princípios internacionais relativos à proteção ambiental adotados pela Companhia são os mesmos adotados por sua controladora, a CEMIG. Em 2009, a CEMIG aderiu ao Pacto Global, uma iniciativa internacional voluntária desenvolvida pela Organização das Nações Unidas, com o objetivo de incentivar as empresas a adotar valores fundamentais relacionados à responsabilidade social.

Os dez princípios estão descritos na cartilha “Responsabilidade Social Empresarial”, distribuída aos empregados e fornecedores da CEMIG e disponibilizada em seu website. Além dos princípios, a cartilha também informa as práticas que a companhia já realiza de acordo com as diretrizes do Pacto Global, relativos à proteção ambiental.

Adicionalmente, as áreas da CEMIG podem certificar-se em Sistema de Gestão Ambiental – SGA, conforme a Norma Internacional NBR ISSO 14001:2004, ou adotar um Sistema de Gestão Interno denominado SGA Nível 1, desenvolvido a partir dos princípios e requisitos da Norma NBR ISO 14001 e com certificação externa.

POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO CULTURAL

A Companhia executa e apoia projetos voltados para o desenvolvimento regional dos locais onde atua. A Companhia também apoia eventos culturais nos municípios em que está presente..

Na esfera cultural, a Companhia patrocina diversos projetos através de recursos próprios, além daqueles previstos e assegurados por leis de renúncia fiscal como a Lei Rouanet de Incentivo à Cultura. A seleção dos projetos é realizada em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, por meio do Programa “CEMIG Cultural”. Dessa forma, alcança demandas do interior de Minas Gerais, de pequenos grupos iniciantes, além de iniciativas de arte contemporânea e segmentos culturais de escasso patrocínio por parte da iniciativa privada.

RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES E CLIENTES E PRINCIPAIS CONCORRENTES

Por se tratar de uma subsidiária integral de sociedade de economia mista, indiretamente controlada pelo Estado de Minas Gerais, as contratações são precedidas de processo de licitação, disciplinado pela legislação federal e estadual, em especial pela Lei 8.666, de junho de 1993 e alterações de 1994 e 1998.

Por estar sujeita à Lei 8.666/93, que exige a observância dos princípios constitucionais (isonomia impessoalidade, publicidade) a Companhia trata seus fornecedores de forma igualitária sem segmentar as necessidades e expectativas por tipo de fornecedor. Com base nessa premissa a Companhia sintetiza essas necessidades e expectativas em: pagamento no prazo, cumprimento das cláusulas contratuais por parte da Companhia, relacionamento duradouro e transparente e reconhecimento da qualidade para seus produtos e serviços.

O mercado da Companhia é composto pelos consumidores de energia elétrica dos 774 municípios da sua área de concessão em Minas Gerais, segmentados em clientes cativos, que mantêm relacionamento comercial com a concessionária de forma integral, com tarifas reguladas pelo poder concedente, e clientes livres e livres especiais, que compram energia elétrica no mercado, devendo, entretanto, pagar pelo acesso ao sistema de distribuição a que estejam conectados. Existe ainda uma segmentação do mercado de clientes cativos, por classe de consumo e nível de tensão de fornecimento, imposta pela legislação: clientes industriais, residenciais, comerciais, rurais e outros. Com o objetivo de fortalecer o relacionamento comercial com seus clientes, a Companhia realiza um aprofundamento na segmentação de seu mercado. A prestação de serviço de fornecimento de energia é regulamentada pela Aneel, que define os níveis de qualidade e os critérios de fornecimento do serviço aos clientes e estabelece contratos de concessão com a Companhia, que limitam sua área de atuação. Dessa forma, os clientes existentes e os potenciais, que estejam dentro da área de concessão, são os clientes alvo. Em programas específicos, existe a definição de clientes alvo pré-determinados, como, por exemplo, o

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

programa “Luz para Todos” para atender clientes de baixo consumo (carga instalada até 50 kW) que terão garantido o acesso e o uso da energia elétrica.

Em 2011, os dez maiores consumidores da Cemig foram abastecidos com altas tensões e consumiram 7.154 GWh, ou 15,8% do total de energia elétrica fornecida durante o exercício.

A tabela seguinte apresenta os nomes e os respectivos segmentos de atuação dos dez maiores consumidores industriais da Companhia no exercício social encerrado em 2011:

Dez maiores consumidores industriais da Cemig (listados em ordem decrescente da quantidade de energia (GWH) elétrica faturada em 2011):	Segmento
White Martins Gases Industriais Ltda	Produtos Químicos
Usiminas - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Cubatão	Aço
Usiminas - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Ipatinga Gerais	Aço
Rima Industrial S.A.	Ferroligas
Companhia Ferroligas Minas Gerais	Ferroligas
Ligas de Alumínio S.A. - LIASA	Ferroligas
Kinross Brasil Mineração S.A.	Mineração
ArcelorMittal Brasil S.A.	Aço
Samarco Mineração S.A.	Mineração
Gerdau Aços Longos S.A.	Aço

A tabela a seguir apresenta os volumes de vendas de energia elétrica industrial da Companhia por tipo de cliente industrial no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011:

Consumidores industriais	Energia vendida Volume em GWh	Consumo como uma porcentagem da energia industrial total Vendida – Volume
Siderurgia	6.205	24,3%
Ferro-liga	5.255	20,5%
Setor químico	2.742	10,7%
Setor de Mineração	2.615	10,2%
Alimentação	1.547	6,0%
Material de Transporte	969	3,8%
Cimento	829	3,2%
Outros	5.867	21,3%
Total.	26.029	100,0%

A Companhia entende que seus principais concorrentes são: Eletropaulo, Coelba, Light, Copel Distribuição, CPFL Paulista, Eletrobrás Distribuição, Celpe, Coelce, Ampla, dentre outras.

INFORMAÇÕES SOBRE MARCAS E PATENTES E DESCRIÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS EM DESENVOLVIMENTO

Apesar de a Companhia não depender de patentes, licenciamentos ou contratos de royalties para o desenvolvimento de suas atividades, a marca “CEMIG Distribuição” é um ativo estratégico. Os níveis de conhecimento dos clientes e dos mercados a respeito da marca e dos produtos da organização para todos os segmentos são identificados e avaliados por meio da “Pesquisa para Avaliação da Marca CEMIG”, coordenada pela área de Comunicação Empresarial da Companhia. Essa pesquisa é realizada anualmente, desde 2007, sendo conduzida pela consultoria Brand Finance. Essa pesquisa permite avaliar o nível de conhecimento dos clientes a respeito da marca e, por meio dos resultados dessa pesquisa, a Companhia obtém subsídios para gerar ações de manutenção ou melhoria da sua

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

marca frente a seus clientes e à sociedade. A Companhia entende que a metodologia dessa pesquisa está alinhada com as melhores práticas existentes no mercado brasileiro e internacional.

A Companhia busca acompanhar a evolução tecnológica do setor elétrico. Nesse sentido, citamos o desenvolvimento do sistema de geoprocessamento, o qual permite que uma reclamação de falta de energia, feita por meio do sistema “Fale com a CEMIG”, chegue à equipe de campo em cerca de 30 segundos, e o software “GEMINI”, que possibilita definir a melhor maneira de elaborar o traçado da rede de distribuição, proporcionando economia e agilidade. Além disso, a Companhia acredita ser uma das pioneiras na utilização do óleo vegetal em transformadores.

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS E POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Em novembro de 2012, a Companhia contava com 6.417 funcionários. As principais políticas da área de Recursos Humanos são:

- (i) Desenvolvimento de pessoas;
- (ii) Administração de pessoas;
- (iii) Promoção da segurança do trabalho, da saúde e do bem estar dos empregados; e
- (iv) Respeito às relações sindicais.

A Companhia também adota diversos processos de recursos humanos, destinados a promover o desenvolvimento e o bem-estar de seus funcionários, entre os quais se destacam: implementação de programas de treinamento e desenvolvimento de pessoas, manutenção de um plano de cargos e remuneração, gestão sucessória, manutenção de um programa de auxílio à educação e incentivo à pós-graduação e à mobilidade interna.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

8.1. Descrição do Grupo Econômico

a) controladores diretos e indiretos

A Cemig Distribuição S.A. é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), que detém 100% de seu capital social (exceto pelas ações detidas pelos membros do seu Conselho de Administração). A CEMIG, por sua vez, é controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

CEMIG

A CEMIG acredita ser um dos mais sólidos e importantes grupos do segmento de energia elétrica do Brasil, participando em 114 sociedades e 16 consórcios, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em Minas Gerais a CEMIG responde por 96% da área de concessão, com mais de sete milhões de consumidores, em 774 municípios. É, ainda, na visão de seus Diretores, a maior fornecedora de energia para clientes livres do Brasil, com 25% do mercado, e um dos maiores grupos geradores, responsável pela operação de 70 usinas, com capacidade instalada de 7.038 megawatts. A atuação da CEMIG estende-se a 22 estados brasileiros, além do Distrito Federal, e ao Chile, com a operação de uma linha de transmissão em consórcio com a Guarupart Participações Ltda. Em 2010, ampliou sua participação na Light S.A., distribuidora que atende o Rio de Janeiro e outras cidades fluminenses. Também possui participação em empresas transmissoras de energia elétrica (Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.), investimentos no segmento de gás natural (Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG), telecomunicações (Cemig Telecomunicações S.A. - Cemig Telecom) e eficiência energética (Efficientia S.A.).

A CEMIG é uma sociedade de capital aberto, possuindo cerca de 116 mil acionistas em mais de 40 países. Suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e nas bolsas de valores dos Estados Unidos da América (NYSE) e da Espanha (LATIBEX). A CEMIG é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que detém 50,95% das ações ordinárias e 22,27% do capital social total da Companhia. Os demais acionistas da CEMIG são: AGC Energia S.A. (32,96% das ações ordinárias e 14,41% do capital social total), BlackRock Inc. (9,39% das ações preferenciais e 5,29% do capital social total), Lazard Asset Management LLC (7,46% das ações ordinárias e 4,20% do capital social total). As demais ações ordinárias e preferenciais, representativas de 53,78% do capital social total da CEMIG são detidas por outros acionistas.

b) controladas e coligadas;

A Companhia não possui controladas e coligadas.

c) participações do emissor em sociedades do grupo:

A Companhia não possui participação societária em nenhuma sociedade do grupo econômico em que se insere.

d) participações de sociedades do grupo no emissor

Além da CEMIG, não há sociedades participantes do grupo em que a Companhia se insere que possuam participação na Companhia.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

e) sociedades sob controle comum

A CEMIG, controladora direta da Companhia, detém participação direta nas seguintes sociedades:

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) (Controlada) - subsidiária integral de capital aberto que possui 52 usinas, sendo 48 usinas hidrelétricas, três parques eólicos e uma termelétrica e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão. A CEMIG detém 100% de participação na Cemig GT.
- Light S.A. (“Light”) (Controlada em conjunto) - Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos. A Light é responsável pela distribuição de energia elétrica em municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital. A CEMIG detém 26,06% de participação na Light.
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A (51%) e pela CEMIG (49%).
- Sá Carvalho S.A. (“Sá Carvalho”) (Controlada) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho. A CEMIG detém 100% de participação na Sá Carvalho.
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (“Ipatinga”) (Controlada) - Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da Usina Térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS. A CEMIG detém 100% de participação na Ipatinga.
- Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG (“GASMIG”) (Controlada em conjunto) – Sociedade dedicada à aquisição, ao transporte e à distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais. A CEMIG detém 59,57% de participação na GASMIG.
- Cemig Telecomunicações S.A. – CEMIG Telecom (“CEMIG Telecom”) (anteriormente denominada Empresa de Infovias S.A.) (Controlada) - Sociedade dedicada à prestação e exploração de serviços especializados na área de telecomunicações, através de sistema integrado, constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços). A Cemig Telecom participa em 49% no capital da Ativas Data Center S.A. (Controlada em conjunto) cuja principal atividade é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TI – tecnologia de informação, compreendendo hospedagem física e serviços relacionados para médias e grandes corporações. A CEMIG detém 100% de participação na CEMIG Telecom.
- Efficientia S.A. (“Efficientia”) (Controlada) - Sociedade dedicada à prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia. A CEMIG detém 100,00% de participação na Efficientia.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

- Horizontes Energia S.A. (“Horizontes”) (Controlada) – Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Pequenas Centrais Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina. A CEMIG detém 100,00% de participação na Horizontes.
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (“Cogeração”) (Controlada) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos. A CEMIG detém 100,00% de participação na Cogeração.
- Rosal Energia S.A. (“Rosal”) (Controlada) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A CEMIG detém 100,00% de participação na Rosal.
- Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (anteriormente denominada Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (Controlada) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos. A CEMIG detém 100,00% de participação na Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A.
- Cemig PCH S.A. (“Cemig PCH”) (Controlada) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Pequena Central Hidrelétrica de Pai Joaquim. A CEMIG detém 100,00% de participação na Cemig PCH
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (“Capim Branco”) (Controlada) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e II, construídas por meio de consórcio com parceiros privados. A CEMIG detém 100,00% de participação na Capim Branco, que, por sua vez, possui 21,0526% de participação no consórcio.
- UTE Barreiro S.A. (“Barreiro”) (Controlada) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da implantação e exploração da central termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais. A CEMIG detém 100,00% de participação na Barreiro.
- Cemig Trading S.A. (“Cemig Trading”) (Controlada) - Sociedade dedicada à comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia. A CEMIG detém 100,00% de participação na Cemig Trading.
- Companhia Transleste de Transmissão (“Transleste”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à operação de linha de transmissão conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina Hidrelétrica de Irapé. A CEMIG detém 25,00% de participação na Transleste.
- Companhia Transudeste de Transmissão (“Transudeste”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora. A CEMIG detém 24,00% de participação na Transudeste.
- Companhia Transirapé de Transmissão (“Transirapé”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé – Araçuaí. A CEMIG detém 24,50% de participação na Transirapé.

- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo linha de transmissão no Estado do Pará. A ETEP constituiu a controlada Empresa Santos Dumont de Energia S.A., com participação de 100%. A CEMIG detém 49,98% de participação na ETEP.
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de duas linhas de transmissão no Estado do Pará e no Estado do Maranhão. A CEMIG detém 49,99% de participação na ENTE.
- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de linha de transmissão no Estado do Pará. A CEMIG detém 49,99% de participação na ERTE.
- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. A EATE possui participação nas seguintes Transmissoras: Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (Controlada em Conjunto); Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (Controlada) e Lumitrans Companhia. Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Controlada). A CEMIG detém 49,98% de participação na EATE.
- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de linhas de transmissão no Estado de Santa Catarina. A ECTE venceu, em 16 de dezembro de 2011, o Lote D do Leilão Aneel 006/2011. Para o recebimento outorga de concessão da ANEEL e implantação das instalações que foram objeto do referido leilão, a ECTE, constituiu, em 17 de janeiro de 2012, uma sociedade de propósito específico denominada Empresa de Transmissão Serrana S.A. A CEMIG detém 19,09% de participação na ECTE.
- Transchile Charrua Transmisión S.A. (“Transchile”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à implantação, operação e manutenção da LT Charrua - Nueva Temuco, e de duas seções de linha de transmissão nas subestações Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile é sediada na cidade de Santiago, no Chile. A linha de transmissão entrou em operação em janeiro de 2010. A CEMIG detém 49,00% de participação na Transchile.
- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta. A linha de transmissão entrou em operação em abril de 2010. A CEMIG detém 51,00% de participação na Centroeste.
- Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”) (Controlada em conjunto 25%) – Sociedade dedicada à participação no capital de outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista independente de sua atividade. A Parati possui participação de 96,80% na Redentor Energia S.A., que por sua vez possui participação na Rio Minas Energia Participações S.A. e 100% de participação na Luce Empreendimentos e Participações S.A. A CEMIG detém 25,00% de participação na Parati.
- Cemig Serviços S.A. (“Cemig Serviços”) (Controlada) – A Cemig Serviços tem por objeto a prestação de serviços, relacionados a projetos, construção, operação e manutenção de sistemas

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a prestação dos serviços administrativos, comerciais e de engenharia nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes. A CEMIG detém 100,00% de participação na Cemig Serviços.

Além disso, a CEMIG detém participação indireta nas seguintes sociedades:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através da Pequena Central Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina iniciou operação em 2009. Cachoeirão é controlada em conjunto pela Santa Maria Energética (51%) e Cemig GT (49%)
- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada em Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em agosto de 2009. Parajuru é controlada em conjunto pela Energimp (51%) e Cemig GT (49%).
- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari, formado pela Baguari Energia - 49,00% e Baguari I Geração de Energia Elétrica (SPE pertencente à Neoenergia S.A. - Neoenergia) - 51,00%, localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais. A usina iniciou a operação de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010. A Baguari Energia é controlada em conjunto pela Cemig GT (69,39%) e Furnas (30,61%).
- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (anteriormente denominada Terna Participações S.A.) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica em 11 estados do país. Atualmente a TAESA detém 14 concessões de transmissão, sendo 6 concessões detidas pela holding (TSN, NVT, ETEO, GTESA, PATESA e Munirah) e 5 controladas ou controladas em conjunto: (i) ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (53%); (ii) Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (39%); (iii) NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A. (100%); (iv) São Gotardo Transmissora de Energia S.A. (100%); e (v) União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. (100%) (“UNISA”), nova denominação social da Abengoa Participações Holding S.A. A UNISA, por sua vez, é titular de 100% de participação no capital social total das transmissoras STE – Sul Transmissora de Energia S.A., ATE Transmissora de Energia S.A., ATE II Transmissora de Energia S.A., e ATE III Transmissora de Energia S.A. A CEMIG GT possui participação de 43,36% na TAESA.
- Central Eólica Praia do Morgado S.A. (“Morgado”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em abril de 2010. Morgado é controlada em conjunto pela Energimp (51%) e Cemig GT (49%).
- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A usina iniciou operação em setembro de 2010. Volta do Rio é controlada em conjunto pela Energimp (51%) e Cemig GT (49%).
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado Pequena Central Hidrelétrica Pipoca, localizada no Rio Manhuaçu, em Caratinga e Ipanema, no Estado de Minas Gerais. A usina entrou em operação comercial em

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

outubro de 2010. Pipoca é controlada em conjunto pela Omega Energias Renováveis (51%) e Cemig GT (49%).

- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de Transmissão no Estado de Mato Grosso. Entrou em operação em junho de 2011. Conforme indicado acima, é detida pela Cemig GT (49%) e pela EATE (51%).
- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães, Senhora do Porto e Jacaré, localizadas em Dores de Guanhães, e Pequena Central Hidrelétrica Fortuna II, localizada em Virginópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As operações das primeiras unidades têm previsão de início de operação no final de 2013. A CEMIG GT possui participação de 49% na Guanhães Energia.
- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (Controlada) - Sociedade dedicada à produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, em futuros empreendimentos. A CEMIG GT detém 100% da participação na Cemig Baguari.
- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (Controlada em conjunto) - Sociedade dedicada à implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da controlada Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, tendo sua operação comercial se iniciado no princípio de 2012. A CEMIG GT detém participação de 10% na Madeira.
- Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) (Controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com atuação em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro. A Light possui participação de 100% na Light SESA.
- Light Energia S.A. (“Light Energia”) (Controlada) – Sociedade por ações de capital fechado que tem como atividades principais estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos. A Light Energia possui participação societária na Central Eólica São Judas Tadeu Ltda., Central Eólica Fontainha Ltda., Guanhães Energia e Renova Energia S.A. (“Renova”). A Renova, por sua vez, possui participação em 18 sociedades de propósito específico e em uma pequena central hidrelétrica. A Light possui participação de 100% na Light Energia.
- Light Esco Prestação de Serviços Ltda. (“Light Esco”) (Controlada) - Empresa que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação e prestação de serviços de consultoria no setor de energia. A Light Esco possui participação de 33% na EBL Companhia de Eficiência Energética S.A. A Light possui participação de 100% na Light Esco.
- Itaocara Energia Ltda. (“Itaocara Energia”) (Controlada) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica. A Light possui participação de 100% na Itaocara Energia.
- Lightger S.A. (“LightGer”) (Controlada em conjunto) Sociedade dedicada à análise da viabilidade técnica e econômica, elaboração do projeto, implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Pequena Central Hidrelétrica Paracambi, localizada no Ribeirão das Lajes, no município de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro. A usina entrou em operação

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

comercial em maio de 2012. A Lightger é controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão (49%).

- Light Soluções em Eletricidade Ltda. (“Light Soluções”) (Controlada) – Anteriormente denominada Lighthidro S.A., passou a ter a nova denominação de acordo com o contrato social datado em 27 de janeiro de 2011, tendo como atividade principal a prestação de serviço a clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral. A Light possui participação de 100% na Light Soluções.
- Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (“Instituto Light”) (Controlada) – Sociedade que tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais e tem interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades. A Light possui participação de 100% no Instituto Light.
- Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom”) (Controlada) - Sociedade que tem como objetivos a compra, venda, importação e exportação de energia e a consultoria em geral nos mercados livre e regulado de energia. A Light possui participação de 100% na Lightcom.
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) – Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela CEMIG, tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades.
- Amazônia Energia Participações S.A. (controlada em conjunto) – sociedade de propósito específico que detém a participação de 9,77% do capital social da Norte Energia S.A., empresa que detém a concessão da Hidrelétrica Belo Monte, localizada na bacia do Rio Xingu, no município de Vitória do Xingu (PA). Controlada em conjunto pela Light (25,5%) e pela CEMIG GT (74,5%).
- CR Zongschen E-Power Fabricadora de Veículos S.A. (“CR Zongschen”) (Controlada em Conjunto) – sociedade na qual a Light é acionista com 20% das ações, a partir da aquisição em 9 de setembro de 2011, tendo como objeto principal a fabricação de veículos elétricos de duas rodas da marca “Kasinski”, com foco em bicicletas e scooters elétricas. A fábrica será instalada no Município de Sapucaia no Estado do Rio de Janeiro, área de concessão da Light.

A CEMIG também possui participações indiretas por meio da Renova. A Renova possui participação direta nas seguintes sociedades: Nova Renova Energia S.A., Enerbrás Centrais Elétricas S.A., Centrais Elétricas Itaparica Ltda., Centrais Eólicas São Salvador Ltda. e Renova PCH Ltda.

Além disso, a Renova possui participação indireta nas seguintes sociedades: Bahia Eólica Participações S.A., Renova Eólica Participações S.A., Salvador Eólica Participações S.A., Centrais Eólicas Candiba S.A., Centrais Eólicas Igarorã S.A., Centrais Eólicas Ilhéus S.A., Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A., Centrais Eólicas Pindaí S.A., Centrais Eólicas Alvorada S.A., Centrais Eólicas Guanambi S.A., Centrais Eólicas Guirapá S.A., Centrais Eólicas N. Sra. Da Conceição S.A., Centrais Eólicas Pajeú do vento S.A., Centrais Eólicas Planaltina S.A., Centrais Eólicas Porto Seguro S.A., Centrais Eólicas Rio Verde S.A., Centrais Eólicas Serra do Salto S.A., Energética Serra da Prata S.A., Centrais Eólicas Pelourinho Ltda., Centrais Eólicas dos Araçás Ltda., Centrais Eólicas Ametista Ltda., Centrais Eólicas da Prata Ltda., Centrais Elétricas Borgo Ltda., Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda., Centrais Elétricas Serra do Espinhaço Ltda., Centrais Elétricas Seraíma Ltda., Centrais Eólicas Caetité Ltda., Centrais Elétricas Tanque Ltda., Centrais Elétricas Dourados Ltda., Centrais Elétricas Morrão Ltda., Centrais Eólicas Espigão Ltda., Centrais Eólicas Pilões Ltda. e Centrais Elétricas Maron Ltda.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

As sociedades controladas pela Renova dedicam-se à geração de energia elétrica a partir de usinas eólicas e pequenas centrais hidrelétricas.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

Tendo em vista ser facultativo, a Companhia optou, neste momento, por não divulgar o organograma do grupo econômico em que se insere.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios sociais e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, não houve, no grupo econômico da Companhia, quaisquer operações de reestruturação societária envolvendo a Companhia e/ou com efeitos relevantes para a Companhia.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4. Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes e pertinentes a este tópico foram devidamente informadas nos itens anteriores.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
---------------------------------------	---------------------	-------------------	--------------------------	---------------------

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
---------------	--------------------	---------	---	------------------------------------

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Documento ainda não preenchido!

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Todas as informações consideradas relevantes com relação a este tópico foram devidamente informadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da Companhia entendem que encerraram o terceiro trimestre de 2012 com a certeza de terem vencido os grandes desafios que se apresentaram durante o ano, relacionados à melhoria em seus resultados operacionais e financeiros, o expressivo programa de investimentos e a manutenção da qualidade no atendimento aos seus milhões de consumidores.

Primeiramente, os Diretores da Companhia ressaltam a melhoria expressiva do desempenho operacional em 2011. A Companhia apresentou, em 2011, um lucro de R\$720 milhões, o que representa um aumento de 63,27% em comparação ao lucro de R\$441 milhões no ano anterior. Essa mesma melhoria pode ser verificada nos demais indicadores de desempenho. Como destaque, o caixa líquido proveniente das atividades operacionais, que apresentou, em 2011, R\$1.269 milhões, que representa um aumento de 23,81% em comparação a R\$1.025 milhões em 2010, o que reflete um resultado importante para a garantia da execução do programa de investimentos e distribuição de dividendos ao acionista da Companhia.

Por outro lado, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, a Companhia apresentou um lucro de R\$409 milhões, o que representa uma redução de 23,41% em comparação ao lucro de R\$534 milhões no mesmo período do ano anterior. Os Diretores da Companhia destacam que essa situação impactou outros indicadores de desempenho, como o caixa líquido proveniente das atividades operacionais, que, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, foi de R\$661 milhões, comparados a R\$944 milhões no mesmo período de 2011, o que representou uma redução de 29,89%. A redução no lucro líquido (como também na geração de caixa) reflete um aumento das despesas com compra de energia elétrica, custo este que, por ser não controlável, será repassado aos consumidores no próximo reajuste tarifário, conforme regulação aplicada à distribuição de energia elétrica, o que leva a um impacto neutro sobre os resultados da Companhia.

No que se refere à redução dos custos, em função dos novos parâmetros regulatórios previstos para os próximos ciclos tarifários, a busca da eficiência operacional é de vital importância para garantir a sustentabilidade das operações da Companhia. Dessa forma, a Companhia vem realizando contínuas melhorias e alterações em seus processos que possam garantir a maior eficiência operacional. Ao longo dos três primeiros trimestres de 2012 a Companhia conseguiu apresentar melhorias substanciais com relação às despesas, apresentando quedas reais nos níveis de custos em todos estes trimestres, principalmente com relação às despesas controláveis.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia apresentava posição negativa para o Capital Circulante Líquido. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, está avaliando medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades, dentre as quais renegociações de financiamentos ou novas captações no mercado. Adicionalmente, em caso de alteração nos cenários macroeconômicos que implicassem na restrição de crédito para obtenção de financiamentos, os recursos necessários à manutenção das atividades operacionais da Companhia seriam garantidos através de aportes da sua controladora.

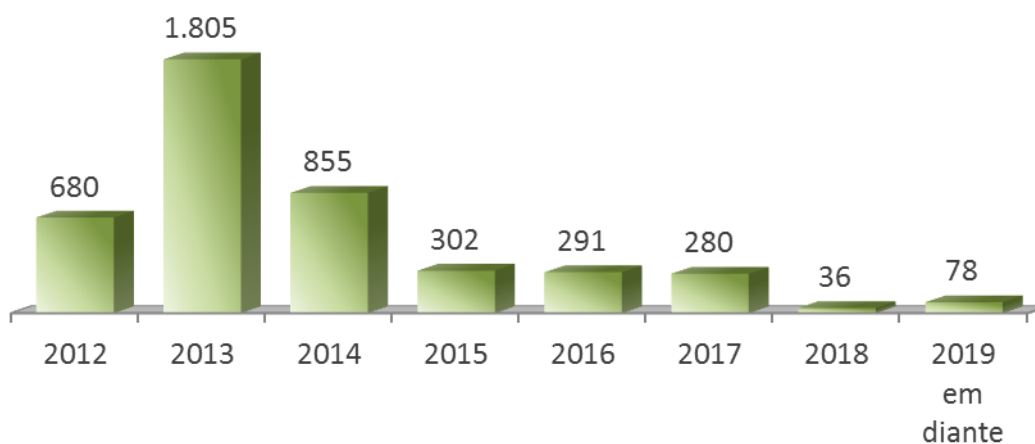
Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 30 de setembro de 2012, por um endividamento de R\$4,3 bilhões, sendo 53% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 47% representado por dívidas de longo prazo e, em 31 de dezembro de 2011, por um endividamento de R\$3,5 bilhões, sendo 18% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 82% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2010, a estrutura de capital da Companhia contemplava um endividamento de aproximadamente R\$3,0 bilhões, sendo 13% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 87% representado por dívidas de longo prazo. Já em 31 de dezembro de 2009, havia um endividamento de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões, sendo 16% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 84% representado por dívidas de longo prazo (sem os efeitos da reclassificação da dívida para o curto prazo decorrentes da não obtenção de *wavier* prévio dos credores pela ultrapassagem de alguns *covenants* financeiros, o que só ocorreu logo após o início de 2010). Em vista disso, o endividamento da Companhia tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional para implementar e executar seu plano de investimento.

O endividamento da Companhia, em 30 de setembro de 2012, tem um cronograma de amortizações com prazo médio de 2,1 anos. Embora haja uma concentração de dívidas vencendo em 2013, conforme gráfico abaixo, na opinião dos Diretores

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

da Companhia, a Companhia possui plenas condições de promover o refinanciamento dos vencimentos desse ano dado o amplo acesso da Companhia ao mercado de capitais local. Nos demais anos, os pagamentos são de até R\$855 milhões, aproximadamente, compatíveis com a geração de caixa.

Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Setembro/2012 (R\$ milhões)



em R\$ mil	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	4.869	29.919	2.268	-	-	-	-	19.370	56.426
Euro	948	1.722	1.722	1.722	1.722	-	-	-	7.836
	5.817	31.641	3.990	1.722	1.722	-	-	19.370	64.262
Indexadores									
IPCA (1)	32.536	-	-	173.049	173.048	173.049	-	-	551.682
IGP-M (2)	12.581	-	376.328	-	-	-	-	-	388.909
UFIR/RGR (3)	24.150	67.143	69.378	61.022	49.536	39.978	35.362	58.899	405.468
CDI (4)	428.833	1.107.634	404.443	65.914	65.909	66.361	-	-	2.139.094
Taxas pré-fixadas	172.389	598.117	-	-	-	-	-	-	770.506
TR (5)	1.523	-	382	96	-	-	-	-	2.001
Outros	2.236	-	-	573	725	724	516	-	4.774
	674.248	1.772.894	850.531	300.654	289.218	280.112	35.878	58.899	4.262.434
	680.065	1.804.535	854.521	302.376	290.940	280.112	35.878	78.269	4.326.696

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo - IPCA

(2) Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M

(3) Unidade Fiscal de Referência - UFIR/RGR

(4) Certificado Depósito Interbancário - CDI

(5) Taxa Referencial - TR

O custo médio da dívida da Companhia tem se mantido em níveis adequados ao longo dos anos (5,96% ao ano, a preços constantes, em 30 de setembro de 2012, 7,71% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2011, e 7,35% ao ano, em 31 de dezembro de 2010), reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros DI – Depósito Interfinanceiro (“CDI”). Em 30 de setembro de 2012, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: CDI (49% do total), taxas pré-fixadas (18% do total), IPCA (13% do total) e UFIR/RGR (9% do total). A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para uma qualidade de crédito satisfatória da Companhia:

	30 de setembro de	31 de dezembro de		
	2012	2011	2010	2009
LAJIDA / Juros 12 meses ⁽²⁾	4,47	5,38	4,52	6,80
Dívida Líquida ⁽³⁾ / LAJIDA 12 meses ⁽¹⁾	2,41	1,85	2,16	1,45
Dívida Líquida ⁽³⁾ / (Patrimônio Líquido + Dívida)	56%	53%	52%	53%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Líquida ⁽³⁾)				
--------------------------	--	--	--	--

Fonte: Companhia

(1) LAJIDA (12 meses): calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12. Vide item 3.9 deste Formulário de Referência.

(2) Juros: encargos de empréstimos e financiamentos (CDI e taxas pré-fixadas).

(3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa. Vide item 3.9 deste Formulário de Referência.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (patrimônio líquido mais dívida líquida). O patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2012 era de R\$2.822 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$3.613 milhões. Em 31 de dezembro de 2011 o patrimônio líquido da Companhia era de R\$2.656 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$2.984 milhões. Já em 31 de dezembro de 2010, era de R\$2.377 milhões e de R\$2.544 milhões, respectivamente, e em 31 de dezembro de 2009 era de R\$2.095 milhões e de R\$2.370 milhões, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a relação dívida líquida/(patrimônio líquido mais dívida líquida) tem se situado em níveis adequados, sendo 56% em 30 de setembro de 2012, 53% em 31 de dezembro de 2011, 52% em 31 de dezembro de 2010 e 53% em 31 de dezembro de 2009. Para maiores informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as demonstrações financeiras da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia. Até 30 de setembro de 2012, foram gerados pelas atividades operacionais o montante de R\$661 milhões de caixa. Até 31 de dezembro de 2011, foram gerados pelas atividades operacionais o expressivo montante de R\$1.269 milhões de caixa. Em 2010, foram gerados R\$1.025 milhões de caixa, enquanto que em 2009 foram gerados R\$1.110 milhões.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$714 milhões em 30 de setembro de 2012, R\$527 milhões em 31 de dezembro de 2011, R\$503 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$246 milhões em 31 de dezembro de 2009.

Por outro lado, a dívida líquida (empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa e equivalentes de caixa) da Companhia em 30 de setembro de 2012 era de R\$3.613 milhões, em 31 de dezembro de 2011 era de R\$2.984 milhões, em 31 de dezembro de 2010 era de R\$2.544 milhões e em 31 de dezembro de 2009 a dívida líquida era de R\$2.370 milhões. Os indicadores de 2012, 2011, 2010 e 2009 indicam que cerca de dois anos de geração de caixa operacional (LAJIDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor. Tais índices trazem conforto para a Administração e para os investidores em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros. Para maiores informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as demonstrações financeiras da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

Os Diretores da Companhia entendem que embora haja uma concentração de dívidas vencendo em 2013, a Companhia não terá dificuldade em reescaloná-la ao longo dos anos. Há que se destacar que a Companhia tem sido bem sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinarçar sua dívida. Exemplo disso foram as seguintes emissões de títulos:

- 1ª emissão de debêntures simples, em 01/06/2006, no valor de R\$250,5 milhões destinados à permuta da 1ª emissão de debêntures da CEMIG;
- 1ª emissão de notas promissórias, em 27/07/2006, no valor de R\$300 milhões, destinados à recomposição de caixa referente às dívidas vencidas desde janeiro de 2006 e o pagamento de dívidas vincendas no restante do ano;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- 2ª emissão de notas promissórias, em 02/01/2007, no valor de R\$200 milhões, destinados a recomposição do caixa da Companhia utilizado nos pagamentos de dívidas ocorridos a partir de agosto de 2006 até o recebimento dos recursos e ao pagamento das dívidas vincendas até o final do ano;
- 3ª emissão de notas promissórias, em 29/06/2007, no valor de R\$400 milhões, destinados para (i) recomposição do caixa utilizado nos pagamentos de principal de dívidas da Companhia, pagamentos estes ocorridos entre janeiro de 2007 e a data da liberação dos recursos, estimados em R\$297 milhões, dos quais se destaca o pagamento do principal da 2ª emissão de notas promissórias da Companhia, no valor de R\$200 milhões; e (ii) pagamento de principal das dívidas vincendas até o final do ano, limitado a R\$103 milhões;
- 2ª emissão de debêntures simples, em 15/12/2007, no valor de R\$400 milhões, destinados ao pagamento parcial do saldo devedor remanescente das notas promissórias emitidas no âmbito da 3ª emissão de notas promissórias da Companhia;
- 4ª emissão de notas promissórias, em 28/12/2011, no valor de R\$100 milhões destinados à reforço de capital de giro;
- 5ª emissão de notas promissórias, em 02/07/2012, no valor de R\$640 milhões, destinados ao financiamento de investimentos, já realizados ou a serem realizados pela Companhia, pagamento de dívida(s) contraída(s) pela Companhia e/ou reforço do capital de giro da Companhia; e
- 6ª emissão de notas promissórias, em 21/12/2012, no valor de R\$600 milhões, destinados à reposição do caixa em função de investimentos e pagamentos de dívidas realizados pela Companhia ao longo do ano de 2012.

O passivo circulante era de R\$4.693 milhões em 30 de setembro de 2012, R\$2.605 milhões em 31 de dezembro de 2011, R\$2.405 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$3.792 milhões em 31 de dezembro de 2009. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos, fornecedores, impostos e encargos regulatórios.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem alta capacidade de pagamento em relação aos seus compromissos, mantendo o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados e também garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2012, foram captados R\$1.521 milhões na Companhia, sendo R\$200 milhões através da emissão de uma Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco do Brasil para o refinanciamento de dívidas existentes, R\$1.240 milhões através de duas emissões de notas promissórias comerciais para financiamento de investimentos, pagamentos de dívidas e/ou reforço de capital de giro, R\$69 milhões através dos contratos de financiamento da Eletrobrás para o Programa Luz Para Todos e o Programa Reluz e R\$12 milhões de recursos de convênio celebrado com o Estado de Minas Gerais.

A Companhia recorreu ao mercado de capitais ao final de 2011, emitindo R\$100 milhões em notas promissórias para reforço de capital de giro. Ao longo do ano de 2011, foram captados R\$410 milhões em empréstimos e R\$116 milhões em financiamentos da Eletrobrás para o Programa Reluz, Programa Cresce Minas e Programa Luz para Todos. Além disso, a empresa contou com R\$291 milhões em recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE e do Estado de Minas Gerais) e de subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda com os recursos da CODEMIG para o Centro Administrativo.

Em 2010, foram captados R\$904 milhões na Companhia, sendo R\$370 milhões através de operações de empréstimo garantido por duplicatas de venda de energia, R\$230 milhões através de rolagem de dívidas bancárias, R\$ 49 milhões através da prorrogação das parcelas vencidas no período de outubro a dezembro de 2010 de contratos celebrados com o Banco do Brasil S.A., R\$66 milhões através de financiamentos da Eletrobrás para o Programa Reluz, Programa Cresce Minas e Programa Luz para Todos e R\$189 milhões por meio de recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE), dos convênios para o Polo de Citricultura e o Planoroeste e da subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda.

Em 2009, foram captados R\$119 milhões na Companhia, sendo R\$91 milhões através de operações de rolagem de dívidas bancárias, no âmbito da Resolução 2827 do BACEN, e R\$28 milhões através de financiamentos da Eletrobrás, para o

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Programa Reluz. Além disso, foram prorrogados vencimentos de dívidas, no montante de R\$56 milhões, através de aditivos a contratos existentes.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, está sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, *commercial papers*, *eurobonds*, quotas de fundos de recebíveis);
- financiamento para importação;
- financiamento de agências multilaterais;
- financiamentos de órgãos de fomento; e
- empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- *Aproveitar as condições favoráveis de mercado.* Momentos de grande liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- *Manter alongado o cronograma de amortização da dívida.* Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.
- *Reduzir o custo financeiro.* Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- *Otimizar a exposição à moeda estrangeira.* Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. A Companhia, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de *hedge* não represente risco financeiro material para a Companhia.
- *Manter coerência com o Plano Diretor da CEMIG.* A CEMIG tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no Plano Diretor da CEMIG, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da companhia serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: Dívida / LAJIDA menor ou igual a 2 e Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) menor ou igual a 40%, entre outros. A Companhia contribui para a manutenção dos indicadores dentro dos limites.
- *Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de rating e dos credores.* Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes, pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), órgão regulador das atividades da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da distribuição.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 30 de setembro de 2012, o saldo devedor da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$4.327 milhões, sendo R\$3.613 milhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$3.511 milhões, sendo R\$2.984 milhões a dívida líquida. Já em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$3.047 milhões, sendo R\$2.544 milhões a dívida líquida, e em 31 de dezembro de 2009, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 2.616 milhões, sendo R\$2.370 milhões a dívida líquida.

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para uma qualidade de crédito satisfatória da Companhia:

	30 de setembro de		31 de dezembro de	
	2012	2011	2010	2009
Endividamento do Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	3,19	2,94	3,04	3,13
Dívida Líquida / LAJIDA 12 meses ⁽²⁾	2,41	1,85	2,16	1,45
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) ⁽³⁾	56%	53%	52%	53%

Fonte: Companhia

- 1) Endividamento do Patrimônio Líquido: total do passivo / patrimônio líquido. Vide item 3.9 para maiores informações.
- 2) LAJIDA: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12. Vide item 3.9 para maiores informações.
- 3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa. Vide item 3.9 para maiores informações.

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 30 de setembro de 2012 (valores expressos em R\$ mil):

Financiadores	30/09/2012					
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total
MOEDA ESTRANGEIRA						
ABN AMRO Bank (2)	2013	6	USD	25.822	-	25.822
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	6.698	23.906	30.604
KFW	2016	4,5	EUR	1.809	6.027	7.836
Dívida em Moeda Estrangeira				34.329	29.933	64.262
MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	5.105	-	5.105
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	99.396	-	99.396
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1 do CDI	R\$	110.799	200.000	310.799
Banco do Brasil S.A. (4)	2013	10,83*	R\$	770.506	-	770.506
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	100.901	-	100.901
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5% do CDI*	R\$	102.392	364.964	467.356
Banco do Brasil S.A. (4)	2012	106% do CDI*	R\$	107.021	-	107.021
Banco do Brasil S.A.	2013	104,08 do CDI	R\$	652.544	-	652.544
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33 % do CDI	R\$	4.970	197.245	202.215
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	35.491	3.766	39.257
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	1.006	868	1.874
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	24.961	316	25.277
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	63.330	8.362	71.692
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	73.871	331.596	405.467
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	3.759	3.017	6.776
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.759	-	12.759
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	34.660	8.238	42.898
Dívida em Moeda Nacional				2.203.471	1.118.372	3.321.843
Total de Empréstimos e Financiamentos				2.237.800	1.148.305	3.386.105
Debêntures (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	32.536	519.146	551.682
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	12.581	376.328	388.909
Total de Debêntures				45.117	895.474	940.591
Total Geral Consolidado				2.282.917	2.043.779	4.326.696

(1) As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88% ao ano.

(2) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% ao ano.

(3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(4) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08.

*Taxa Contratual.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2011 (valores expressos em R\$ mil):

Financiadores	2011					
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total
MOEDA ESTRANGEIRA						
ABN AMRO Bank (2)	2013	6	USD	23.541	23.448	46.989
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	7.481	27.345	34.826
KFW	2016	4,5	EUR	1.605	6.422	8.027
Dívida em Moeda Estrangeira				32.627	57.215	89.842

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	5.628	5.000	10.628
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	8.050	96.000	104.050
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1 do CDI	R\$	106.220	200.000	306.220
Banco do Brasil S.A. (4)	2013	10,83 *	R\$	-	713.255	713.255
Banco do Brasil S.A. (4)	2013	11,58**	R\$	(4.576)	(1.883)	(6.459)
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	99.114	-	99.114
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5% do CDI *	R\$	-	442.528	442.528
Banco do Brasil S.A. (4)	2014	0,64 ***	R\$	(2.603)	(3.288)	(5.891)
Banco do Brasil S.A. (4)	2012	106% do CDI *	R\$	100.086	-	100.086
Banco do Brasil S.A. (4)	2012	0,32 ***	R\$	(307)	-	(307)
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	36.268	35.506	71.774
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	1.219	1.736	2.955
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	27.256	24.554	51.810
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	68.039	60.217	128.256
Debêntures (3)	2017	IPCA+7,96	R\$	1.678	500.970	502.648
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	21.087	351.610	372.697
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	73.506	354.732	428.238
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	4.342	2.024	6.366
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.622	12.490	25.112
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	35.744	32.556	68.300
Dívida Referente a Moeda Nacional				593.373	2.828.007	3.421.380
TOTAL GERAL				626.000	2.885.222	3.511.222

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00% ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88% ao ano.
- (2) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% ao ano.
- (3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (4) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08.

*Taxa Contratual.

** Taxa interna de retorno, incluindo o custo de transação.

*** Taxa equivalente

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2010 (valores expressos em R\$ mil):

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FINANCIADORES	2010					
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total
MOEDA ESTRANGEIRA						
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6,00	USD	20.942	41.655	62.597
ABN AMRO Real S.A. (3)	-	-	-	-	-	-
ABN AMRO Real S.A. (3)	-	-	-	-	-	-
ABN AMRO Real S.A. (3)	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	8.797	42.238	51.035
B.N.P. – Paribas	2010	Libor + 1,875	EUR	-	-	-
KFW	2016	4,5	EUR	1.470	7.347	8.817
UNIBANCO S.A (4)	-	-	-	-	-	-
UNIBANCO S.A (4)	-	-	-	-	-	-
Dívida em Moeda Estrangeira				31.209	91.240	122.449
MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	5.876	10.000	15.876
Banco do Brasil S.A	2013	107,60 do CDI	R\$	7.067	96.000	103.067
Banco do Brasil S.A	2014	104,1 do CDI	R\$	5.947	300.000	305.947
Banco do Brasil S.A	2013	10,83	R\$	36.953	593.541	630.494
Banco do Brasil S.A	2012	109,8 do CDI	R\$	50.782	97.889	148.671
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	38.477	66.217	104.694
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	1.270	2.605	3.875
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	25.508	49.107	74.615
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	-	-	-
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	71.057	120.434	191.491
Debêntures (5)	2017	IPCA + 7,96	R\$	1.720	470.613	472.333
Debêntures (5)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	20.198	334.440	354.638
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	61.997	311.368	373.365
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	3.184	2.707	5.891
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.693	24.979	37.672
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	36.805	65.112	101.917
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,30	R\$	-	-	-
Outros	2010	Diversas	R\$	-	-	-
Dívida em Moeda Nacional				379.534	2.545.012	2.924.546
Total Geral				410.743	2.636.252	3.046.995

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00% ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88% ao ano.

(2) a (4) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (2) CDI + 2,00% ao ano; (3) CDI + 2,12% ao ano; e (4) CDI + 3,01% ao ano.

(5) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2009 (valores expressos em R\$ mil):

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	2009		Total	
			Moedas	Circulante		
MOEDA ESTRANGEIRA						
ABN AMRO Bank (2)	2013	6,00	USD	21.910	65.295	87.205
ABN AMRO Bank (3)	2009	6,35	USD	-	-	-
Banco do Brasil S.A – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	9.286	57.489	66.775
BNP- Paribas	2010	Libor + 1,875	USD	4.292	-	4.292
KFW	2016	4,5	EUR	1.654	9.923	11.577
UNIBANCO (4)	2009	5,5	USD	-	-	-
UNIBANCO (4)	2009	5,00	USD	-	-	-
Dívida referente à Moeda Estrangeira				37.142	132.707	169.849
MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil S.A	2012	110,00 do CDI	R\$	19.461	37.452	56.913
Banco do Brasil S.A	2012	110,00 do CDI	R\$	30.966	60.437	91.403
Banco do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	5.992	15.001	20.993
Banco do Brasil S.A	2013	107,60 do CDI	R\$	6.079	96.000	102.079
Banco do Brasil S.A	2014	104,1 do CDI	R\$	4.752	300.000	304.752
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	39.204	99.325	138.529
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	407	3.473	3.880
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	29.270	-	29.270
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	25.611	73.661	99.272
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	72.474	180.652	253.126
Debêntures (5)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	18.151	300.548	318.699
Debêntures (5)	2017	IPCA+7,96	R\$	1.488	444.458	445.946
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	45.529	307.812	353.341
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	2.870	2.523	5.393
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.715	37.469	50.184
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	37.207	97.667	134.874
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR+7,30	R\$	37.851	-	37.851
FINEP	2010	URTJ + 4,00	R\$	65	-	65
Dívida referente à Moeda Nacional				390.092	2.056.478	2.446.570
TOTAL GERAL				427.234 (6)	2.189.185 (6)	2.616.419

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano.

(2) a (4) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (2) CDI + 2,00% ao ano; (3) CDI + 2,12% ao ano; e (4) CDI + 3,01% ao ano.

(5) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(6) Sem os efeitos da reclassificação da dívida para o curto prazo decorrentes da não obtenção de *wavier* prévio dos credores pela ultrapassagem de alguns *covenants* financeiros, o que só ocorreu logo após o início de 2010.

Não há contratos relevantes em moeda estrangeira. Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Companhia, em 30 de setembro de 2012 (para fins deste Formulário de Referência, foram considerados relevantes os contratos cujo saldo devedor, em 30 de setembro de 2012, era superior a R\$ 50 milhões):

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

I – Banco do Brasil S.A.

- Contrato de Abertura de Crédito Fixo 330.800.306

Em maio de 2005, a Companhia e o Banco do Brasil firmaram um Contrato de Abertura de Crédito Fixo no valor de R\$96,0 milhões, cujos recursos foram destinados à rolagem de dívida, com vencimento previsto para março de 2013. Sobre o valor principal, incidem juros de 107,6% do CDI. Esse contrato possui as hipóteses usuais de vencimento antecipado e tem como devedor solidário a CEMIG, que também avalizou a nota promissória em garantia. O saldo devedor desse contrato em 30 de setembro de 2012 era de R\$99,4 milhões.

- Cédulas de Crédito Bancário nos 330.800.377 e 330.800.379

Em outubro de 2006, a Companhia emitiu em favor do Banco do Brasil S.A. duas Cédulas de Crédito Bancário no valor de R\$90 milhões cada uma, cujos recursos foram destinados à rolagem de dívida. Essas Cédulas, cujos termos e condições são idênticos, contaram com aval da CEMIG. Os encargos incidentes foram a 104,10% do CDI e a amortização se dará em outubro de 2014. O saldo devedor total dessas CCBs em 30 de setembro de 2012 era de R\$186,5 milhões.

- Cédula de Crédito Comercial 20/04620-0 e Cédula de Crédito Comercial 20/04619-7

Em maio de 2010, a Companhia realizou com o Banco do Brasil uma operação de crédito na modalidade de crédito agroindustrial, amparada pelo Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil – Capítulo 6 (Recursos) – Seção 4 (Poupança Rural), no valor de R\$600 milhões, a uma taxa pré-fixada de 11,43% ao ano, com vencimento em maio de 2013. Foram emitidas duas Cédulas de Crédito Comercial no valor de R\$370,0 milhões e de R\$230,0 milhões, com garantia por duplicata e aval da CEMIG, respectivamente. O saldo devedor total dessas Cédulas em 30 de setembro de 2012 era de R\$770,5 milhões.

- Cédula de Crédito Comercial 20/04724-X e Nota de Crédito Comercial 20/04723-1

Em abril de 2011, a Companhia realizou com o Banco do Brasil uma operação de crédito na modalidade de crédito agroindustrial, amparada pelo Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil – Capítulo 6 (Recursos) – Seção 4 (Poupança Rural), no valor de R\$410 milhões, a uma taxa equivalente a 98,5% do CDI, com vencimento em abril de 2014. Foi emitida uma Cédula de Crédito Comercial no valor de R\$210,0 milhões e uma Nota de Crédito Comercial no valor de R\$200,0 milhões, com garantia por duplicata e aval da CEMIG, respectivamente. O saldo devedor total dessas Cédulas em 30 de setembro de 2012 era de R\$467,4 milhões.

- Cédula de Crédito Bancário 306.401.055

Em maio de 2012, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$200 milhões, a uma taxa 108,33% do CDI, com vencimento em 28 de maio de 2017, cujos recursos foram destinados ao financiamento de investimentos, já realizados ou a serem realizados pela Companhia, pagamento de dívida(s) contraída(s) pela Companhia e reforço do capital de giro. Essa Cédula contou com o aval da CEMIG e possui as cláusulas usuais de vencimento antecipado. O saldo desta Cédula em 30 de setembro de 2012 era de R\$202,2 milhões.

II - Eletrobrás

O Programa Luz para Todos, um programa do Governo Federal que visa à Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica no Campo, é um dos Projetos Estruturadores do Governo de Minas Gerais e está em implantação pela Companhia. O programa foi instituído com o objetivo de levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas na área rural do Brasil. No âmbito desse Programa foram celebrados com a Eletrobrás os seguintes contratos de financiamento e concessão de subvenção, cuja garantia ofertada foi a vinculação da receita da Companhia:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Contrato ECFS-005/2005

Contrato celebrado em abril de 2006, no valor total de R\$ 375,9 milhões, sendo R\$172,7 milhões provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$203,2 milhões provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado). Foram celebrados três aditivos a esse contrato: o primeiro, em julho de 2007, alterando o valor do contrato para R\$466,6 milhões, sendo 214,4 milhões com recursos provenientes da RGR e 252,2 milhões provenientes da CDE; o segundo, dezembro de 2008, alterando as cláusulas de disponibilização e de encerramento do crédito; o terceiro, em outubro de 2010, alterando o cronograma físico-financeiro, bem como a data de encerramento do crédito para 31/12/2010. Sob esse contrato, foram liberadas em 4 parcelas, perfazendo o valor total de R\$419,9 milhões, sendo R\$192,9 milhões com recursos da RGR e R\$227,0 milhões com recursos da CDE. Sobre o valor subvencionado (CDE) incide uma taxa de administração de 1% ao ano e sobre o valor financiado (RGR) incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% ao ano, acrescidos 1% ao ano a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do termino da carência (junho/2008), com vencimento final em junho de 2018. O saldo devedor em 30 de setembro de 2012 era de R\$111,5 milhões.

- Contrato ECFS-227/2008

Contrato celebrado em agosto de 2008, no valor total de R\$321,5 milhões, sendo R\$147,7 provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$173,8 provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado). Em agosto de 2010, foi celebrado um aditivo a esse contrato que, dentre outras modificações, alterou o valor proveniente da RGR para R\$188,3 milhões. Sob esse contrato, foram liberadas duas parcelas totalizando 94,2 com recursos do RGR (valor financiado) e R\$110,8 milhões com recursos do CDE. Sobre o valor subvencionado (CDE) incide uma taxa de administração de 1% ao ano e sobre o valor financiado (RGR) incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% ao ano, acrescidos 1% ao ano a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do termino da carência (outubro/2010), com vencimento final em novembro de 2020. O saldo devedor em 30 de setembro de 2012 era de R\$143,9 milhões.

- Contrato ECFS-294/2010

Contrato celebrado em agosto de 2010, no valor total de R\$165.951.550,00, sendo R\$76.248.010,00 com recursos da RGR (valor financiado) e R\$89.703.540,00, com recursos da CDE (valor subvencionado). Em junho de 2011, foi celebrado um aditivo alterando o cronograma físico-financeiro, a data do encerramento do crédito e a forma da comprovação do crédito. Sob este contrato já foram liberadas 3 parcelas, totalizando R\$53,4 milhões com recursos da RGR e R\$62,8 milhões da CDE. Sobre o valor da CDE incide uma taxa de administração de 1% ao ano e sobre o valor financiado da RGR incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% ao ano, acrescidos 1% ao ano a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do termino da carência (que ocorrerá em setembro de 2013), com vencimento final em setembro de 2023. O saldo devedor em 30 de setembro de 2012 era de R\$53,6 milhões.

III – Notas Promissórias

Em 02 de julho de 2012, a Companhia emitiu 64 Notas Promissórias, no valor unitário de R\$10 milhões, perfazendo um total de R\$640 milhões, a uma taxa de juros correspondentes a 104,8% do CDI, com vencimento em 27 de junho de 2013. Os recursos oriundos das Notas Promissórias foram utilizados no pagamento de dívidas pré-existentes da Companhia. As Notas Promissórias contaram com o aval da CEMIG, têm as cláusulas usuais de vencimento antecipado e o respectivo saldo devedor em 30 de setembro de 2012 era de R\$652,5 milhões.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação da dívida

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Cerca de 60% da dívida da Companhia contam com garantia corporativa da CEMIG e cerca de 26% da dívida são garantidos por recebíveis da Companhia.

iv) restrições impostas à Companhia

Em alguns contratos financeiros firmados com o Banco Itaú BBA e ABN (Santander), há *covenants financeiros* que restringem o endividamento da empresa, conforme demonstrado a seguir:

Banco Itaú BBA:

LAJIDA/Despesas financeiras líquidas:	maior ou igual a 2,8
Dívida/(patrimônio líquido +dívida):	menor ou igual a 53%
Dívida/LAJIDA:	menor ou igual a 3,36
Dívida curto prazo/LAJIDA:	menor ou igual a 90%
Investimento/LAJIDA:	menor ou igual a 60%

Banco ABN (Santander):

LAJIDA/Juros:	maior ou igual a 3
Dívida/LAJIDA:	menor ou igual a 2,5

LAJIDA: Resultado do Período (+) Amortização (+) Resultado Financeiro (+) IR/CS (+) Desp. Obrigações Pós Emprego (+) Provisões Operacionais.

Juros: Encargos de Empréstimos e Financiamentos (resultado financeiro + juros capitalizados).

Há nos contratos financeiros da Companhia cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso a empresa esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos contratados pela Companhia junto à Eletrobrás têm como limites de utilização a capacidade de comprovação da aplicação dos recursos nos prazos contratados. Os Diretores entendem que a Companhia não terá dificuldades em comprovar a aplicação dos recursos contratados e informam que os contratos de financiamento da Eletrobrás em fase de desembolso apresentavam ao final de 2012 um percentual de 85% de recursos desembolsados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 e respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com os IFRS, e as informações trimestrais intermediárias revisadas da Companhia relativas ao trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, disponíveis no website da CVM.

As referidas informações financeiras foram extraídas das informações contábeis intermediárias contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR da Companhia, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três e nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas, elaboradas por nós de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. Estas informações contábeis intermediárias foram submetidas à revisão da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a qual foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). O relatório de revisão emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as informações contábeis intermediárias referentes ao período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012 inclui parágrafos de outros assuntos sobre o seguinte: (i) a DVA, referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA, foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão que as informações contábeis básicas; (ii) exceto pelos efeitos das reclassificações apresentados na nota explicativa 2.2 às informações financeiras intermediárias, que não foram revisados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes (KPMG), que emitiram relatório datado de 11 de novembro de 2011, o qual não conteve nenhuma modificação; e (iii) exceto pelos efeitos das reclassificações apresentados na nota explicativa 2.2 às informações financeiras intermediárias, que não foram auditados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes (KPMG), que emitiram relatório datado de 26 de março de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS CONTAS DE RESULTADO DA COMPANHIA

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS PERÍODOS DE NOVE MESES ENCERRADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 (EM MILHARES DE REAIS)

Os Resultados Operacionais da Companhia, segregados por natureza, são conforme segue:

	Período de nove meses findo em 30/09/2012	AV %	Período de nove meses findo em 30/09/2011	AV %	AH %
RECEITA	6.981.507	100,00	6.123.877	100,00	14,00

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.800.406)	(40,11)	(2.230.438)	(36,42)	25,55
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(594.585)	(8,52)	(497.579)	(8,13)	19,50
	<u>(3.394.991)</u>	<u>(48,63)</u>	<u>(2.728.017)</u>	<u>(44,55)</u>	<u>24,45</u>
CUSTOS					
Pessoal e Administradores	(454.918)	(6,52)	(466.902)	(7,62)	(2,57)
Materiais	(25.117)	(0,36)	(31.076)	(0,51)	(19,18)
Serviços de Terceiros	(367.514)	(5,26)	(372.559)	(6,08)	(1,35)
Amortização	(249.800)	(3,58)	(254.723)	(4,16)	(1,93)
Provisões Operacionais	(13.767)	(0,20)	(70.792)	(1,16)	(80,55)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(980.799)	(14,05)	(739.349)	(12,07)	32,66
Outras	(49.432)	(0,71)	(29.512)	(0,48)	67,50
	<u>(2.141.347)</u>	<u>(30,67)</u>	<u>(1.964.913)</u>	<u>(32,08)</u>	<u>8,98</u>
CUSTO TOTAL	(5.536.338)	(79,30)	(4.692.930)	(76,63)	17,97
LUCRO BRUTO	1.445.169	20,70	1.430.947	23,37	0,99
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas com Vendas	(52.617)	(0,75)	(41.330)	(0,67)	27,31
Despesas Gerais e Administrativas	(340.140)	(4,87)	(317.886)	(5,19)	7,00
Outras Despesas Operacionais	(229.331)	(3,28)	(142.577)	(2,33)	60,85
	<u>(622.088)</u>	<u>(8,91)</u>	<u>(501.793)</u>	<u>(8,19)</u>	<u>23,97</u>
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	823.081	11,79	929.154	15,17	(11,42)
Receitas Financeiras	227.381	3,26	216.034	3,53	5,25
Despesas Financeiras	(433.250)	(6,21)	(386.414)	(6,31)	12,12
Resultado antes dos Impostos	617.212	8,84	758.774	12,39	(18,66)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(372.797)	(5,34)	(244.753)	(4,00)	52,32
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	164.896	2,36	20.195	0,33	716,52
RESULTADO DO PERÍODO	409.311	5,86	534.216	8,72	(23,38)
Lucro Líquido Básico Diluído por Ação Ordinária	0,1810	-	0,2362	-	(23,37)

Lucro do Período

A Companhia apresentou no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012 um lucro líquido de R\$409.311, representando uma redução de 23,38% em comparação ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2011, quando a Companhia apresentou lucro líquido de R\$534.216. Os Diretores da Companhia entendem que este resultado se deve, principalmente, ao aumento de 17,97% no Custo Total, que foram, parcialmente, compensados pelo aumento de 14,00% na Receita Líquida.

Receita

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	Período de nove meses findo em 30/09/2012	AV %	Período de nove meses findo em 30/09/2011	AV %	AH %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	7.979.376	114,29	7.261.473	118,58	9,89
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.396.221	20,00	1.351.554	22,07	3,30
Transações com Energia na CCEE	-	0,00	19.646	0,32	(100,00)
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	980.799	14,05	739.349	12,07	32,66
Outras Receitas Operacionais	205.100	2,94	135.702	2,22	51,14
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(3.579.989)	(51,28)	(3.383.847)	(55,26)	5,80
	<u>6.981.507</u>	<u>100,00</u>	<u>6.123.877</u>	<u>100,00</u>	<u>14,00</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede) – Consumidores Cativos

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$7.979.376 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012 em comparação a R\$7.261.473 no mesmo período de 2011, representando um aumento de 9,89%. Os Diretores da Companhia entendem que os principais impactos na receita com fornecimento de energia elétrica decorreram dos seguintes fatores:

- (i) reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011 (efeito integral em 2012); e
- (ii) reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012.

	MWh*			R\$		
	Período de nove meses findo em 30/09/2012	Período de nove meses findo em 30/09/2011	AH%	Período de nove meses findo em 30/09/2012	Período de nove meses findo em 30/09/2011	AH%
Residencial	6.593.995	6.413.145	2,82	3.624.791	3.155.589	14,87
Industrial	3.137.724	3.556.552	(11,78)	1.177.353	1.226.300	(3,99)
Comércio, Serviços e Outros	4.011.848	3.867.501	3,73	1.822.634	1.652.970	10,26
Rural	2.091.604	1.954.152	7,03	571.872	517.771	10,45
Poder Público	610.726	599.379	1,89	267.072	249.607	7,00
Iluminação Pública	928.484	889.788	4,35	254.887	231.559	10,07
Serviço Público	877.436	862.563	1,72	261.758	245.702	6,53
Subtotal	18.251.817	18.143.080	0,60	7.980.367	7.279.498	9,63
Consumo Próprio	25.337	26.443	(4,18)	-	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	(991)	(18.025)	(94,50)
Total	18.277.154	18.169.523	0,59	7.979.376	7.261.473	9,89

(*) Valores em MWh informados não revisados pelos auditores independentes.

No entendimento dos Diretores da Companhia, a redução de 11,78% na classe industrial deve-se ao desaquecimento das atividades do setor industrial, que foi compensada pelo aumento nas classes residencial, comércio, serviços e outros e rural, decorrente, principalmente, do aumento na quantidade de consumidores, que cresceu 1,56%, 5,51% e 16,13%, respectivamente. Adicionalmente ao aumento na quantidade de consumidores na classe rural, os Diretores da Companhia destacam que houve um crescimento expressivo da demanda de energia para irrigação, em função de condições climáticas atípicas para o período úmido, com baixos níveis de precipitação nos meses de fevereiro a maio.

Outras Receitas Operacionais

A conta de Outras Receitas Operacionais refere-se aos serviços taxados, ao compartilhamento de infraestrutura, à subvenção de consumidores inscritos como baixa renda e os demais serviços prestados em função do serviço concedido, tendo apresentado um aumento de 51,14% nos períodos comparados (R\$205.100, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, em comparação a R\$135.702 no mesmo período de 2011). Os Diretores da Companhia entendem que esta variação decorre, principalmente, dos novos critérios definidos pela ANEEL para a subvenção aos consumidores de baixa renda, por meio da Resolução 472, de janeiro de 2012, que estabeleceu a metodologia para a apuração da diferença mensal de receita e o montante de recursos a ser repassado às distribuidoras para custear esta diferença, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia elétrica.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Período de nove meses findo em 30/09/2012	AV %	Período de nove meses findo em 30/09/2011	AV %	AH %
Impostos sobre a Receita					
ICMS	1.901.744	53,12	1.746.925	51,63	8,86
PIS-PASEP	153.989	4,30	145.364	4,30	5,93
COFINS	709.281	19,81	669.554	19,79	5,93

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ISSQN	253	0,01	433	0,01	(41,57)
	2.765.267	77,24	2.562.276	75,72	7,92
Encargos do Consumidor					
Reserva Global de Reversão - RGR	78.974	2,21	45.426	1,34	73,85
Programa de Eficiência Energética - PEE	17.138	0,48	25.177	0,74	(31,93)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	338.127	9,44	294.071	8,69	14,98
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	331.772	9,27	416.603	12,31	(20,36)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	12.178	0,34	10.071	0,30	20,92
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	12.178	0,34	10.071	0,30	20,92
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	6.089	0,17	5.035	0,15	20,93
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	18.266	0,51	15.117	0,45	20,83
	814.722	22,76	821.571	24,28	(0,83)
	3.579.989	100,00	3.383.847	100,00	5,80

A conta de impostos e encargos sobre a receita no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012 foi de R\$3.579.989, comparada a R\$3.383.847, no mesmo período de 2011, representando um aumento de 5,80%. As principais variações nas deduções à receita estão relacionadas a seguir. Os encargos do consumidor representam custos não controláveis, sendo que diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

Os encargos referentes à CCC foram de R\$331.772, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, comparados a R\$416.603, no mesmo período de 2011, representando uma redução de 20,36%. Tais encargos referem-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. Na opinião dos Diretores da Companhia, este resultado decorre, principalmente, da redução no custo unitário da CCC definida por meio de Resolução da ANEEL.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os encargos referentes à CDE foram de R\$338.127, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, comparados a R\$294.071, no mesmo período de 2011, representando um aumento de 14,98%. A CDE foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, sendo os pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Reserva Global de Reversão – RGR

Os encargos referentes à RGR foram de R\$78.974, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, comparados a R\$45.426, no mesmo período de 2011, representando um aumento de 73,85%. A RGR é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL e foram impactados pelas adições ocorridas nos ativos intangíveis da Companhia.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes, referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais

A Companhia apresentou, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, Custos e Despesas Operacionais de R\$6.158.426, representando um aumento de 18,55% em comparação ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2011, quando a Companhia apresentou custos operacionais de R\$5.194.723. As principais variações estão descritas a seguir:

	Período de nove meses	AV %	Período de nove meses findo em	AV %	AH %
--	-----------------------	------	--------------------------------	------	------

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	findo em 30/09/2012		30/09/2011		
Pessoal	569.822	9,25	542.052	10,43	5,12
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	117.521	1,91	51.992	1,00	126,04
Obrigações Pós-Emprego	70.416	1,14	65.498	1,26	7,51
Materiais	34.954	0,57	43.840	0,84	(20,27)
Serviços de Terceiros	499.535	8,11	486.275	9,36	2,73
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.800.406	45,47	2.230.438	42,94	25,55
Amortização	278.209	4,52	284.224	5,47	(2,12)
Provisões Operacionais	66.384	1,08	113.208	2,18	(41,36)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	594.585	9,65	497.579	9,58	19,50
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	980.799	15,93	739.349	14,23	32,66
Outras Despesas Líquidas	145.795	2,37	140.268	2,70	3,94
	6.158.426	100,00	5.194.723	100,00	18,55

Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Período de nove meses findo em 30/09/2012	AV %	Período de nove meses findo em 30/09/2011	AV %	AH %
Energia de Itaipu Binacional	648.355	23,15	556.345	24,94	16,54
Energia de Curto Prazo	528.890	18,89	240.534	10,78	119,88
Contatos Bilaterais	213.526	7,62	202.794	9,09	5,29
Energia adquirida em Leilão	1.500.476	53,58	1.303.891	58,46	15,08
PROINFA	169.110	6,04	130.290	5,84	29,80
Créditos de PASEP/COFINS	(259.951)	(9,28)	(203.416)	(9,12)	27,79
	2.800.406	100,00	2.230.438	100,00	25,55

A Companhia apresentou, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, custo com energia elétrica de R\$2.800.406, representando um aumento de 25,55% em comparação ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2011, quando a Companhia apresentou custo com energia elétrica de R\$2.230.438. Na opinião dos Diretores da Companhia, este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- (i) aumento de 119,88% nas exposições financeiras ao mercado de curto prazo, que foram de R\$528.890 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, comparado a R\$240.534 do mesmo período de 2011, devido ao aumento nos valores médios do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), em todos os submercados, que passou de R\$24,96 por MWh no período de janeiro a setembro de 2011 para R\$116,42 por MWh no mesmo período de 2012;
- (ii) aumento de 15,08% no volume de energia adquirida em ambiente regulado através de Leilão, como forma de minimizar os riscos às exposições financeiras ao mercado de curto prazo; e
- (iii) aumento de 16,54% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$648.355 no período nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, comparado a R\$556.345 no mesmo período de 2011, em decorrência, principalmente, da desvalorização do Real frente ao Dólar no período de janeiro a setembro de 2012, comparada a uma valorização no mesmo período de 2011. O Dólar médio relativo às faturas no período de janeiro a setembro de 2012 foi de R\$1,955, em comparação a R\$1,646 do mesmo período de 2011, o que representou uma variação de 18,77%.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$594.585 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, comparado a R\$497.579 no mesmo período de 2011, representando um aumento de 19,50%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica em face da utilização das

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$980.799, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, comparado a R\$739.349 no mesmo período de 2011, um aumento de 32,66%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$569.822 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012 comparado a R\$542.052 no mesmo período de 2011, representando um aumento de 5,12%. No entendimento dos Diretores da Companhia, este resultado decorre, principalmente, do reajuste salarial dos empregados em função do acordo coletivo de novembro de 2011, com reajuste médio de 8,20%.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$117.521 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, comparado a R\$51.992 no mesmo período de 2011, representando um aumento de 126,04%. A expressiva variação entre os dois períodos deve-se ao reconhecimento, em 2012, da participação já acordada com as entidades sindicais para o exercício, sendo que em 2011 a maior parcela somente foi provisionada no quarto trimestre do ano, considerando que o acordo foi concluído em dezembro de 2011.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$66.384 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, comparado a R\$113.208 no mesmo período de 2011, representando uma redução de 41,36%, decorrente, principalmente, da reversão de R\$7.945, em 2012, de termo de notificação da ANEEL, referente à não conformidade dos indicadores de continuidade na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, registrado no terceiro trimestre de 2011 no montante de R\$17.539, parte deste montante já havia sido retificada pelo órgão regulador no quarto trimestre de 2011, somada à reavaliação, pela Companhia, da expectativa de perda nas suas contingências cíveis, o que implicou em uma provisão adicional de R\$27.197 no terceiro trimestre de 2011.

Resultado Financeiro Líquido

	Período de nove meses findo em 30/09/2012	AV %	Período de nove meses findo em 30/09/2011	AV %	AH %
RECEITAS FINANCEIRAS					
Renda de Aplicação Financeira	32.912	(15,99)	52.101	(30,58)	(36,83)
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	111.115	(53,97)	84.472	(49,58)	31,54
Variações Cambiais	14.546	(7,07)	7.954	(4,67)	82,88
Ganhos Líquidos com Instrumentos Financeiros	20.317	(9,87)	15.762	(9,25)	28,90
Variações Monetárias	712	(0,35)	39.539	(23,21)	(98,20)
Multas Contratuais	39.255	(19,07)	12.614	(7,40)	211,20
Outras	8.524	(4,14)	3.592	(2,11)	137,31
	227.381	(110,45)	216.034	(126,80)	5,25
DESPESAS FINANCEIRAS					
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(253.009)	122,90	(216.677)	127,17	16,77
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(48.623)	23,62	(58.756)	34,49	(17,25)
Variações Cambiais	(28.479)	13,83	(16.376)	9,61	73,91
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(43.041)	20,91	(36.705)	21,54	17,26

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Varição Monetária P&D e PEE	(13.189)	6,41	(19.369)	11,37	(31,91)
Variações Monetárias – Outras	(8.494)	4,13	(2.939)	1,72	189,01
Outras	(38.415)	18,66	(35.592)	20,89	7,93
	(433.250)	210,45	(386.414)	226,80	12,12
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(205.869)	100,00	(170.380)	100,00	20,83

O Resultado Financeiro Líquido no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$205.869, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$170.380 no mesmo período de 2011, representando um aumento de 20,83%. Os Diretores da Companhia relacionam abaixo os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas:

- (i) aumento de 31,54% nos Acréscimos Moratórios de Contas de Energia, que foi de R\$111.115 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012 em comparação a R\$84.472 do mesmo período de 2011, em decorrência, entre outros fatores, da implementação, em 2012, de cobrança através de correio eletrônico e mensagem para telefone móvel (SMS – Short Message Service), somada à intensificação de ações já existentes, como, por exemplo, a carta cobrança e a cobrança administrativa;
- (ii) aumento de 16,77% nos Encargos de Empréstimos e Financiamentos, que foram de R\$253.009 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012 em comparação a R\$216.677 do mesmo período de 2011, devido às novas captações realizadas a partir do segundo trimestre de 2011;
- (iii) redução de 36,83% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$32.912 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, comparado a R\$52.101 no mesmo período de 2011, em função do menor volume de recursos aplicados em 2012;
- (iv) redução de 98,20% nas receitas com variações monetárias, que foram de R\$712 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, em comparação a R\$39.539 no mesmo período de 2011, decorrente da liquidação, em 2011, de parcelamentos de dívidas de faturas de energia. Esta redução foi, parcialmente, compensada pelo aumento de 211,20% nas receitas com multas contratuais, que foram de R\$39.255 no período de janeiro a setembro de 2012, em comparação a R\$12.614 do mesmo período de 2011, decorrente de acordo relativo a contrato de compartilhamento de infraestrutura (aluguel de postes); e
- (v) ganhos líquidos com variações cambiais, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$6.384, líquidos dos efeitos compensatórios referentes aos Instrumentos Financeiros, comparados aos ganhos líquidos de R\$7.340, no mesmo período de 2011, originados de Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira e Compra de Energia proveniente de Itaipu, indexada ao Dólar. Este resultado decorre, principalmente, da valorização acumulada de 8,25% do Dólar em 2012, frente a uma valorização de 11,30% no mesmo período de 2011.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$207.901 em relação ao Resultado (antes dos efeitos fiscais) de R\$617.212, representando um percentual de 33,68%. No mesmo período de 2011, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$224.558 em relação ao Resultado (antes dos efeitos fiscais) de R\$758.774, representando um percentual de 29,59%.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (EM MILHARES DE REAIS)

Os Resultados Operacionais da Companhia, segregados por natureza, são conforme segue:

	2011	AV %	2010	AV %	AH %
RECEITA	8.510.128	100,00	7.713.003	100,00	10,33

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.936.029)	(34,50)	(2.925.045)	(37,92)	0,38
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(671.651)	(7,89)	(615.584)	(7,98)	9,11
	<u>(3.607.680)</u>	<u>(42,39)</u>	<u>(3.540.629)</u>	<u>(45,90)</u>	<u>1,89</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	(644.169)	(7,57)	(645.716)	(8,37)	(0,24)
Materiais	(46.344)	(0,54)	(93.046)	(1,21)	(50,19)
Serviços de Terceiros	(524.207)	(6,16)	(563.017)	(7,30)	(6,89)
Amortização	(346.458)	(4,07)	(350.464)	(4,54)	(1,14)
Provisões Operacionais	(65.170)	(0,77)	(30.106)	(0,39)	116,47
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(1.175.319)	(13,81)	(785.881)	(10,19)	49,55
Outras	(119.388)	(1,40)	(114.744)	(1,49)	4,05
	<u>(2.921.055)</u>	<u>(34,32)</u>	<u>(2.582.974)</u>	<u>(33,49)</u>	<u>13,09</u>
CUSTO TOTAL	(6.528.735)	(76,72)	(6.123.603)	(79,39)	6,62
LUCRO BRUTO	1.981.393	23,28	1.589.400	20,61	24,66
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas com Vendas	(85.872)	(1,01)	(225.157)	(2,92)	(61,86)
Despesas Gerais e Administrativas	(398.385)	(4,68)	(251.696)	(3,26)	58,28
Outras Despesas Operacionais	(267.550)	(3,14)	(313.090)	(4,06)	(14,55)
	<u>(751.807)</u>	<u>(8,83)</u>	<u>(789.943)</u>	<u>(10,24)</u>	<u>(4,83)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	1.229.586	14,45	799.457	10,37	53,80
Receitas Financeiras	310.349	3,65	293.213	3,80	5,84
Despesas Financeiras	(526.462)	(6,19)	(517.508)	(6,71)	1,73
Resultado Antes dos Impostos	1.013.473	11,91	575.162	7,46	76,21
Imposto de Renda e Contribuição Social	(354.647)	(4,17)	(188.518)	(2,44)	88,12
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	61.145	0,72	54.358	0,70	12,49
RESULTADO DO EXERCÍCIO	719.971	8,46	441.002	5,72	63,26

Lucro do Período

A Companhia apresentou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 um lucro líquido de R\$719.971, representando um aumento de 63,26% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou lucro líquido de R\$441.002. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 10,33% na Receita Líquida, compensado parcialmente pelo aumento de 5,31% nos Custos e Despesas Operacionais.

Receita

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	2011	AV %	2010	AV %	AH %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	9.910.245	116,45	9.217.639	119,51	7,51
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.821.171	21,40	1.640.489	21,27	11,01
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.175.319	13,81	785.881	10,19	49,55
Outras Receitas Operacionais	160.673	1,89	216.527	2,81	(25,80)
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(4.557.280)	(53,55)	(4.147.533)	(53,77)	9,88
	<u>8.510.128</u>	<u>100,00</u>	<u>7.713.003</u>	<u>100,00</u>	<u>10,33</u>

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede) – Consumidores Cativos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$9.910.245 em 31 de dezembro de 2011, em comparação a R\$9.217.639 no mesmo período de 2010, representando um aumento de 7,51%. Os Diretores da Companhia entendem que os principais impactos na receita decorreram dos seguintes fatores:

- (i) aumento de 5,03% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- (ii) reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010 (efeito integral em 2011); e
- (iii) reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011.

	MWh*			R\$		
	2011	2010	AH %	2011	2010	AH %
Residencial	8.548.212	8.134.143	5,09	4.303.276	3.958.883	8,70
Industrial	4.718.812	4.757.191	(0,81)	1.647.790	1.684.748	(2,19)
Comércio, Serviços e Outros	5.180.848	4.775.770	8,48	2.239.724	2.114.226	5,94
Rural	2.632.721	2.455.112	7,23	703.599	628.997	11,86
Poder Público	801.574	762.207	5,16	336.394	325.667	3,29
Iluminação Pública	1.195.078	1.067.876	11,91	314.147	276.944	13,43
Serviço Público	1.150.202	1.113.789	3,27	331.235	323.699	2,33
Subtotal	24.227.447	23.066.088	5,03	9.876.165	9.313.164	6,05
Consumo Próprio	34.932	35.505	(1,61)	-	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	9.469	(101.423)	-
	24.262.379	23.101.593	5,02	9.885.634	9.211.741	7,32
Transações com Energia na CCEE (**)	654.867	1.935.630	(66,17)	24.611	5.898	317,28
Total	24.917.246	25.037.223	(0,48)	9.910.245	9.217.639	7,51

(*) Valores em MWh informados não revisados pelos auditores independentes.

(**) Valores em MWh informados pelo líquido da compra e venda.

O desempenho das principais classes de consumo está descrito a seguir:

(i) Consumo Residencial

No entendimento dos Diretores da Companhia, o consumo residencial representa 35,3% da energia vendida em 2011 e o crescimento de 5,09% no ano está associado à ligação de novas unidades consumidoras e ao incremento de consumo de bens e serviços pelas famílias em função de condições favoráveis da economia brasileira, com a manutenção do vigor do mercado de trabalho e o crescimento da massa salarial associados à expansão da oferta de crédito. O consumo médio mensal por unidade residencial em 2011 foi de 122 kWh, com elevação de 2,6% em relação ao ano anterior.

(ii) Consumo Industrial

No entendimento dos Diretores da Companhia, a energia utilizada pelos clientes cativos, correspondente a 19,5% do volume vendido em 2011, teve uma redução de 0,81% em relação a 2010. O principal fator que explica essa redução é a migração de consumidores cativos para a condição de livres em 2011.

(iii) Comercial e Serviços

No entendimento dos Diretores da Companhia, esta classe representou 21,4% da energia vendida e cresceu 8,48% no ano de 2011, comportamento associado ao nível aquecido de demanda interna, ou seja, pelo consumo entre os vários setores econômicos e pelo consumo final das famílias e dos indivíduos. Os ramos mais representativos desta classe apresentaram as seguintes taxas de crescimento em 2011: Comércio Varejista (10,5%), Comércio Atacadista (11,3%), Serviços de Comunicação (4,8%), Serviços de Alojamento e Alimentação (4,4%) e Serviços de Saúde (3,8%).

(iv) Rural

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No entendimento dos Diretores da Companhia, o consumo rural cresceu 7,23% em 2011, com a ligação de 120.881 propriedades rurais e o aumento da demanda de energia para irrigação em função de condições climáticas atípicas ao longo do ano, com baixos níveis de precipitação no período úmido e temperaturas acima da média esperada para o período seco.

(v) Demais Classes

No entendimento dos Diretores da Companhia, as demais classes – Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio, com participação de 13,0% da energia vendida, cresceram em conjunto 6,8% no ano de 2011.

Receita de Uso da Rede

Essa receita refere-se à Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica – TUSD, advinda de transporte cobrado dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes na área de concessão da Companhia, principalmente, pela Cemig GT. Essa receita apresentou um aumento de 11,01% (R\$1.821.171 em 2011 comparados a R\$1.640.489 em 2010). Esta variação decorre, principalmente, do aumento no volume transportado. Não ocorreu variação significativa na tarifa entre os períodos comparados, ocorrendo uma redução média de 0,09% na tarifa em abril de 2011.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$4.557.280 em 2011 comparados a R\$4.147.533 em 2010. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

	2011	AV %	2010	AV %	AH %
Impostos sobre a Receita					
ICMS	2.358.568	51,75	2.184.006	52,66	7,99
PIS-PASEP	195.434	4,29	197.310	4,76	(0,95)
COFINS	900.185	19,75	821.093	19,80	9,63
ISSQN	518	0,01	494	0,01	4,86
	3.454.705	75,81	3.202.903	77,22	7,86
Encargos do Consumidor					
Reserva Global de Reversão - RGR	64.687	1,42	66.179	1,60	(2,25)
Programa de Eficiência Energética - PEE	34.213	0,75	37.151	0,90	(7,91)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	392.095	8,60	340.620	8,21	15,11
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	569.263	12,49	435.288	10,50	30,78
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.855	0,22	14.850	0,36	(33,64)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	9.593	0,21	14.850	0,36	(35,40)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	4.797	0,11	7.425	0,18	(35,39)
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	18.072	0,40	28.267	0,68	(36,07)
	1.102.575	24,19	944.630	22,78	16,72
	4.557.280	100,00	4.147.533	100,00	9,88

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente à CCC foi de R\$569.263 no exercício de 2011 comparados a R\$435.288 no exercício de 2010, representando um aumento de 30,78%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de resolução da ANEEL. Este resultado decorre, principalmente, da alteração na metodologia de cálculo do encargo, que passou a suprir a diferença entre o custo total da geração de energia nos sistemas isolados e o custo médio da energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A dedução à receita referente à CDE foi de R\$392.095 no exercício de 2011 comparados a R\$340.620 no exercício de 2010, o que representa um aumento de 15,11%. A CDE foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Este resultado decorre da atualização da quota do exercício anterior em função do crescimento de mercado e da variação do IPCA no período base. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Desse modo, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$7.280.542 em 2011 comparados a R\$6.913.546 em 2010, representando um aumento de 5,31%. Este resultado decorre principalmente dos aumentos nos Custos de Construção, Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão e dos Serviços Prestados por Terceiros, parcialmente compensados pelas reduções nas Participações de Empregados e Administradores no Resultado, nas aquisições de Materiais e nas constituições de Provisões Operacionais. As principais variações estão descritas a seguir:

	2011	AV %	2010	AV %	AH %
Pessoal	766.720	10,53	759.155	10,98	1,00
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	148.298	2,04	236.031	3,41	(37,17)
Obrigações Pós-Emprego	87.331	1,20	78.524	1,14	11,22
Materiais	64.431	0,88	98.929	1,43	(34,87)
Serviços de Terceiros	680.887	9,35	641.620	9,28	6,12
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.936.029	40,33	2.925.045	42,31	0,38
Amortização	383.714	5,27	377.534	5,46	1,64
Provisões Operacionais	161.437	2,22	208.821	3,02	(22,69)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	671.651	9,23	615.584	8,90	9,11
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.175.319	16,14	785.881	11,37	49,55
Outras Despesas Líquidas	204.725	2,81	186.422	2,70	9,82
	7.280.542	100,00	6.913.546	100,00	5,31

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$766.720 em 2011 comparados a R\$759.155 em 2010, representando uma redução de 1,00%. Este resultado decorre, principalmente, dos reajustes salariais ocorridos em novembro de 2010 e novembro de 2011, com impactos médios de 7% e 8,20% respectivamente. Em contrapartida ocorreu uma redução do número de empregados médios, que foi de 6.712 em 2011 e 7.105 em 2010, uma redução de 5,53%.

Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição

Os Custos de Construção foram de R\$1.175.319 em 2011 comparados a R\$785.881 em 2010, representando um aumento de 49,55%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$671.651 em 2011 comparados a R\$615.584 em 2010, representando um aumento de 9,11%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.936.029 em 2011 comparados a R\$2.925.045 em 2010, representando um aumento de 0,38%. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$680.887 em 2011 comparados a R\$641.620 em 2010, representando um aumento de 6,12%. As principais variações decorrem do aumento nos custos de serviços de comunicação, conservação e limpeza de faixa, leitura de medidores e entrega de faturas de energia e podas de árvores, decorrente basicamente da atualização monetária dos contratos já existentes.

Materiais

A despesa com Materiais foi de R\$64.431 em 2011 comparados a R\$98.929 em 2010, representando uma redução de 34,87% em função da otimização da utilização dos materiais pela Companhia.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$161.437 em 2011 comparados a R\$208.821 em 2010, uma redução de 22,69%. Os principais fatores que afetam esta rubrica estão abaixo relacionados:

- (i) celebração em 2010 de acordo para encerrar Processo Judicial com consumidor industrial referente ao reajuste tarifário determinado pela portaria DNAEE 045/86, no valor de R\$178 milhões, provisionado em maio de 2010;
- (ii) reversão de provisão em 2010 referente processo administrativo regulatório, no valor de R\$54 milhões, em função da baixa do processo pelo órgão regulador, que entendeu que a metodologia para cálculo das unidades consumidoras classificadas na subclasse residencial baixa renda precisava ser adaptada;
- (iii) em 2011 ocorreu o incremento de R\$45 milhões nas provisões relativas às Relações de Consumo, em função das reavaliações realizadas pela área jurídica acerca das probabilidades de perdas; e
- (iv) aumento de R\$38 milhões na constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD em 2011, em função, principalmente, das reavaliações acerca dos parcelamentos realizados para recuperação das dívidas de diversos consumidores.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$148.298 em 2011 comparados a R\$236.031 em 2010, representando uma redução de 37,17%. Deve ser ressaltado que os valores registrados em 2010 estavam a maior em R\$39 milhões relativo à Participação Extraordinária no Resultado que foi prevista no Acordo Coletivo de Trabalho firmado em novembro de 2009.

Outras Despesas Líquidas

As Outras Despesas Líquidas somaram R\$204.725 em 2011 comparadas a R\$186.422 em 2010, o que representou um aumento de 9,82%. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento de 75,00% das despesas com Arrendamentos e Aluguéis, que foram de R\$63 milhões em 2011 comparados a R\$36 milhões em 2010, em função, principalmente, do aumento da frota de veículos alugados e da alteração no perfil da frota, sendo que em 2010 era composta por veículos de menor porte, e em 2011 foram firmados novos contratos de locação de veículos de maior porte, a um custo unitário maior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Resultado Financeiro Líquido**

	2011	AV %	2010	AV %	AH %
RECEITAS FINANCEIRAS					
Renda de Aplicação Financeira	73.186	(33,86)	53.143	(23,69)	37,72
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	119.916	(55,49)	114.259	(50,94)	4,95
Variações Cambiais	20.140	(9,32)	49.214	(21,94)	(59,08)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	14.702	(6,80)	-	-	-
Outras	82.405	(38,13)	76.597	(34,15)	7,58
	310.349	(143,60)	293.213	(130,73)	5,84
DESPESAS FINANCEIRAS					
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(299.777)	138,71	(260.229)	116,02	15,20
Encargos de Variação Monetária - Forluz	(76.922)	35,59	(73.107)	32,59	5,22
Variações Cambiais	(26.502)	12,26	(36.083)	16,09	(26,55)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(47.690)	22,07	(60.251)	26,86	(20,85)
Perdas com Instrumentos Financeiros	-	-	(5.216)	2,33	-
Variação Monetária de P&D e PEE	(25.055)	11,59	(23.462)	10,46	6,79
Outras	(50.516)	23,37	(59.160)	26,38	(14,61)
	(526.462)	243,60	(517.508)	230,73	1,73
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(216.113)	100,00	(224.295)	100,00	(3,65)

O Resultado Financeiro Líquido em 2011 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$216.113 comparados a uma Despesa Financeira Líquida de R\$224.295 em 2010. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro são como segue:

(i) aumento na receita de Aplicações Financeiras, R\$73.186 em 2011, comparados a R\$53.143 em 2010, em função do maior volume de recursos aplicados em 2011;

(ii) redução na despesa com Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos, R\$47.690 em 2011, comparados a R\$60.251 em 2010. Esta redução decorre principalmente da menor variação do IGP-M, um dos principais indexadores da dívida, que foi de 5,10% em 2011, comparado a um aumento de 11,32% em 2010;

(iii) aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional, que foi de R\$299.777 em 2011, comparados a R\$260.229 em 2010, devido, principalmente, à maior variação do CDI em 2011, principal indexador dos contratos de empréstimos e financiamentos; e

(iv) as demais variações decorreram do aumento nas outras receitas financeiras de 7,58%, somado à redução nas outras despesas financeiras de 14,61%, sem relevância individualmente.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou em 2011 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$293.502 em relação ao lucro de R\$1.013.473 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 28,96%. Em 2010, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$134.160 em relação ao lucro de R\$575.162, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 23,33%.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (EM MILHARES DE REAIS)

Os Resultados Operacionais da Companhia, segregados por natureza, são conforme segue:

	2010	AV %	2009	AV %	AH %
RECEITA	7.713.003	100,00	6.694.107	100,00	15,22

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.925.045)	(37,92)	(2.483.311)	(37,10)	17,79
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(615.584)	(7,98)	(552.649)	(8,26)	11,39
	(3.540.629)	(45,90)	(3.035.960)	(45,35)	16,62
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	(645.716)	(8,37)	(644.159)	(9,62)	0,24
Materiais	(93.046)	(1,21)	(75.423)	(1,13)	23,37
Serviços de Terceiros	(563.017)	(7,30)	(457.508)	(6,83)	23,06
Amortização	(350.464)	(4,54)	(352.022)	(5,26)	(0,44)
Provisões Operacionais	(30.106)	(0,39)	(43.043)	(0,64)	(30,06)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(785.881)	(10,19)	-	-	-
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	-	-	(162.566)	(2,43)	(100,00)
Outras	(114.744)	(1,49)	(71.446)	(1,07)	60,60
	(2.582.974)	(33,49)	(1.806.167)	(26,98)	43,01
CUSTO TOTAL					
	(6.123.603)	(79,39)	(4.842.127)	(72,33)	26,47
LUCRO BRUTO					
	1.589.400	20,61	1.851.980	27,67	(14,18)
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas com Vendas	(225.157)	(2,92)	(97.915)	(1,46)	129,95
Despesas Gerais e Administrativas	(251.696)	(3,26)	(344.777)	(5,15)	(27,00)
Outras Despesas Operacionais	(313.090)	(4,06)	(129.599)	(1,94)	141,58
	(789.943)	(10,24)	(572.291)	(8,55)	38,03
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro					
	799.457	10,37	1.279.689	19,12	(37,53)
Receitas Financeiras	293.213	3,80	369.267	5,52	(20,60)
Despesas Financeiras	(517.508)	(6,71)	(456.185)	(6,81)	13,44
Resultado Antes dos Impostos					
	575.162	7,46	1.192.771	17,82	(51,78)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(188.518)	(2,44)	(154.280)	(2,30)	22,19
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	54.358	0,70	(262.277)	(3,92)	(120,73)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	441.002	5,72	776.214	11,60	(43,19)

Lucro do Período

A Companhia apresentou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 um lucro líquido de R\$441.002, representando uma redução de 43,19% em comparação ao mesmo período de 2009, quando a Companhia apresentou lucro líquido de R\$776.214. Na opinião dos Diretores da Companhia, este resultado deve-se principalmente ao aumento de 13,17% nos Custos e Despesas Operacionais com impacto principal dos Custos com Energia Comprada para Revenda que aumentou em 17,79% e das despesas com Provisões Operacionais que aumentou em 218,31%.

Receita

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	2010	AV %	2009	AV %	AH %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	9.217.639	119,51	9.223.397	137,78	(0,06)
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.640.489	21,27	1.195.506	17,86	37,22
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	785.881	10,19	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	216.527	2,81	85.443	1,28	153,42
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(4.147.533)	(53,77)	(3.810.239)	(56,92)	8,85
	7.713.003	100,00	6.694.107	100,00	15,22

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

Na opinião dos Diretores da Companhia, os principais impactos na receita de 2010 decorreram dos seguintes fatores:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (i) aumento de 3,45% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- (ii) reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 6,21%, a partir de 8 de abril de 2009 (efeito integral em 2010); e
- (iii) reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010.

	MWh*			R\$		
	2010	2009	AH %	2010	2009	AH %
Residencial	8.134.143	7.774.466	4,63	3.958.883	3.691.454	7,24
Industrial	4.757.191	4.826.009	(1,43)	1.684.748	1.730.218	(2,63)
Comércio, Serviços e Outros	4.775.770	4.642.166	2,88	2.114.226	2.060.567	2,60
Rural	2.455.112	2.208.247	11,18	628.997	563.757	11,57
Poder Público	762.207	718.070	6,15	325.667	311.481	4,55
Iluminação Pública	1.067.876	1.057.666	0,97	276.944	271.510	2,00
Serviço Público	1.113.789	1.070.536	4,04	323.699	316.867	2,16
Subtotal	23.066.088	22.297.160	3,45	9.313.164	8.945.854	4,11
Consumo Próprio	35.505	34.844	1,90	-	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda (**)	-	-	-	-	264.734	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	(101.423)	12.333	-
	23.101.593	22.332.004	3,45	9.211.741	9.222.921	(0,12)
Transações com Energia na CCEE (***)	1.935.630	219.494	781,86	5.898	476	1.139,08
Total	25.037.223	22.551.498	11,02	9.217.639	9.223.397	(0,06)

(*) Valores em MWh informados não revisados pelos auditores independentes.

(**) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobras, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela ELETROBRAS. Em 2010, foi reclassificado para Outras Receitas Operacionais para melhor apresentação dos seus efeitos nas Demonstrações Contábeis;

(***) Valores em MWh informados pelo líquido da compra e venda.

Receita de uso da rede

Essa receita refere-se à Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica – TUSD, advinda de transporte cobrado dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes na área de concessão da Companhia, principalmente pela Cemig GT. Essa receita apresentou um aumento de 37,22% (R\$1.640.489 em 2010 comparados a R\$1.195.506 em 2009). No entendimento dos Diretores da Companhia, esta variação decorre principalmente do aumento no volume transportado em decorrência da migração de consumidores cativos para consumidores livres e também da maior atividade industrial em 2010 em decorrência da recuperação da atividade econômica.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre os valores faturados foram de R\$4.147.533 em 2010 comparados a R\$3.810.239 em 2009. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

	2010	AV %	2009	AV %	AH %
Impostos sobre a Receita					
ICMS	2.184.006	52,66	2.078.024	54,54	5,10
PIS-PASEP	197.310	4,76	171.553	4,50	15,01
COFINS	821.093	19,80	790.182	20,74	3,91
ISSQN	494	0,01	383	0,01	28,98
	3.202.903	77,22	3.040.142	79,79	5,35
Encargos do Consumidor					
Reserva Global de Reversão - RGR	66.179	1,60	61.807	1,62	7,07
Programa de Eficiência Energética - PEE	37.151	0,90	34.168	0,90	8,73
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	340.620	8,21	343.895	9,03	(0,95)
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	435.288	10,50	296.072	7,77	47,02
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	14.850	0,36	13.665	0,36	8,67
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	14.850	0,36	12.906	0,34	15,06
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	7.425	0,18	7.584	0,20	(2,10)
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	28.267	0,68	-	-	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	944.630	22,78	770.097	20,21	22,66
	4.147.533	100,00	3.810.239	100,00	8,85

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente à CCC foi de R\$435.288 no exercício de 2010 comparados a R\$296.072 no exercício de 2009, representando um aumento de 47,02%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica por meio de resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A dedução à receita referente à CDE foi de R\$340.620 no exercício de 2010 comparados a R\$343.895 no exercício de 2009, o que representa uma redução de 0,95%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Desse modo, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$6.913.546 em 2010 comparados a R\$5.414.418 em 2009, representando um aumento de 27,69%. Os Diretores da Companhia destacam que este resultado decorre principalmente dos aumentos nos Custos com Energia Comprada para Revenda e Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão. Também contribuiu para o aumento dos Custos e Despesas Operacionais a provisão de R\$177.592, decorrente de acordo com Grande Consumidor Industrial conforme comentado a seguir:

	2010	AV %	2009	AV %	AH %
Pessoal	759.155	10,98	880.327	16,26	(13,76)
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	236.031	3,41	162.566	3,00	45,19
Obrigações Pós-Emprego	78.524	1,14	91.819	1,70	(14,48)
Materiais	98.929	1,43	81.833	1,51	20,89
Serviços de Terceiros	641.620	9,28	522.940	9,66	22,69
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.925.045	42,31	2.483.311	45,86	17,79
Amortização	377.534	5,46	356.789	6,59	5,81
Provisões Operacionais	208.821	3,02	65.604	1,21	218,31
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	615.584	8,90	552.649	10,21	11,39
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	785.881	11,37	-	-	-
Outras Despesas Líquidas	186.422	2,70	216.580	4,00	(13,92)
	6.913.546	100,00	5.414.418	100,00	27,69

Energia Elétrica Comprada para Revenda

	2010	AV %	2009	AV %	AH %
Energia de Itaipu Binacional	788.000	26,94	929.204	37,42	(15,20)
Energia de Curto Prazo	281.319	9,62	73.663	2,97	281,90
Contatos Bilaterais	250.180	8,55	244.231	9,83	2,44
Energia adquirida em Leilão	1.699.796	58,11	1.360.020	54,77	24,98
PROINFA	162.120	5,54	147.738	5,95	9,73
Créditos de PASEP/COFINS	(256.370)	(8,76)	(271.545)	(10,93)	(5,59)
	2.925.045	100,00	2.483.311	100,00	17,79

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.925.045 em 2010 comparados a R\$2.483.311 em 2009, representando um aumento de 17,79%.

Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

A Despesa com Encargos de Uso da Rede de Transmissão foi de R\$615.584 em 2010 comparados a R\$552.649 em 2009, representando um aumento de 11,39%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$208.821 em 2010 comparados a R\$65.604 em 2009, um aumento de 218,31%. Esta variação decorre principalmente da celebração de acordo para encerrar Processo Judicial com consumidor industrial referente ao reajuste tarifário determinado pela portaria DNAEE 045/86, no valor de R\$177.592, provisionado em maio de 2010.

Pessoal

A Despesa com Pessoal foi de R\$759.155 em 2010 comparados a R\$880.327 em 2009, representando uma redução de 13,76%. Os Diretores da Companhia destacam que este resultado decorre, substancialmente, da despesa com o Programa de Desligamento Voluntário implementado em 2009, no montante de R\$158 milhões contra R\$15 milhões em 2010 referente complemento da provisão do ano anterior.

Amortização

A despesa com Amortização foi de R\$377.534 em 2010 comparados a R\$356.789 em 2009, representando um aumento de 5,81%. Os Diretores da Companhia destacam que esse resultado decorre do programa de investimentos da Companhia realizado no ano de 2010 com a entrada em operação de novos ativos de distribuição.

Serviços de terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$641.620 em 2010, comparados a R\$522.940 em 2009, representando um aumento de 22,69%, com as principais variações nos gastos com mão de obra contratada e instalações de equipamentos elétricos em função da maior atividade de operação e manutenção preventiva no ano na comparação com o ano anterior, e também nos gastos com arrecadação e leitura.

Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição

Os Custos de Construção foram apresentados pelo valor líquido nas Demonstrações Contábeis em 2010, foram segregados para permitir a avaliação dos seus montantes e seus respectivos impactos nas Receitas e nos Custos e Despesas Operacionais. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Apresentada como um item dos Custos Operacionais em 2010, foi reclassificada para Outras Despesas Operacionais em função de se tratar de uma distribuição de resultados baseada em metas corporativas gerais, definidas em Acordo Coletivo de Trabalho específico.

Resultado Financeiro Líquido

	2010	AV %	2009	AV %	AH %
RECEITAS FINANCEIRAS					
Renda de Aplicação Financeira	53.143	(23,69)	34.528	(39,72)	53,91
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	114.259	(50,94)	148.765	(171,16)	(23,19)
Variações Cambiais	49.214	(21,94)	133.352	(153,42)	(63,09)
Outras	76.597	(34,15)	52.622	(60,54)	45,56
	293.213	(130,73)	369.267	(424,85)	(20,60)
DESPESAS FINANCEIRAS					
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(260.229)	116,02	(240.785)	277,03	8,08
Encargos de Variação Monetária - Forluz	(73.107)	32,59	(67.001)	77,09	9,11
Variações Cambiais	(36.083)	16,09	(28.404)	32,68	27,03
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(60.251)	26,86	(14.851)	17,09	305,70
Perdas com Instrumentos Financeiros (*)	(5.216)	2,33	(45.325)	52,15	(88,49)
Variação Monetária de P&D e PEE	(23.462)	10,46	(22.409)	25,78	4,70
Outras	(59.160)	26,38	(37.410)	43,04	58,14
	(517.508)	230,73	(456.185)	524,85	13,44
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(224.295)	100,00	(86.918)	100,00	158,05

(*) Os Instrumentos Financeiros foram apresentados pelo seu valor líquido, se ganho ou perda no período.

O Resultado Financeiro Líquido em 2010 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$224.295 comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$86.918 em 2009. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- (i) aumento na despesa de Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional, R\$60.251 em 2010, comparados a R\$14.851 em 2009. Este aumento decorre principalmente da variação do IGP-M, indexador de alguns contratos, que passou de uma variação negativa de 1,71% em 2009 para uma variação positiva de 11,32% em 2010; e
- (ii) aumento de 58,14% em Outras Despesas Financeiras, que foi de R\$59.160 em 2010, contra R\$37.410 em 2009. Este aumento decorre, principalmente, de multas emitidas pelo órgão regulador decorrentes de obrigações regulamentares relativas aos níveis de qualidade dos serviços e do fornecimento de energia elétrica em períodos anteriores.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou em 2010 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$134.160 em relação ao lucro de R\$575.162 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 23,33%. Em 2009, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$416.557 em relação ao lucro de R\$1.192.771, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 34,92%.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS CONTAS PATRIMONIAIS DA COMPANHIA

COMPARAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS ENTRE 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (EM MILHARES REAIS)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ATIVO	30/09/2012	AV %	31/12/2011	AV %	AH %
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	713.770	6,04	527.296	5,04	35,36
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	90.674	0,77	5.000	0,05	1.713,48
Consumidores e Revendedores	1.604.629	13,58	1.602.291	15,32	0,15
Concessionários – Transporte de Energia	278.880	2,36	247.049	2,36	12,88
Tributos Compensáveis	140.572	1,19	118.960	1,14	18,17
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	61.193	0,52	81.597	0,78	(25,01)
Fundos Vinculados	24.732	0,21	3.279	0,03	654,25
Estoques	40.887	0,35	26.671	0,26	53,30
Contribuição de Iluminação Pública	70.270	0,59	62.889	0,60	11,74
Subvenção Baixa Renda	43.725	0,37	920	0,01	4.652,72
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	18.562	0,16	-	-	-
Outros	316.579	2,68	257.187	2,46	23,09
TOTAL DO CIRCULANTE	3.404.473	28,81	2.933.139	28,05	16,07
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	21.540	0,18	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	611.412	5,17	479.261	4,58	27,57
Tributos Compensáveis	285.480	2,42	247.350	2,37	15,42
Depósitos Vinculados a Litígios	864.585	7,32	832.466	7,96	3,86
Consumidores e Revendedores	84.923	0,72	61.822	0,59	37,37
Concessionários – Transporte de Energia	11.186	0,09	11.931	0,11	(6,24)
Outros Créditos	45.995	0,39	70.171	0,67	(34,45)
Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição	4.510.127	38,16	3.118.126	29,82	44,64
Intangíveis	1.979.129	16,75	2.703.687	25,85	(26,80)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	8.414.377	71,19	7.524.814	71,95	11,82
ATIVO TOTAL	11.818.850	100,00	10.457.953	100,00	13,01
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	2.237.800	18,93	603.235	5,77	270,97
Debêntures	45.117	0,38	22.765	0,22	98,19
Fornecedores	926.097	7,84	753.131	7,20	22,97
Impostos, Taxas e Contribuições	369.803	3,13	340.956	3,26	8,46
Imposto de Renda e Contribuição Social	26.864	0,23	-	-	-
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	352.781	2,98	109.215	1,04	223,02
Salários e Encargos Sociais	156.373	1,32	168.454	1,61	(7,17)
Encargos Regulatórios	204.513	1,73	210.312	2,01	(2,76)
Participações nos Lucros	115.010	0,97	59.437	0,57	93,50
Obrigações Pós-Emprego	43.695	0,37	53.687	0,51	(18,61)
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	-	-	25.764	0,25	(100,00)
Contribuição de Iluminação Pública	110.003	0,93	114.586	1,10	(4,00)
Outras	104.562	0,88	143.219	1,37	(26,99)
TOTAL DO CIRCULANTE	4.692.618	39,70	2.604.761	24,91	80,16
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	1.148.305	9,72	2.032.642	19,44	(43,51)
Debêntures	895.474	7,58	852.580	8,15	5,03
Provisões	106.935	0,90	103.684	0,99	3,14
Obrigações Pós-Emprego	1.361.560	11,52	1.339.105	12,80	1,68
Impostos, Taxas e Contribuições	611.978	5,18	661.326	6,32	(7,46)
Encargos Regulatórios	162.677	1,38	187.753	1,80	(13,36)
Outras	17.094	0,14	19.639	0,19	(12,96)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	4.304.023	36,42	5.196.729	49,69	(17,18)
TOTAL DO PASSIVO	8.996.641	76,12	7.801.490	74,60	15,32
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AO CONTROLADOR					
Capital Social	2.261.998	19,14	2.261.998	21,63	0,00
Reservas de Lucros	150.900	1,28	394.465	3,77	(61,75)
Lucros Acumulados	409.311	3,46	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.822.209	23,88	2.656.463	25,40	6,24
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.818.850	100,00	10.457.953	100,00	13,01

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ATIVO

Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Caixa e Equivalentes de Caixa atingiu R\$713.770, representando um aumento de 35,36% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$527.296. Esta variação decorre basicamente de maior caixa gerado das atividades de financiamento em 2012, decorrentes de captações de recursos (empréstimos e financiamentos), em comparação ao caixa consumido nas atividades de financiamento em 2011, devido aos pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Títulos e Valores Mobiliários: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Títulos e Valores Mobiliários atingiu R\$90.674, representando um aumento de 1.713,48% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou Títulos e Valores Mobiliários de R\$5.000. Esta variação decorre de maior volume de recursos aplicados em 2012.

Consumidores e Revendedores: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Consumidores e Revendedores atingiu R\$1.604.629, e não apresentou variação expressiva, apenas um aumento de 0,15% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou Consumidores e Revendedores de R\$1.602.291.

Concessionários - Transporte de Energia: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Concessionários - Transporte de Energia atingiu R\$278.880, representando um aumento de 12,88% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou Concessionários - Transporte de Energia de R\$247.049. Esta variação decorre basicamente do aumento de faturamento com concessionários.

Tributos Compensáveis: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Tributos Compensáveis atingiu 140.572, representando um aumento de 18,17% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou Tributos Compensáveis de R\$118.960. A conta tributos compensáveis é composta por ICMS a recuperar, PASEP e COFINS.

Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar atingiu R\$61.193, representando uma redução de 25,01% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar de R\$81.597. Esta variação decorre basicamente da compensação do Ativo com Passivo para fins de publicação e pedidos de compensação eletrônica (PERDCOMP) feitos dentro do período mencionado com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil como PASEP/COFINS.

Estoques: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Estoques atingiu R\$40.887, representando um aumento de 53,30% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou Estoques de R\$26.671. O saldo desta conta representa basicamente os materiais que serão utilizados nas atividades de manutenção do sistema elétrico.

Não Circulante

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos atingiu R\$611.412, representando um aumento de 27,57% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos de R\$479.261. Esta variação decorre basicamente de aumento nos créditos tributários da obrigação Pós Emprego, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Variação Cambial e Participação dos Empregados nos Resultados e redução do passivo.

Tributos Compensáveis: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R\$285.480, representando um aumento de 15,42% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou Tributos Compensáveis de R\$247.350. Esta variação decorre basicamente de constituição crédito PASEP/COFINS sobre compra do ativo permanente.

Depósitos Vinculados a Litígios: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Depósitos Vinculados a Litígios atingiu R\$864.585, representando um aumento de 3,86% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

apresentou Depósitos Vinculados a Litígios de R\$832.466. Esta variação decorre basicamente de aumento depósitos judiciais referentes a itens regulatórios, causas cíveis e bloqueio judicial, conforme segue:

	30/09/2012	31/12/2011
Trabalhista	156.173	135.126
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros Sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622
Outros	3.259	1.391
	<u>621.581</u>	<u>619.713</u>
Outros		
Regulatório	14.233	12.782
Cível	20.897	11.527
Recon	1.206	1.206
Bloqueio Judicial	49.852	39.199
Outros	643	12.913
	<u>86.831</u>	<u>77.627</u>
	<u><u>864.585</u></u>	<u><u>832.466</u></u>

Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição atingiu R\$4.510.127, representando um aumento de 44,64% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição de R\$3.118.126. Esta variação decorre basicamente de ativos que entraram em operação em 2012, transferidos do ativo intangível para esta rubrica em atendimento aos critérios de contabilização previstos no ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade das concessões.

Intangíveis: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Intangíveis atingiu R\$1.979.129, representando uma redução de 26,80% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou Intangíveis de R\$2.703.687. Esta variação decorre basicamente de ativos que entraram em operação em 2012, transferidos para o ativo financeiro, e das amortizações pelos períodos das concessões em atendimento aos critérios de contabilização previstos no ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade das concessões.

PASSIVO

Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$2.237.800, representando um aumento de 270,97% em com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou Empréstimos e Financiamentos de R\$603.235. Esta variação decorre basicamente da transferência de R\$1.090.500 do passivo não circulante para o passivo circulante somados à captação de R\$640.000 em notas promissórias com vencimento em julho de 2013.

Debêntures: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Debêntures atingiu R\$45.117, representando um aumento de 98,19% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou Debêntures de R\$22.765. Esta variação decorre basicamente da transferência do passivo não circulante para o passivo circulante em decorrência dos prazos de vencimento dos contratos.

Fornecedores: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Fornecedores atingiu R\$926.097, representando um aumento de 22,97% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou Fornecedores de R\$753.131. Esta variação decorre do aumento nos valores médios do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), pela aquisição de energia no curto prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Impostos, Taxas e Contribuições: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R\$369.803, representando um aumento de 8,46% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou Impostos, Taxas e Contribuições de R\$340.956. Esta variação decorre basicamente ICMS, PIS e COFINS.

Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar atingiu R\$352.781, representando um aumento de 223,02% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar de R\$109.215. Esta variação decorre basicamente da provisão dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2011, retidos no Patrimônio Líquido até a data da aprovação ocorrida em 2012.

Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$1.148.305, representando uma redução de 43,51% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou Empréstimos e Financiamentos de R\$2.032.642. Esta variação decorre basicamente de transferências para o passivo circulante em decorrência dos prazos de vencimento dos contratos compensado por captações no período de R\$228.467.

Debêntures: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Debêntures atingiu R\$895.474, representando um aumento de 5,03% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou Debêntures de R\$852.580. Esta variação decorre basicamente da transferência para o passivo circulante em decorrência dos prazos de vencimento dos contratos.

Impostos, Taxas e Contribuições: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R\$611.978, representando uma redução de 7,46% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou Impostos, Taxas e Contribuições de R\$661.326. Esta variação decorre basicamente de PASEP e COFINS sobre CVA.

Provisões: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Provisões atingiu R\$106.935, representando apenas um pequeno aumento de 3,14% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou Provisões de R\$103.684.

Obrigações Pós-Emprego: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R\$1.361.560, e não apresentou variação expressiva em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando a Companhia apresentou Obrigações Pós-Emprego de R\$1.339.105.

Patrimônio Líquido

Capital Social: Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a conta do Capital Social atingiu R\$2.261.998.

Reserva de Lucros: Em 30 de setembro de 2012, a conta Reserva de Lucros atingiu R\$150.900, o que representa uma redução de 61,75% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$394.465. Esta variação decorre basicamente da provisão, no passivo circulante, dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2011, retidos no Patrimônio Líquido até a data da aprovação ocorrida em 2012.

Lucros Acumulados: Em 30 de setembro de 2012, a conta de Lucros Acumulados atingiu R\$409.311.

COMPARAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS ENTRE 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	2011	AV %	2010	AV %	AH %
CIRCULANTE					

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Caixa e Equivalentes de Caixa	527.296	5,04	503.409	5,24	4,75
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	5.000	0,05	-	-	-
Consumidores e Revendedores	1.602.291	15,32	1.496.609	15,59	7,06
Concessionários - Transporte de Energia	247.049	2,36	273.948	2,85	(9,82)
Tributos Compensáveis	118.960	1,14	228.903	2,38	(48,03)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	81.597	0,78	245.258	2,55	(66,73)
Fundos Vinculados	3.279	0,03	14.048	0,15	(76,66)
Estoques	26.671	0,26	21.318	0,22	25,11
Contribuição de Iluminação Pública	62.889	0,60	52.258	0,54	20,34
Subvenção Baixa Renda	920	0,01	-	-	-
Outros	257.187	2,46	282.110	2,94	(8,83)
TOTAL DO CIRCULANTE	2.933.139	28,05	3.117.861	32,48	(5,92)
NÃO CIRCULANTE					
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	479.261	4,58	637.168	6,64	(24,78)
Tributos Compensáveis	247.350	2,37	98.718	1,03	150,56
Depósitos Vinculados a Litígios	832.466	7,96	641.897	6,69	29,69
Consumidores e Revendedores	61.822	0,59	18.491	0,19	234,34
Concessionários - Transporte de Energia	11.931	0,11	-	-	-
Outros Créditos	70.171	0,67	46.120	0,48	52,15
Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição	3.118.126	29,82	2.387.093	24,87	30,62
Intangíveis	2.703.687	25,85	2.652.214	27,63	1,94
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	7.524.814	71,95	6.481.701	67,52	16,09
ATIVO TOTAL	10.457.953	100,00	9.599.562	100,00	8,94

PASSIVO	2011	AV %	2010	AV %	AH %
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	603.235	5,77	388.825	4,05	55,14
Debêntures	22.765	0,22	21.918	0,23	3,86
Fornecedores	753.131	7,20	770.139	8,02	(2,21)
Impostos, Taxas e Contribuições	340.956	3,26	263.385	2,74	29,45
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	109.215	1,04	50.842	0,53	114,81
Salários e Encargos Sociais	168.454	1,61	156.978	1,64	7,31
Encargos Regulatórios	210.312	2,01	304.124	3,17	(30,85)
Participações nos Lucros	59.437	0,57	81.641	0,85	(27,20)
Obrigações Pós-Emprego	53.687	0,51	53.579	0,56	0,20
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	25.764	0,25	69.271	0,72	(62,81)
Contribuição de Iluminação Pública	114.586	1,10	93.866	0,98	22,07
Outras	143.219	1,37	149.960	1,56	(4,50)
TOTAL DO CIRCULANTE	2.604.761	24,91	2.404.528	25,05	8,33
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	2.032.642	19,44	1.831.199	19,08	11,00
Debêntures	852.580	8,15	805.053	8,39	5,90
Provisões	103.684	0,99	31.749	0,33	226,57
Obrigações Pós-Emprego	1.339.105	12,80	1.316.001	13,71	1,76
Impostos, Taxas e Contribuições	661.326	6,32	508.473	5,30	30,06
Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0,00	196.123	2,04	(100,00)
Encargos Regulatórios	187.753	1,80	109.066	1,14	72,15
Outras	19.639	0,19	20.471	0,21	(4,06)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	5.196.729	49,69	4.818.135	50,19	7,86
TOTAL DO PASSIVO	7.801.490	74,60	7.222.663	75,24	8,01
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AO CONTROLADOR					
Capital Social	2.261.998	21,63	2.261.998	23,56	0,00

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Reservas de Lucros	394.465	3,77	114.901	1,20	243,31
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.656.463	25,40	2.376.899	24,76	11,76
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.457.953	100,00	9.599.562	100,00	8,94

ATIVO**Circulante**

Caixa e Equivalentes de Caixa: Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Caixa e Equivalentes de Caixa atingiu R\$527.296, representando um aumento de 4,75% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$503.409. Esta variação decorre, basicamente, do maior caixa gerado nas operações em 2011, em decorrência do aumento do lucro, parcialmente compensado pelo maior caixa consumido pelas atividades de investimento, devido ao maior investimento em ativos da concessão, e pelo maior caixa consumido pelas atividades de financiamento, decorrentes de amortizações de empréstimos e financiamentos e do pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensados por captações de recursos.

Consumidores e Revendedores: Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Consumidores e Revendedores atingiu R\$1.602.291, representando um aumento de 7,06% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou Consumidores e Revendedores de R\$1.496.609. Esta variação decorre basicamente do aumento na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais, somada ao reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,24%.

Concessionários - Transporte de Energia: Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Concessionários - Transporte de Energia atingiu R\$247.049, representando uma redução de 9,82% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou Concessionários - Transporte de Energia de R\$273.948. Esta variação decorre basicamente do maior volume de baixas no período, parcialmente, compensado pelo aumento no volume transportado.

Tributos Compensáveis: Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R\$118.960, representando uma redução de 48,03% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou Tributos Compensáveis de R\$228.903. A conta tributos compensáveis é composta por ICMS a recuperar, PASEP e COFINS. Esta variação deve-se ao maior valor transferido para o não circulante, em decorrência da previsão de realização dos créditos incidentes sobre as aquisições de ativo fixo.

Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar: Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar atingiu R\$81.597, representando uma redução de 66,73% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar de R\$245.258. Esta variação decorre basicamente da compensação do Ativo com o Passivo, para fins de divulgação societária, e pedidos de compensação eletrônica (PERDCOMP) feitos dentro do período mencionado com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Estoques: Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Estoques atingiu R\$26.671, representando um aumento de 25,11% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou Estoques de R\$21.318. Esta variação decorre do aumento nas aquisições de materiais que serão utilizados nas atividades de manutenção do sistema elétrico.

Não Circulante

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos atingiu R\$755.838, representando uma redução de 24,78% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos de R\$637.168. Os Diretores da Companhia destacam que esta variação decorre basicamente do aumento nos créditos tributários originados das variações nas Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisões para Contingências, Instrumentos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financeiros e Tributos com Exigibilidade Suspensa bem como a compensação dos saldos do Ativo e do Passivo para fins de publicação das Demonstrações Contábeis em 2011.

Tributos Compensáveis: Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R\$247.350, representando um aumento de 150,56% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou Tributos Compensáveis de R\$98.718. No entendimento dos Diretores da Companhia, esta variação deve-se ao maior valor transferido do Circulante, em decorrência da previsão de realização dos créditos incidentes sobre as aquisições de ativo fixo, somado ao maior volume de aquisições de ativo fixo no período.

Depósitos Vinculados a Litígios: Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Depósitos Vinculados a Litígios atingiu R\$832.466, representando um aumento de 29,69% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou Depósitos Vinculados a Litígios de R\$641.897. Os Diretores da Companhia destacam que esta variação decorre basicamente de aumento de depósitos judiciais relativos a obrigações fiscais e trabalhistas.

Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição: Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição atingiu R\$3.118.126, representando um aumento de 30,62% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição de R\$2.387.093. Os Diretores da Companhia destacam que esta variação decorre basicamente dos ativos que entraram em operação em 2011, transferidos do ativo intangível para esta rubrica em atendimento aos critérios de contabilização previstos no ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade das concessões.

Intangíveis: Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Intangíveis atingiu R\$2.703.687, representando um aumento de 1,94% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou Intangíveis de R\$2.652.214. Esta variação decorre basicamente do maior volume de aquisições de ativo fixo no período, parcialmente compensado pela maior transferência para os Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição, devido aos ativos que entraram em operação em 2011 e que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões.

PASSIVO

Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$603.235, representando um aumento de 55,14% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou Empréstimos e Financiamentos de R\$388.825. Os Diretores da Companhia destacam que esta variação decorre basicamente da captação de R\$100.000 no período, com vencimento em 2012, somada ao aumento do CDI, principal indexador dos contratos de empréstimos e financiamentos.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Debêntures atingiu R\$22.765, representando um aumento de 3,86% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou Debêntures de R\$21.918. Esta variação decorre basicamente do aumento IPCA e do IGP-M.

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Fornecedores atingiu R\$753.131, representando uma redução de 2,21% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou Fornecedores de R\$770.139. No entendimento dos Diretores da Companhia, esta variação decorre basicamente da redução da exposição no mercado de curto prazo, parcialmente compensada pelo aumento no valor faturado relativo ao Repasse de Potência Itaipu, devido ao aumento do dólar no período.

Impostos, Taxas e Contribuições: Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R\$340.956, representando um aumento de 29,45% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou Impostos, Taxas e Contribuições de R\$263.385. Os Diretores da Companhia destacam que esta variação decorre basicamente de ICMS, PIS e COFINS.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar: Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar atingiu R\$109.215, representando um aumento de 114,81% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar de R\$50.842. Esta variação decorre basicamente da provisão dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2010, retidos no Patrimônio Líquido até a data da aprovação ocorrida em 2011.

Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$2.032.642, representando um aumento de 11,00% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou Empréstimos e Financiamentos de R\$1.831.199. Esta variação decorre basicamente da captação de R\$525.725 no período, com vencimento entre 2014 e 2023, somada ao aumento do CDI, principal indexador dos contratos de empréstimos e financiamentos.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Debêntures atingiu R\$852.580, representando um aumento de 5,90% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou Debêntures de R\$805.053. Esta variação decorre basicamente do aumento IPCA e do IGP-M.

Provisões: Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Provisões atingiu R\$103.684, representando um aumento de 226,57% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou Provisões de R\$31.749. No entendimento dos Diretores da Companhia, esta variação decorre basicamente da reavaliação da probabilidade de perda de diversas ações cíveis, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, que passou para perda provável em 2011, somado à constituição de provisão relativa a assuntos regulatórios.

Obrigações Pós-Emprego: Em 31 de dezembro de 2011, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R\$1.339.105, e não apresentou variação expressiva em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou Obrigações Pós-Emprego de R\$1.316.001.

Imposto de Renda e Contribuição Social: Os saldos do Ativo e do Passivo foram compensados para fins de publicação das Demonstrações Contábeis de 2011.

Patrimônio Líquido

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a conta do Capital Social atingiu R\$2.261.998.

Reserva de Lucros: Em 31 de dezembro de 2011, a conta Reserva de Lucros atingiu R\$394.465, o que representa um aumento de 243,31% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$114.901. Os Diretores da Companhia destacam que esta variação decorre basicamente da provisão, no passivo circulante, dos dividendos adicionais propostos em 31 de dezembro de 2011, retidos no Patrimônio Líquido até a data da aprovação ocorrida em 2012.

COMPARAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS ENTRE 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	2010	AV %	2009	AV %	AH %
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	503.409	5,24	246.201	2,84	104,47
Consumidores e Revendedores	1.496.609	15,59	1.504.191	17,38	(0,50)
Concessionários - Transporte de Energia	273.948	2,85	290.309	3,35	(5,64)
Tributos Compensáveis	228.903	2,38	529.055	6,11	(56,73)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	245.258	2,55	-	-	-
Fundos Vinculados	14.048	0,15	2.607	0,03	438,86
Estoques	21.318	0,22	20.047	0,23	6,34
Contribuição de Iluminação Pública	52.258	0,54	-	-	-
Outros	282.110	2,94	197.575	2,28	42,79
TOTAL DO CIRCULANTE	3.117.861	32,48	2.789.985	32,23	11,75

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

NÃO CIRCULANTE					
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	637.168	6,64	594.489	6,87	7,18
Tributos Compensáveis	98.718	1,03	82.772	0,96	19,26
Depósitos Vinculados a Litígios	641.897	6,69	418.809	4,84	53,27
Consumidores e Revendedores	18.491	0,19	76.240	0,88	(75,75)
Créditos com Pessoas Ligadas	-	-	45.548	0,53	-
Outros Créditos	46.120	0,48	29.273	0,34	57,55
Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição	2.387.093	24,87	2.030.284	23,46	17,57
Investimentos	-	-	5.726	0,07	(100,00)
Intangíveis	2.652.214	27,63	2.582.128	29,83	2,71
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.481.701	67,52	5.865.269	67,77	10,51
ATIVO TOTAL	9.599.562	100,00	8.655.254	100,00	10,91

PASSIVO	2010	AV %	2009	AV %	AH %
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	388.825	4,05	986.818	11,40	(60,60)
Debêntures	21.918	0,23	764.645	8,83	(97,13)
Fornecedores	770.139	8,02	608.903	7,04	26,48
Impostos, Taxas e Contribuições	263.385	2,74	286.393	3,31	(8,03)
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	50.842	0,53	202.306	2,34	(74,87)
Salários e Encargos Sociais	156.978	1,64	246.672	2,85	(36,36)
Encargos Regulatórios	304.124	3,17	238.952	2,76	27,27
Participações nos Lucros	81.641	0,85	69.624	0,80	17,26
Obrigações Pós-Emprego	53.579	0,56	58.651	0,68	(8,65)
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	69.271	0,72	78.305	0,90	(11,54)
Contribuição de Iluminação Pública	93.866	0,98	-	-	-
Outras	149.960	1,56	250.348	2,89	(40,10)
TOTAL DO CIRCULANTE	2.404.528	25,05	3.791.617	43,81	(36,58)
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	1.831.199	19,08	864.956	9,99	111,71
Debêntures	805.053	8,39	-	-	-
Provisões	31.749	0,33	73.851	0,85	(57,01)
Obrigações Pós-Emprego	1.316.001	13,71	1.304.228	15,07	0,90
Impostos, Taxas e Contribuições	508.473	5,30	287.214	3,32	77,04
Imposto de Renda e Contribuição Social	196.123	2,04	134.680	1,56	45,62
Encargos Regulatórios	109.066	1,14	92.366	1,07	18,08
Outras	20.471	0,21	11.737	0,14	74,41
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	4.818.135	50,19	2.769.032	31,99	74,00
TOTAL DO PASSIVO	7.222.663	75,24	6.560.649	75,80	10,09
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS CONTROLADORES					
Capital Social	2.261.998	23,56	2.261.998	26,13	-
Reservas de Lucros	114.901	1,20	383.126	4,43	(70,01)
Prejuízos Acumulados	-	-	(550.519)	(6,36)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.376.899	24,76	2.094.605	24,20	13,48
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.599.562	100,00	8.655.254	100,00	10,91

ATIVO**Circulante**

Caixa e Equivalentes de Caixa: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Caixa e Equivalentes de Caixa atingiu R\$503.409, representando um aumento de 104,47% em comparação ao mesmo período de 2009, quando a Companhia apresentou Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$246.201. Esta variação decorre basicamente de maior caixa gerado nas operações em 2010.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Consumidores e Revendedores: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Consumidores e Revendedores atingiu R\$1.496.609, e não apresentou variação expressiva, apenas uma redução de 0,50% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando a Companhia apresentou Consumidores e Revendedores de R\$1.504.191.

Concessionários - Transporte de Energia: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Concessionários - Transporte de Energia atingiu R\$273.948, representando uma redução de 5,64% em comparação ao mesmo período de 2009, quando a Companhia apresentou Concessionários - Transporte de Energia de R\$290.309. Os Diretores da Companhia destacam que esta variação decorre basicamente do maior volume de baixas no período, parcialmente, compensado pelo aumento no volume transportado.

Tributos Compensáveis: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R\$474.161, representando uma redução de 10,38% em comparação ao mesmo período de 2009, quando a Companhia apresentou Tributos Compensáveis de R\$529.055. Esta variação decorre basicamente da compensação do Ativo com o Passivo, para fins de divulgação societária, e pedidos de compensação eletrônica (PERDCOMP) feitos dentro do período mencionado com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar: Em 31 de dezembro de 2010, foi reclassificado de Tributos Compensáveis para melhor apresentação dos seus efeitos nas Demonstrações Contábeis.

Estoques: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Estoques atingiu R\$21.318 mil, representando um aumento de 6,34% em comparação ao mesmo período de 2009, quando a Companhia apresentou Estoques de R\$20.047 mil. O saldo desta conta representa basicamente os materiais que serão utilizados nas atividades de manutenção do sistema elétrico.

Não Circulante

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos atingiu R\$637.168, representando um aumento de 7,18% em comparação ao mesmo período de 2009, quando a Companhia apresentou Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos de R\$594.489. Os Diretores da Companhia destacam que esta variação decorre basicamente de aumento nos créditos tributários da obrigação Pós Emprego, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Variação Cambial, Tributos com Exigibilidade Suspensa e PRL.

Tributos Compensáveis: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R\$98.718, representando um aumento de 19,26% em comparação ao mesmo período de 2009, quando a Companhia apresentou Tributos Compensáveis de R\$82.772. No entendimento dos Diretores da Companhia, esta variação decorre basicamente de constituição crédito PASEP/COFINS sobre compra do ativo permanente de ICMS.

Depósitos Vinculados a Litígios: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Depósitos Vinculados a Litígios atingiu R\$641.897, representando um aumento de 53,27% em comparação ao mesmo período de 2009, quando a Companhia apresentou Depósitos Vinculados a Litígios de R\$418.809. Esta variação decorre basicamente de aumento depósitos judiciais referentes a PASEP/COFINS sobre ICMS.

Créditos com Pessoas Ligadas: Em 31 de dezembro de 2010, foi reclassificado para Outros Créditos Não Circulantes para melhor apresentação dos seus efeitos nas Demonstrações Contábeis.

Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição atingiu R\$2.387.093, representando um aumento de 17,57% em comparação ao mesmo período de 2009, quando a Companhia apresentou Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição de R\$2.030.284. Esta variação decorre basicamente de ativos que entraram em operação em 2012, transferidos do ativo intangível para esta rubrica em atendimento aos critérios de contabilização previstos no ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade das concessões.

Investimentos: Em 31 de dezembro de 2010, foi reclassificado para Outros Créditos Não Circulantes. Informação não relevante individualmente, relacionada ao custo de aquisição de participações em projetos audiovisuais em conformidade com a lei de incentivos fiscais vigente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Intangíveis: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Intangíveis atingiu R\$2.652.214, representando um aumento de 2,71% em comparação ao mesmo período de 2009, quando a Companhia apresentou Intangíveis de R\$2.582.128. Esta variação decorre basicamente ativos que entraram em operação em 2012, líquidos da transferência para o ativo financeiro em atendimento aos critérios de contabilização previstos no ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade das concessões.

PASSIVO

Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$388.825, representando uma redução de 60,60% em comparação ao mesmo período de 2009, quando a Companhia apresentou Empréstimos e Financiamentos de R\$986.818. Esta variação decorre basicamente de amortizações e da transferências para o passivo não circulante em decorrência de cláusulas restritivas (*covenants*). Os Diretores da Companhia destacam que, em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não havia atendido a determinadas cláusulas restritivas, sendo obtido o consentimento dos credores durante o ano de 2010. Dessa forma, os contratos cujas cláusulas não foram atendidas foram reconhecidas no circulante em 2009 e reclassificados para o não circulante em 2010.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Debêntures atingiu R\$21.918, representando uma redução de 97,13% em comparação ao mesmo período de 2009, quando a Companhia apresentou Debêntures de R\$764.645. Esta variação decorre basicamente de transferências para o passivo não circulante em decorrência de cláusulas restritivas (*covenants*). Os Diretores da Companhia ressaltam que, em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não havia atendido a determinadas cláusulas restritivas, sendo obtido o consentimento dos credores durante o ano de 2010. Dessa forma, os contratos cujas cláusulas não foram atendidas foram reconhecidas no circulante em 2009 e reclassificados para o não circulante em 2010.

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Fornecedores atingiu R\$770.139, representando um aumento de 26,48% em comparação ao mesmo período de 2009, quando a Companhia apresentou Fornecedores de R\$608.903. Esta variação decorre basicamente do aumento da exposição no mercado de energia de curto prazo.

Impostos, Taxas e Contribuições: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R\$263.385, representando uma redução de 8,03% em comparação ao mesmo período de 2009, quando a Companhia apresentou Impostos, Taxas e Contribuições de R\$286.393. Esta variação decorre basicamente ICMS, PIS e COFINS.

Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar atingiu R\$50.842, representando uma redução de 74,87% em comparação ao mesmo período de 2009, quando a Companhia apresentou Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar de R\$202.306. Esta variação decorre basicamente da destinação de JCP em 31/12/2010, no montante de R\$158.708.

Encargos Regulatórios: Em 31 de dezembro de 2010, o Encargo de Capacidade Emergencial foi reclassificado de Outros Passivos Circulantes para melhor apresentação dos seus efeitos nas Demonstrações Contábeis.

Contribuição de Iluminação Pública: Em 31 de dezembro de 2010, foi reclassificado de Outros Passivos Circulantes para melhor apresentação dos seus efeitos nas Demonstrações Contábeis.

Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$1.831.199, representando um aumento de 111,71% em comparação ao mesmo período de 2009, quando a Companhia apresentou Empréstimos e Financiamentos de R\$864.956. No entendimento dos Diretores da Companhia, esta variação decorre basicamente de reclassificação do passivo circulante em decorrência de cláusulas restritivas. Também contribuiu para o aumento desta rubrica as novas captações no período no montante de R\$665.591.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Debêntures atingiu R\$805.053. Este valor decorre de reclassificação do ativo circulante em decorrência de cláusulas restritivas.

Provisões: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Provisões atingiu R\$31.749, representando uma redução de 57,01% em comparação ao mesmo período de 2009, quando a Companhia apresentou Provisões de R\$73.851. Esta variação decorre basicamente de reversão de provisão de processos administrativos da ANEEL no montante de R\$49.212. Em 2010, a notificação feita pela ANEEL foi arquivada por julgar procedente o recurso da Companhia.

Obrigações Pós-Emprego: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R\$1.316.001, não apresentando variação expressiva, um aumento de apenas 0,90% em comparação ao mesmo período de 2009, quando a Companhia apresentou Obrigações Pós-Emprego de R\$1.304.228.

Imposto de Renda e Contribuição Social: Em 31 de dezembro de 2010, foi reclassificado de Impostos, Taxas e Contribuições para melhor apresentação dos seus efeitos nas Demonstrações Contábeis.

Patrimônio Líquido

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, a conta do Capital Social atingiu R\$2.261.998.

Reserva de Lucros: Em 31 de dezembro de 2010, a conta Reserva de Lucros atingiu R\$114.901, o que representa uma redução de 70,01% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$383.126. Esta variação decorre de absorção de prejuízo no montante de R\$268.225. O prejuízo reconhecido em 2009 foi de R\$550.519, em decorrência da adoção inicial das Normas Internacionais – IFRS, conforme comentado anteriormente.

Prejuízos Acumulados: Em 31 de dezembro de 2009, a conta de Prejuízos Acumulados atingiu R\$550.519 em decorrência dos ajustes provenientes da primeira adoção das Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS em 2010 com apresentação comparativa ao exercício de 2009.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultado das operações da Companhia

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é composta pelos seguintes itens: (i) fornecimento bruto de energia elétrica; (ii) receita de uso da rede – consumidores livres; (iii) transações com energia na CCEE; (iv) receita de construção de infraestrutura de distribuição; (v) outras receitas operacionais; e (v) impostos e encargos incidentes sobre as receitas.

A Diretoria da Companhia entende que os itens mais significativos da receita são fornecimento de energia elétrica e do uso da rede de distribuição pelos consumidores finais dentro da sua área de concessão, conforme pode ser observado em tabela de composição da receita no item 10.1 (h) deste Formulário de Referência. A receita com fornecimento bruto de energia decorre dos valores de energia comercializada a consumidores residenciais, comerciais, rurais, industriais e outros e a receita de uso da rede decorre de valores auferidos pela utilização, pelos consumidores, das linhas de distribuição da Companhia.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Diretoria da Companhia entende que os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia estão relacionados na Seção 10.1 deste Formulário de Referência, onde destacamos: (i) reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011 (efeito integral em 2012); (ii) reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012; e (iii) aumento de 25,55% no gasto com energia elétrica comprada para revenda, decorrente, principalmente, das exposições financeiras no mercado de curto prazo ocasionada pelo aumento nos valores médios do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), em todos os submercados.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos ou esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia entendem que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, bem como no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, não houve introdução ou alienação de segmento operacional na Companhia.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores da Companhia entendem que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, bem como no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia.

c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia entendem que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, bem como no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, a Companhia não passou por eventos ou realizou operações não usuais que possam interferir em suas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) mudanças significativas das práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nas regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras de 2010 também refletiram pela primeira vez a adoção de regras contábeis internacionais (IFRS), reapresentando os resultados de 2009 para possibilitar a comparabilidade.

Nesse contexto, no exercício de 2010 ocorreu a mudança nos padrões contábeis brasileiros regulados pelas publicações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação dos padrões contábeis internacionais (IFRS) trouxe uma significativa mudança nos resultados de 2010. Os principais impactos das mudanças podem ser verificados na letra b desse mesmo item.

Já as Demonstrações Contábeis do exercício de 2011 foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo CPC; normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Para as Informações Contábeis Intermediárias do exercício de 2012, divulgadas até o momento, foram considerados o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, a Norma Internacional IAS-34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo IASB, assim como as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

O processo de harmonização das normas contábeis brasileiras com as normas internacionais iniciou-se em 2008 com o advento da Lei 11.638/07. A adoção definitiva das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) no Brasil ocorreu em 2010. Para atendimento às determinações das normas internacionais, para a primeira adoção seria necessária a apresentação comparativa com o exercício imediatamente anterior e também a elaboração de um balanço de abertura com data de 01/01/2009. A Companhia elaborou essas demonstrações em consonância com as normas internacionais, refletindo na sua contabilidade todos os efeitos, tendo como maior reflexo a adoção do IFRIC 12 (ICPC01) – Contratos de Concessão. Com a adoção desta norma, a Companhia deixou de registrar os ativos das concessões na rubrica de Ativo Imobilizado, sendo estes bifurcados entre Ativo Intangível e Ativo Financeiro de acordo com as regras estabelecidas na legislação.

Os diretores da Companhia entendem que todos os impactos e seus respectivos efeitos decorrentes das referidas alterações nas práticas contábeis foram divulgados em nas demonstrações contábeis e são também descritos no item (b) a seguir.

b) efeitos significativos das alterações nas práticas contábeis

Conforme descrito no item 10.4 (b) anterior, o principal impacto nas demonstrações contábeis da Companhia foi decorrente da adoção do ICPC 01. Todos os ativos de concessão, anteriormente classificados como ativo imobilizado, foram bifurcados entre Ativo Financeiro e Ativo Intangível. Aqueles ativos, cuja remuneração via comercialização de energia ocorresse até o final da concessão foi classificado como Ativo Intangível. A diferença não ressarcida via comercialização até o final da concessão seria reconhecido como Ativo Financeiro e indenizado pelo Poder concedente.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Adicionalmente, deve ser ressaltado que em função das novas normas contábeis, a Companhia passou a não mais registrar nas demonstrações contábeis os ativos e passivos regulatórios, sendo os valores reconhecidos somente quando do efetivo recebimento ou pagamento, o que produziu também, no entendimento dos Diretores da Companhia, impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Todos os impactos identificados com a adoção das IFRS na Companhia estão descritos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Principais impactos e alterações nas demonstrações contábeis da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício corrente em função da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC e as normas IFRS

Os principais efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia em função da adoção, em 2010, dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC de nºs 15 a 43, das Interpretações Técnicas de nºs 1 a 16 e das orientações técnicas de nº de 3 a 5 além das normas IFRS estão descritos a seguir:

(i) Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) e Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão: essa interpretação especifica condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance:

- o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço;
- o concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Quando da análise dos contratos de concessão da Companhia, constatou-se que as condições acima mencionadas se aplicam para os contratos de distribuição da Companhia. De acordo com a referida Interpretação, quando um concessionário é remunerado pelos usuários dos serviços públicos, em decorrência da obtenção do direito de cobrá-los a um determinado preço e período pactuado com o Poder Concedente, o valor despendido pelo concessionário na aquisição desse direito é reconhecido no Ativo Intangível. Por outro lado, quando o responsável pela remuneração dos investimentos feitos pelo concessionário for o Poder Concedente e o contrato estabelecer que há o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, independentemente do uso efetivo da infraestrutura (demanda) ao longo do prazo de concessão, é necessário o reconhecimento do ativo financeiro. Considerando as características das concessões de distribuição da Companhia, foi utilizado na adoção inicial o modelo bifurcado, com o desmembramento da infraestrutura de concessão entre ativo intangível e ativo financeiro.

Na atividade de distribuição de energia elétrica, a infraestrutura recebida ou construída é recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) parte por meio do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Dessa forma, a Companhia mensurou o valor dos ativos, anteriormente registrados no imobilizado, que não estarão integralmente amortizados até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A diferença entre o valor anteriormente registrado no imobilizado e o ativo financeiro da concessão constituído foi transferida para o ativo intangível. Ou seja, os valores registrados no intangível serão aqueles a serem amortizados até o final da concessão, de acordo com a estimativa de vida útil dos ativos estabelecida pela ANEEL.

Apesar da existência de cláusula de renovação nos atuais contratos de concessão da Companhia por mais 20 anos, essa renovação não foi considerada para fins de bifurcação dos ativos, sendo utilizada a

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

data de vencimento do atual contrato, em fevereiro de 2016. Os valores registrados no ativo intangível serão amortizados em conformidade com a vida útil dos ativos, utilizando-se como base a estimativa elaborada pela ANEEL.

Conforme definido pela Interpretação, considerando que as empresas de distribuição atuam essencialmente como responsáveis primárias em relação aos serviços de construção e instalação, é necessário o reconhecimento de receita e despesa de construção relacionadas a esses serviços.

Tendo em vista o modelo regulatório brasileiro, onde as empresas distribuidoras têm a sua remuneração baseada na operação e manutenção dos ativos e a construção de novas instalações é essencialmente terceirizada, entendemos que a margem de lucro nessa atividade de construção é imaterial, motivo pelo qual consideramos como nula para fins de elaboração das demonstrações contábeis.

Para as contribuições do consumidor, registradas como obrigações especiais, foram adotados os seguintes procedimentos:

- o saldo inicial de obrigações especiais registrado na data de transição a ser amortizado até o vencimento da concessão. Caso seja estimado saldo remanescente, este deve ser classificado como ativo financeiro, em conta redutora;
- a parcela do saldo inicial que deve ser amortizado entre a data da transição da norma contábil e o vencimento da concessão deve ser classificada como ativo intangível, em conta redutora.

Em função do critério utilizado de realizar a bifurcação dos ativos entre financeiro e intangível tendo como base os valores contábeis então constantes do imobilizado, a alteração mencionada não alterou o patrimônio líquido da Companhia em 1º de janeiro de 2009.

(ii) Pronunciamento CPC 20 (IAS 23) - Encargos Capitalizados: a Companhia reavaliou os critérios para capitalização dos custos de empréstimos que são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, sendo estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos dos empréstimos que estão em vigência e que não estão vinculados diretamente a um ativo qualificável.

Esse procedimento implicou na transferência de custos para as obras em montantes superiores aos apurados de acordo com a prática contábil anterior, quando eram transferidos apenas os custos dos empréstimos e financiamentos que eram diretamente vinculados às obras, e os custos dos demais empréstimos e financiamentos eram integralmente registrados no resultado.

(iii) Pronunciamento CPC 27 (IAS 16) e ICPC 01 (IFRIC 12) – Rateio da Taxa de Administração: até o exercício de 2009, a legislação do setor elétrico determinava que poderia ser apropriado mensalmente ao custo do imobilizado em curso até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados, por meio de critério de rateio.

Esse procedimento está em desacordo com os novos pronunciamentos contábeis, sendo que a Companhia realizou o estorno desses valores que haviam sido incluídos no custo dos seus ativos em 2009 no montante de R\$27.576.

(iv) Pronunciamento CPC 33 (IAS 19) - Obrigações Pós-Emprego: a Companhia registra, desde o exercício de 2000, os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego. Apesar do Pronunciamento CPC 33 não apresentar alterações significativas no cálculo atuarial das obrigações pós-emprego em relação aos critérios anteriores, é exigido que na adoção do pronunciamento sejam registradas as perdas atuariais acumuladas ainda não reconhecidas de períodos anteriores no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009 e que se encontravam somente divulgadas em nota explicativa. Dessa forma, a Companhia registrou uma obrigação adicional no valor de R\$460.556 em contrapartida ao Patrimônio Líquido, referente às perdas atuariais ainda não reconhecidas em 1º de janeiro de 2009. Adicionalmente, e

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

exclusivamente para as obrigações pós-emprego com aposentadoria, tendo em vista que a Companhia tem uma dívida pactuada com o Fundo de Pensão para a amortização de obrigações atuariais e que essa dívida é superior à obrigação definida pelo atuário em conformidade ao CPC 33, foi feito um registro adicional no passivo para que a obrigação registrada reflita exatamente a obrigação com o fundo de pensão, no montante de R\$460.556. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 15.

Dessa forma, tendo em vista que para as obrigações pós-emprego com aposentadoria o valor registrado no passivo corresponde à dívida, a atualização monetária e os juros incidentes sobre essa dívida estão registrados na despesa financeira. Para as demais obrigações pós-emprego com plano de saúde, odontológico e seguro de vida, as despesas são registradas como operacionais.

(v) Ativos e passivos regulatórios – Estrutura Conceitual (Framework): a definição se os ativos e passivos regulatórios estariam dentro da estrutura conceitual das normas internacionais vem sendo discutida pelo *International Accounting Standards Board – IASB* desde 2005. Em função destas discussões, uma minuta de pronunciamento relacionada aos procedimentos a serem adotados para o registro de ativos e passivos regulatórios nas empresas reguladas foi emitido pelo IASB em 2009 para análise e recebimento de contribuições. Em 2010, o IASB decidiu postergar a conclusão do projeto para 2011. Portanto, para o exercício de 2010, não existe nenhuma norma específica em vigor que permita o reconhecimento destes ativos e passivos regulatórios. Dessa forma, a Companhia realizou a baixa dos ativos e passivos regulatórios de suas Demonstrações Contábeis, estando apresentados na nota explicativa nº 21 os principais saldos dos itens regulatórios que não foram registrados nas Demonstrações Contábeis da Companhia na data de 1º de janeiro de 2009.

(vi) Impostos incidentes sobre os ajustes de adoção das novas normas contábeis: em decorrência dos ajustes mencionados anteriormente nesta nota relacionados à adoção das novas normas contábeis, a Companhia efetuou o registro dos impostos incidentes sobre esses ajustes conforme demonstrado a seguir na conciliação dos balanços patrimoniais e na demonstração de resultado.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

As Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 foram auditadas, bem como o primeiro trimestre de 2012 foi revisado, pela KPMG Auditores Independentes. As Informações Trimestrais dos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 30 de setembro de 2012 foram revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, todas em consonância com as normas de auditorias pertinentes e aplicáveis no Brasil.

Quanto aos Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 e o Relatório de Revisão sobre Informações Trimestrais dos exercícios de 2012, 2011, 2010 e 2009, a Companhia identificou apenas uma ênfase no relatório emitido sobre a ITR de junho de 2011, conforme segue:

“Conforme mencionado na Nota explicativa nº 12, a Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula de compromisso financeiro (“covenants”) que não estava atendida na data base 30 de junho de 2011. A Administração da Companhia obteve os consentimentos (“waivers”) de todos os credores somente após 30 de junho de 2011, razão pela qual, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), reclassificou o montante de R\$1.265 milhões do passivo não circulante para o passivo circulante em 30 de junho de 2011. Após obtenção dos waivers, tais passivos financeiros voltaram a ser classificados como passivo não circulante. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.”

Os diretores da Companhia entendem que, apesar da ênfase constante no Relatório dos Auditores Independentes emitido para as Demonstrações Contábeis Intermediárias de junho de 2011 referente a quebra dos “covenants”, não ocorreu impacto nas operações ou situação financeira da Companhia, uma vez que, ainda antes do arquivamento das Demonstrações Contábeis Intermediárias mencionadas, a Companhia obteve junto aos credores o consentimento (“waiver”), e, com isso, todos os valores

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

classificados no Passivo Circulante em decorrência do ocorrido, foram reclassificados para o Passivo Não Circulante nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2011, em consonância com as efetivas datas de vencimento constantes nos contratos.

As demonstrações contábeis ou informações trimestrais da Companhia não contiveram ressalvas, ou outro tipo de Relatório dos Auditores Independentes com opinião modificada, o que confirma, na opinião dos Diretores, portanto, a apresentação adequada, em todos os aspectos relevantes, das demonstrações financeiras e ITRs, quanto à posição patrimonial e financeira da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**10.5. Políticas Contábeis Críticas**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras – Grau de Eficiência e deficiência e recomendações presentes

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Diretoria Executiva, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, é responsável por estabelecer e manter um sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

Os controles internos para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis incluem procedimentos que foram implementados para prover, com razoável certeza: (i) a confiabilidade dos registros das informações contábeis e financeiras; (ii) a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (iii) o processamento de pagamentos e recebimentos de acordo com autorizações da administração; e (iv) a detecção tempestiva de aquisições inapropriadas e da alienação ou destinação de ativos materiais. Enfatizamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade que tais controles não previnam ou detectem todas as deficiências. Adicionalmente, projeções relativas à avaliação de efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles deixem de funcionar devido a mudanças nas condições em que operam ou deixem de estar em conformidade com políticas e procedimentos estabelecidos.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram reportadas deficiências de controles internos que possam comprometer a confiabilidade das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Destinação dos recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Diretoria da Companhia entende que não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial. A Diretoria acredita, ainda, que a Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com suas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos seus resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em suas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia entende que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 . Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

A Diretoria da Companhia entende que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que pudessem alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que a Diretoria da Companhia entende que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que pudessem alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que a Diretoria da Companhia entende que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que pudessem alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a) objeto da projeção

Demonstrar as expectativas da potencial geração de caixa medida pelo indicador LAJIDA - Lucro antes dos juros, taxas, depreciação e amortização (ou EBITDA – Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization).

Apresentação ao mercado das perspectivas de LAJIDA garantindo o acesso democrático aos dados e informações a todos os investidores e analistas.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções de LAJIDA apresentadas ao mercado referem-se aos primeiros dois anos do horizonte máximo de cinco anos abrangido pelas projeções financeiras (“Guidance”).

O prazo de validade é de um ano ou até a data de uma revisão do Guidance justificada por fatos que afetem de forma relevante os resultados (indicadores de desempenho) projetados.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As projeções do Guidance são baseadas em premissas associadas a um cenário conservador, refletindo uma expectativa de crescimento vegetativo.

Algumas declarações e estimativas contidas neste material podem representar expectativas sobre eventos ou resultados futuros que estão sujeitas a riscos e incertezas conhecidos ou não. Não há garantia de que as expectativas sobre eventos ou resultados se manifestarão.

Estas expectativas se baseiam nas suposições e análises atuais do ponto de vista da Diretoria da Companhia, de acordo com a sua experiência e outros fatores tais como o ambiente macroeconômico, as condições de mercado do setor elétrico e os resultados futuros esperados, muitos dos quais não estão sob controle da Companhia.

Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as projeções a respeito de eventos ou resultados futuros incluem a estratégia de negócios da Companhia, as condições econômicas brasileiras e internacionais, tecnologia, estratégia financeira da Companhia, alterações no setor elétrico, condições hidrológicas, condições dos mercados financeiro e de energia, incerteza a respeito dos resultados de operações futuras da Companhia, planos e objetivos bem como outros fatores.

Em razão desses e outros fatores os resultados reais da Companhia podem diferir significativamente daqueles indicados ou implícitos em tais declarações.

As informações e opiniões aqui contidas não devem ser entendidas como recomendação a potenciais investidores e nenhuma decisão de investimento deve se basear na veracidade, atualidade ou completude dessas informações ou opiniões. Nenhum dos profissionais da Companhia ou partes a eles relacionadas ou seus representantes terá qualquer

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

responsabilidade por quaisquer perdas que possam decorrer da utilização do conteúdo desta apresentação.

Para avaliação dos riscos e incertezas, tal como eles se relacionam com a Companhia, e obter informações adicionais sobre fatores que possam originar resultados diversos daqueles estimados pela Companhia, favor consultar o quadro 4.1 - Fatores de Riscos neste Formulário de Referência e no *Form20F* da CEMIG arquivado na U. S. Securities and Exchange Commission – SEC.

Principais Premissas

- As projeções refletem os novos procedimentos contábeis correspondentes à norma internacional IFRS, incluindo o ICPC-01 (Concessões).
- O cenário macroeconômico e os indicadores financeiros foram elaborados pelas consultorias especializadas “MCM Consultores” e “LCA Consultores” (esta última, a partir do Guidance 2012), focando especialmente os desempenhos das economias nacional, mineira e internacional e as projeções de indicadores de evolução da inflação (IGP-M, INPC, IPCA), taxa de juros (Selic), variação do PIB, TJLP e cotação do dólar.
- Volume de vendas de energia aos mercados de consumidores cativos (fornecimento).
- Projeção de índices de reajustes ou revisão tarifária, conforme fórmula paramétrica definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica e seus impactos na receita da Companhia.
- Evolução dos valores dos custos não gerenciáveis (compra de energia, custos de transporte e encargos setoriais).
- Comportamento dos custos gerenciáveis de pessoal, material, serviços de terceiros e outras despesas de natureza operacional, considerando os parâmetros de empresas de referência regulatória.
- Impactos de implantação de iniciativas de eficiência operacional na evolução dos custos gerenciáveis (PMSO).
- Programa de Investimentos (os investimentos considerados nas projeções incluem apenas o crescimento vegetativo e a reposição de ativos).
- Todas as premissas acima discriminadas, excetuando-se PMSO e investimentos, estão sujeitas a mudanças que escapam ao controle da Administração. Especificamente, a definição dos custos gerenciáveis (PMSO) e do montante de investimentos sofrem

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

interferência da gestão da Corporação objetivando a sua otimização e adequação dos impactos às metas propostas para os resultados.

Além disso, ressalta-se que os valores verificados relativos a 2009 e 2010 foram apurados de acordo com o padrão contábil vigente à época, para que fosse mantida a comparabilidade dos dados, tendo em vista que as projeções dos referidos *Guidances* foram elaboradas antes da adoção plena dos IFRS no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Dessa forma, os valores considerados como verificados neste item do Formulário de Referência necessariamente devem ser diferentes dos valores divulgados nas demonstrações de resultados oficiais do Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas**ANÁLISE DE RESULTADOS DO GUIDANCE CEMIG
CEMIG DISTRIBUIÇÃO**

INDICADOR : LAJIDA (EBITDA)

GUIDANCE 2009							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA	2009		2010		2009		
(R\$ Milhões Correntes)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig Distribuição	1.480	1.716	1.403	1.547	945	-36,1%	-44,9%

GUIDANCE 2010							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA	2010		2011		2010		
(R\$ Milhões Correntes)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig Distribuição	894	1.093	1.382	1.689	999	11,7%	-8,6%

GUIDANCE 2011							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA	2011		2012		2011		
(R\$ Milhões Correntes)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig Distribuição	1.451	1.773	1.466	1.792	1.613	11,2%	-9,0%

GUIDANCE 2012							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA	2012		2013		2012		
(R\$ Milhões Correntes)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig Distribuição	1.480	1.810	1.640	2.000			

Fonte: Guidance Anual Cemig

Superintendência de Planejamento e Controle Corporativo - PP

Gerência de Planejamento Corporativo e Orçamento - PP/PC

sbs/mrrs/cfsr

30/05/2012

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

A Companhia apresentou projeções de LAJIDA nos últimos três exercícios sociais e as premissas e resultados foram amplamente divulgadas ao mercado.

Os valores divulgados no *Guidance* anual atualizam as projeções do exercício anterior (ou as do próprio ano corrente, no caso de revisões do *Guidance* anual).

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

A comparação dos dados projetados com o efetivo desempenho do indicador LAJIDA pode ser visualizada na própria tabela detalhada apresentada no item 11.1 (d) deste Formulário de Referência. O dado verificado refere-se ao primeiro ano do horizonte de projeções.

Fatores que explicam os desvios nas projeções

Guidance 2009

Principais fatores que impactaram os resultados de 2009:

Dificuldades regulatórias

- Redução da receita de distribuição;
- Mercado menor do que o esperado, em função da crise; e
- Tarifas reduzidas em função da re-revisão da distribuição.

Aumento do PMSO (Pessoal, Materiais, Serviços e Outros)

- Ano atípico na distribuição;
- Excesso de chuvas; e
- Gastos em eficiência operacional com retorno mais lento.

Programa de Desligamento Voluntário – PDV

Guidance 2010

Para o ano de 2010, primeiro ano das projeções do *Guidance* 2010, o LAJIDA verificado na Companhia ficou situado entre os valores da faixa definida e divulgada no *Guidance* daquele ano. O desempenho foi 11,7% acima do limite inferior e 8,6% abaixo do limite superior da faixa.

Considerando que o LAJIDA (consolidado) da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”) também ficou situado na faixa projetada do *Guidance* (6,3% acima do limite inferior e 7,6% abaixo do limite superior), diferente do ocorrido no *Guidance* 2009, não houve ocorrência de fatores geradores de desvios nas projeções da Companhia a serem discriminados em relação aos resultados de 2010.

Guidance 2011

Para o ano de 2011, primeiro ano das projeções do *Guidance* 2011, o LAJIDA verificado na Companhia ficou situado entre os valores da faixa definida e divulgada no *Guidance* daquele ano. O desempenho foi 11,2% acima do limite inferior e 9,0% abaixo do limite superior da faixa.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

Considerando que o LAJIDA (consolidado) da CEMIG também ficou situado na faixa projetada do Guidance (6,8% acima do limite inferior e 4,7% abaixo do limite superior), não houve ocorrência de fatores geradores de desvios nas projeções da Companhia a serem discriminados em relação aos resultados de 2011.

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

O Guidance 2012-2016 foi divulgado em 28 de maio de 2012, no XVII Encontro Anual CEMIG-APIMEC, realizado em Belo Horizonte. As projeções de LAJIDA permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

12.1 Estrutura Administrativa

a) Atribuições de cada órgão e comitê

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração, por uma Diretoria e por um Conselho Fiscal de caráter permanente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, caberá ao Conselho de Administração, além de outras matérias determinadas por lei:

- i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia, observado o Estatuto Social da Companhia;
- iii) deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;
- iv) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R\$14.713.440,00;
- v) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia que, individualmente ou em conjunto, apresentem valor igual ou superior a R\$14.713.440,00, inclusive aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que participe;
- vi) convocar a Assembleia Geral;
- vii) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;
- viii) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;
- ix) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas;
- x) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$14.713.440,00;
- xi) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$14.713.440,00;
- xii) autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos, na forma de debêntures, notas promissórias, “commercial papers” e outros;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

xiii) aprovar o plano diretor, o plano plurianual e estratégico e o orçamento anual da Companhia, bem como suas alterações e revisões;

xiv) anualmente, fixar as diretrizes e estabelecer os limites, inclusive financeiros, para os gastos com pessoal, inclusive concessão de benefícios e acordos coletivos de trabalho, ressalvada a competência da Assembleia Geral e observado o orçamento anual da Companhia aprovado;

xv) autorizar o exercício do direito de preferência e os acordos de acionistas ou de voto em subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;

xvi) aprovar as declarações de voto nas assembleias gerais e as orientações de voto nas reuniões dos conselhos de administração das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia, quando envolver participação no capital de outras sociedades ou consórcios, devendo as deliberações, em qualquer caso e não somente nas matérias relativas à participação no capital de outras sociedades ou consórcios, observar as disposições do Estatuto Social da Companhia, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico;

xvii) aprovar a constituição de, e a participação no capital social em, quaisquer sociedades, empreendimentos ou consórcios;

xviii) aprovar a instituição de comitês, na forma do seu Regimento Interno, devendo cada respectivo comitê, previamente à deliberação do Conselho de Administração, dar o seu parecer, não vinculante, (i) sobre as matérias cuja competência lhe for atribuída pelo Regimento Interno e (ii) com relação a qualquer matéria, desde que solicitado por, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho de Administração. Caso o quociente de dois terços dos membros do Conselho de Administração não seja um número inteiro, para fins de interpretação desta cláusula, será considerado o número inteiro inferior mais próximo do resultado fracionado; e

xix) autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor igual ou superior a R\$14.713.440,00, mediante proposta da Diretoria Executiva.

Os limites financeiros acima estabelecidos são corrigidos em janeiro de cada ano pelo Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”), da Fundação Getúlio Vargas (“FGV”).

O Conselho de Administração, mediante resoluções específicas, poderá delegar à Diretoria Executiva a competência para autorizar a celebração de contratos de comercialização de energia elétrica e de prestação de serviços de distribuição e transmissão, nos termos da legislação.

DIRETORIA EXECUTIVA

Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia. Dependerão de deliberação da Diretoria Executiva as seguintes matérias:

i) aprovar o plano de organização da Companhia e emissão das normas correspondentes, bem como as respectivas modificações;

ii) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o plano plurianual e estratégico da Companhia, bem como suas revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;

iii) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o orçamento anual da Companhia, assim como suas revisões;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

iv) deliberar sobre o remanejamento de investimentos ou despesas previstos no orçamento anual que, individualmente ou em conjunto, durante o mesmo exercício financeiro, apresentem valores inferiores a R\$14.713.440,00, com a consequente readequação das metas aprovadas;

v) aprovar a alienação ou constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valores inferiores a R\$14.713.440,00;

vi) autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no orçamento anual da Companhia aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a R\$ 14.713.440,00, inclusive a realização de aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe;

vii) aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, elaborada, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, as declarações de voto nas Assembleias Gerais das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios dos quais participe a Companhia, devendo as deliberações observarem as disposições do Estatuto Social da Companhia, as deliberações do Conselho de Administração, o plano diretor e o plano plurianual e estratégico;

viii) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$2.942.688,00 e inferior a R\$14.713.440,00;

ix) autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor inferior a R\$14.713.440,00;

x) autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor inferior a R\$14.713.440,00, mediante proposta do Diretor de Finanças e Relações com Investidores;

xi) aprovar a designação de empregados para o exercício de cargos gerenciais da Companhia, mediante proposta do Diretor interessado;

xii) autorizar os gastos com pessoal e os acordos coletivos de trabalho, observados a competência da Assembleia Geral, as diretrizes e os limites aprovados pelo Conselho de Administração e o orçamento anual aprovado; e

xiii) examinar e deliberar acerca da contratação de consultores externos, quando solicitado por qualquer Diretoria.

Os limites financeiros para deliberação da Diretoria Executiva são corrigidos em janeiro de cada ano pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é permanente, composto por um presidente e mais dois a quatro membros efetivos e respectivos suplentes, todos membros do Conselho Fiscal do Acionista Único - CEMIG, eleitos anualmente pelo Acionista Único - CEMIG, podendo ser reeleitos. O Conselho Fiscal terá suas atribuições fixadas na Lei de Sociedades por Ações.

Pelo menos um dos membros do Conselho Fiscal assistirá às reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre assuntos em que o Conselho Fiscal deva opinar.

O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer de seus membros, poderá solicitar aos auditores independentes esclarecimentos ou informações necessários à apuração de fatos específicos.

COMITÊS E SUAS ATRIBUIÇÕES

Os Comitês do Conselho de Administração não têm função executiva ou poder de decisão, mas têm como finalidade assegurar objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho.

Comitê de Apoio ao Conselho de Administração – tem como atribuição avaliar e recomendar, previamente às reuniões do Conselho de Administração, as eventuais correções nos conteúdos das pautas das reuniões, priorização dos assuntos da pauta, exame da documentação necessária para o entendimento dos Conselheiros, a quantidade, qualidade e conteúdo do material, a necessidade de apresentações/esclarecimentos, o detalhamento das matérias, as conformidades com o Estatuto Social e, outras medidas que se façam necessárias à objetividade das reuniões. Data da criação: 30 de agosto de 2006.

Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade – tem como atribuição propor ao Conselho de Administração a estrutura e constituição de Comitês, a condução da avaliação periódica do Conselho de Administração, dos Comitês, do Presidente e do Secretário do Conselho, as ações de melhoria da dinâmica de funcionamento do Conselho de Administração, os critérios para avaliação e desenvolvimento da Governança Corporativa e da Sustentabilidade, as regras para o tratamento dos conflitos de interesse dos acionistas, entre si e com a Companhia, a revisão das responsabilidades dos Comitês, a reavaliação da sua estrutura e o perfil e as necessidades de novos membros, emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 30 de agosto de 2006 (alterado em 3 de agosto de 2010).

Comitê de Recursos Humanos – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Gestão Empresarial, sobre assuntos referentes a recursos humanos, emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 30 de agosto de 2006.

Comitê de Estratégia – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores e a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, sobre as diretrizes para a formulação, pela Diretoria Executiva, do plano diretor da Companhia, o acompanhamento do planejamento estratégico e do orçamento anual da Companhia, os critérios para avaliação dos resultados da Companhia, a antecipação de tendências estratégicas no setor e no mercado para melhor posicionar a Companhia no seu ambiente competitivo, emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 30 de agosto de 2006.

Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, sobre os assuntos econômico-financeiros, tais como: empréstimos/refinanciamentos, gestão da dívida, análise de riscos financeiros, fluxo de caixa, resultado empresarial, *covenants*/BSC, execução orçamentária e política de dividendos e emissão de

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

ações e debêntures; acompanhar a gestão de riscos da Companhia; identificar, avaliar, monitorar de forma contínua o risco e propor estratégias de gestão e mitigação de riscos; acompanhar o desempenho dos controles (SOX); acompanhar a evolução dos passivos da Companhia; acompanhar a aplicação do modelo integrado de análise de risco nos projetos da Companhia; propor critérios para identificação de riscos inerentes à atuação dos Conselheiros, bem como ações preventivas; emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Promover a interação entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, referente aos assuntos da auditoria interna e externa. Data da criação: 30 de agosto de 2006 (alterado em 3 de agosto de 2010).

Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, sobre o desenvolvimento de estudos para potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios; avaliar e propor premissas para investimentos (TIR, *pay back*, custo de capital e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários); avaliar os pontos positivos e negativos de cada potencial negócio por meio de análises preliminares apresentadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; opinar sobre a continuidade dos estudos para cada opção de aquisição e/ou participação analisada; opinar sobre potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios, previamente analisadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; analisar os pontos positivos e negativos de cada negócio potencial através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e aquisição de negócios; opinar sobre a aquisição e/ou participação em cada opção previamente analisada; opinar sobre matérias significativas referentes às subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia; opinar sobre potenciais alienações de participações societárias coordenadas pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores ouvidas as demais Diretorias; analisar a viabilidade econômico-financeira de cada potencial alienação através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e alienação de negócios; opinar sobre a alienação e/ou desinvestimento em cada opção previamente analisada; emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 30 de agosto de 2006.

Cada Comitê deverá:

- i) ter autonomia no desempenho das suas atribuições, porém ciente da sua interdependência com os outros Comitês e subordinação ao Conselho de Administração;
- ii) buscar entendimento consensual entre os participantes quanto ao verdadeiro significado de cada uma das suas atribuições;
- iii) ter clareza de entendimento do sentido e significado dos Comitês e suas relações com o Conselho de Administração;
- iv) atuar na defesa da Companhia, buscando sempre o seu desenvolvimento sustentável;
- v) buscar as melhores fontes e referências nas matérias de sua especialidade;
- vi) informar ao Conselho de Administração os resultados de sua atuação;
- vii) adotar, como desafio e elemento básico, a criatividade, tornando-se consciente de que a inovação é um fato coletivo e decorre da competência em combinar diferenças de estilos, conhecimentos e habilidades;
- viii) estar consciente de que o sucesso do Conselho de Administração depende da qualidade da sua dinâmica como equipe, das informações nas quais baseia as decisões e no foco nas questões substantivas ou essenciais; e

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

ix) atuar permanentemente como apoio ao Conselho de Administração.

As recomendações e orientações resultantes das atividades dos Comitês não são vinculantes para os membros do Conselho de Administração.

Os Comitês, exceto o Comitê de Apoio ao Conselho de Administração, deverão obrigatoriamente apreciar e emitir parecer sobre os assuntos específicos constantes das suas atribuições.

Os Comitês deverão apreciar e dar parecer sobre os assuntos de sua área de interesse, ainda que não previstos explicitamente no respectivo Regimento Interno, desde que a sua apreciação e parecer tenham sido expressamente solicitados por, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho de Administração. Caso o quociente de dois terços dos membros do Conselho de Administração não seja um número inteiro, para fins de interpretação deste parágrafo, será considerado o número inteiro inferior mais próximo do resultado fracionado.

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

O Diretor-Presidente tem como atribuições e poderes individuais:

i) superintender e dirigir os trabalhos da Companhia;

ii) coordenar a elaboração, a consolidação e a implementação do plano plurianual e estratégico da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia;

iii) representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;

iv) assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos de responsabilidade da Companhia;

v) apresentar o relatório anual dos negócios da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária;

vi) admitir e demitir pessoal da Companhia;

vii) conduzir as atividades de auditoria interna, ouvidoria, secretaria geral e planejamento estratégico;

viii) propor à Diretoria Executiva, para aprovação, em conjunto com o Diretor a que estiver vinculado o empregado, as indicações para os cargos gerenciais da Companhia;

ix) propor as indicações para os cargos de Administração e Conselhos Fiscais das subsidiárias integrais, da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, ouvido o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, e das controladas e coligadas da Companhia e dos consórcios de que a Companhia participe, ouvido o Diretor de Desenvolvimento de Negócios.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

O Diretor Vice-Presidente tem como atribuições e poderes individuais:

- i) substituir o Diretor-Presidente nas suas ausências, licenças, impedimentos temporários, renúncia ou vaga;
- ii) promover a melhoria das políticas de responsabilidade social e de sustentabilidade da Companhia;
- iii) definir as políticas e diretrizes de meio ambiente, de desenvolvimento tecnológico, de alternativas energéticas e de normalização técnica;
- iv) coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação à responsabilidade social, ao meio ambiente, ao processo tecnológico e a gestão estratégica de tecnologia;
- v) coordenar a implantação e a manutenção dos sistemas de qualidade da Companhia;
- vi) promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia; e
- vii) monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais, tecnológicas e da melhoria da qualidade.

O Diretor de Finanças e Relações com Investidores tem como atribuições e poderes individuais:

- i) prover os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme orçamento anual da Companhia, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;
- ii) coordenar a elaboração e a consolidação do orçamento anual da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia;
- iii) proceder à avaliação econômico-financeira dos projetos de investimento da Companhia, exceto aqueles de responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios;
- iv) acompanhar o desempenho econômico-financeiro dos projetos de investimento, conforme metas e resultados aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;
- v) contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras da Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e demais controladas;
- vi) determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no plano plurianual e estratégico da Companhia;
- vii) detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no plano plurianual e estratégico da Companhia e no orçamento anual;
- viii) controlar o capital social da Companhia, bem como propor à Diretoria Executiva, para deliberação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia, a política de governança com o mercado e de dividendos da Companhia e suas subsidiárias integrais e controladas e sugerir o mesmo para as empresas coligadas;
- ix) coordenar a elaboração e a negociação das tarifas de fornecimento e de distribuição de energia elétrica e das receitas de transmissão, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- x) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições;
- xi) representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais;
- xii) promover a gestão financeira da Companhia e das suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que a Companhia participe, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia;
- xiii) realizar o controle dos resultados econômico-financeiros das participações da Companhia nas subsidiárias integrais, controladas e coligadas;
- xiv) propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no Estatuto Social da Companhia, (i) os aportes de capital nas subsidiárias integrais; e (ii) os aportes de capital, o exercício de direito de preferência e a celebração de acordos de votos, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, nas controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;
- xv) participar das negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários de todas as empresas nas quais a Companhia detenha qualquer participação;
- xvi) coordenar, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes; e
- xvii) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho financeiro das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia.

O Diretor de Gestão Empresarial tem como atribuições e poderes individuais:

- i) prover pessoal adequado à Companhia;
- ii) definir a política de recursos humanos da Companhia, orientar e promover sua aplicação;
- iii) orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;
- iv) definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;
- v) projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;
- vi) definir políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;
- vii) prover a Companhia de recursos e serviços de infraestrutura e de apoio administrativo;
- viii) coordenar as políticas, processos e meios de segurança patrimonial, segurança do trabalho e vigilância aprovados pela Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- ix) conduzir as negociações dos acordos coletivos de trabalho, em conformidade com as diretrizes e limites aprovados pelo Conselho de Administração, encaminhando as propostas negociadas para aprovação da Diretoria Executiva;
- x) administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;
- xi) proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;
- xii) administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;
- xiii) promover e implementar programas de incremento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria continuada de fornecedores de materiais e serviços de interesse da Companhia, isoladamente ou em cooperação com outras Diretorias ou órgãos de fomento e entidades de classe, no âmbito do Estado de Minas Gerais;
- xiv) conduzir programas de gestão empresarial e de ações ambientais no âmbito da Diretoria;
- xv) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor inferior a R\$2.942.688,00;
- xvi) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva, para aprovação, dentre empregados da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., as indicações para os cargos de membros efetivos e suplentes do Comitê de Administração do Prosaúde Integrado;
- xvii) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva para aprovação, dentre os empregados da Companhia e das demais companhias envolvidas nas negociações, as indicações de empregados para compor o Comitê de Negociação Sindical, assim como a designação de seu coordenador;
- xviii) apresentar à Diretoria Executiva as avaliações advindas de programa de desenvolvimento de sucessão de lideranças, implantado pela Companhia, visando subsidiar as deliberações da Diretoria Executiva acerca das indicações de empregados para cargos gerenciais.

O Diretor de Distribuição e Comercialização tem como atribuições e poderes individuais:

- i) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de distribuição da Companhia;
- ii) elaborar o planejamento do sistema de distribuição da Companhia;
- iii) gerenciar a implantação das instalações de distribuição, incluindo a elaboração e a execução do projeto, a construção e a montagem;
- iv) operar e manter o sistema elétrico de distribuição e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;
- v) gerenciar as políticas de segurança de trabalho da Companhia no âmbito de suas atividades;
- vi) propor e implementar as políticas de atendimento aos consumidores atendidos por esta Diretoria;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- vii) desenvolver programas e ações junto aos consumidores cativos com demanda inferior a 500 kW, visando ao melhor aproveitamento da utilização da energia elétrica;
- viii) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para consumidores cativos, com demanda inferior a 500 kW;
- ix) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;
- x) representar a Companhia perante a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee e demais entidades do setor de distribuição;
- xi) propor as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de distribuição e gerir a segurança patrimonial dessas instalações;
- xii) buscar a melhoria contínua dos processos de operação e manutenção, através da utilização de novas tecnologias e métodos, visando à melhoria de qualidade e redução dos custos das referidas atividades;
- xiii) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

O Diretor Comercial tem como atribuições e poderes individuais:

- i) elaborar pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia;
- ii) coordenar o planejamento e a execução da compra de energia para atender ao mercado da Companhia;
- iii) coordenar a compra e venda de energia nas suas diferentes formas e modalidades, compreendendo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;
- iv) representar a Companhia junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, responsabilizando-se pelas operações realizadas no âmbito daquela Câmara, e representar a Companhia perante as demais entidades de comercialização de energia elétrica;
- v) coordenar o estabelecimento dos preços de compra e venda de energia elétrica, e propor à Diretoria Executiva para aprovação;
- vi) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para os consumidores, individualmente, ou grupos de consumidores, atendidos em tensão maior ou igual a 2,3 kV e demanda contratada igual ou maior que 500 kW, assim como grupos empresariais;
- vii) identificar, medir e gerenciar os riscos associados à comercialização de energia;
- viii) negociar e gerenciar a comercialização de transporte e conexão de qualquer acessante ao sistema de distribuição;
- ix) negociar e gerenciar os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e de conexão do Sistema de Distribuição com as transmissoras;
- x) gerenciar a comercialização, em interação com a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, dos créditos de carbono da Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

xi) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

O Diretor de Desenvolvimento de Negócios tem como atribuições e poderes individuais:

i) promover a busca, a análise e o desenvolvimento de novos negócios da Companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, petróleo e gás, assim como em outras atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;

ii) promover as análises de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental dos novos negócios para a Companhia, em interação com as Diretorias relacionadas aos referidos negócios;

iii) coordenar as negociações e implementar as parcerias, consórcios, sociedades de propósito específico e demais formas de associação com empresas públicas ou privadas necessárias ao desenvolvimento de novos negócios, bem como a negociação de contratos e documentos societários dos empreendimentos;

iv) coordenar, em conjunto com o Diretor-Presidente, a elaboração e a consolidação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia; e, com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, do Orçamento Anual no que tange às coligadas e controladas;

v) coordenar a participação da Companhia nos processos licitatórios para obtenção de outorga de concessões em todas as áreas de sua atuação;

vi) buscar, coordenar, avaliar e estruturar as oportunidades de aquisição de novos ativos em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;

vii) coordenar a participação da Companhia nos leilões de novos negócios promovidos por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, inclusive agências reguladoras;

viii) promover a busca e a análise, no âmbito da Companhia, das oportunidades de negócios relacionados ao aproveitamento de créditos de carbono;

ix) elaborar o planejamento e o Programa de Investimentos de novos negócios em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;

x) representar a Companhia junto às entidades de planejamento da expansão do setor elétrico nas suas áreas de atuação;

xi) acompanhar, na Companhia, o planejamento energético do País;

xii) propor, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração, premissas para os novos investimentos a serem feitos pela Companhia (TIR, pay back, custo de capital, e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários);

xiii) propor, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no Estatuto Social da Companhia, as matérias referentes a aportes de capital, exercício de direito de preferência e celebração de acordos de votos nas controladas e coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;

xiv) coordenar, no âmbito da Companhia, as negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários das controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

xv) acompanhar e supervisionar a gestão e o desenvolvimento das controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia;

xvi) coordenar, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes;

xvii) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia; representar a Companhia nos comitês de apoio aos Conselhos de Administração de suas controladas e coligadas; e

xviii) coordenar os assuntos referentes aos novos negócios e à gestão de participações da Companhia, suas controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia, em interação com as demais Diretorias da Companhia.

O Diretor de Gás tem como atribuições e poderes individuais:

i) coordenar, em nome da Companhia e de suas subsidiárias integrais e controladas, todas as atividades relacionadas à exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de petróleo e gás ou de subprodutos e derivados diretamente ou através de terceiros;

ii) propor à Diretoria Executiva diretrizes, normas gerais e planos de operação, prospecção, exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de atividades dos negócios de petróleo e gás;

iii) desenvolver pesquisas, análises e estudos de investimentos e novas tecnologias relacionadas a petróleo e gás e, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, estudos e desenvolvimentos de negócios no referido setor;

iv) desenvolver normatização para projetos no campo de petróleo e gás;

v) propor à Diretoria Executiva plano plurianual de investimentos e despesas da Gasmig;

vi) propor à Diretoria Executiva, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores e com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, o plano plurianual de investimentos e despesas de outras sociedades de propósitos específicos associadas às atividades de petróleo e gás;

vii) consolidar a gestão das políticas de segurança de trabalho da Gasmig e de outras sociedades de propósitos específicos, no âmbito das atividades de petróleo e gás, em consonância com as diretrizes gerais ditadas pela Companhia, através da Diretoria de Gestão Empresarial;

viii) desenvolver pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia no âmbito das atividades de petróleo e gás;

ix) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria; e

x) representar a Companhia nas diversas entidades que congregam as empresas do setor de petróleo e gás.

O Diretor Jurídico tem como atribuições e poderes individuais:

i) coordenar as atividades jurídicas da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.404/1976, compreendendo: a organização

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

e a supervisão dos serviços jurídicos das companhias nas áreas contenciosa e consultiva, em todos os ramos do direito; o estabelecimento das diretrizes, a emissão de orientações jurídicas e a atuação preventiva nos assuntos legais de interesse das companhias; a adoção de medidas que visem à integração e sinergia das áreas jurídicas das companhias; a promoção da defesa dos interesses das companhias em juízo e administrativamente; e a definição de estratégias jurídicas e processuais a serem adotadas pelas companhias;

ii) apoiar as demais áreas da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.404/1976, nos assuntos legais e jurídicos;

iii) propor e implementar as diretrizes para as contratações de serviços jurídicos externos, coordenando e supervisionando a sua execução;

iv) coordenar as informações relativas aos processos judiciais, administrativos e serviços de advocacia consultiva da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.404/1976; e periodicamente ou quando solicitado, informar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a estratégia processual e jurídica adotada, bem como o andamento e evolução de tais processos.

O Diretor de Relações Institucionais e Comunicação tem como atribuições e poderes individuais:

i) coordenar a representação da Companhia e das suas subsidiárias integrais, no âmbito das suas atribuições regulatórias junto às agências reguladoras, Ministério das Minas e Energia, fóruns e associações do setor;

ii) coordenar o relacionamento institucional da Companhia e das suas subsidiárias integrais, incluindo os principais fóruns de legislação e desenvolvimento de políticas públicas associadas ao setor energético;

iii) coordenar os procedimentos de fiscalização e notificações decorrentes das agências reguladoras referentes à Companhia e suas subsidiárias integrais, juntamente, com as Diretorias envolvidas;

iv) coordenar, baseado no Planejamento Estratégico da Companhia, a divulgação de informações institucionais e corporativas da Companhia e das suas subsidiárias integrais;

v) coordenar o acompanhamento das proposições legislativas e regulatórias, bem como as manifestações da Companhia e das suas subsidiárias integrais juntamente com as Diretorias envolvidas;

vi) coordenar a análise e a promoção da elaboração de cenários regulatórios, assegurando a avaliação de impactos nos negócios das subsidiárias integrais da Companhia, visando subsidiar o planejamento estratégico corporativo;

vii) coordenar e alinhar as ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais para preservar a cultura e os valores da Companhia junto aos acionistas, empregados, comunidades, clientes, fornecedores, governo e formadores de opinião, garantindo o alinhamento com o Planejamento Estratégico da Companhia;

viii) coordenar os esforços e ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais, visando manter e fortalecer a marca e sustentar a agregação de valores nos relacionamentos com os públicos relevantes da Empresa de forma a garantir uma reputação forte e positiva;

ix) coordenar as ações de definição e implementação do uso da marca da Companhia e das suas subsidiárias integrais, para assegurar o valor e fortalecimento da Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

x) coordenar as ações relativas à preservação do Projeto Memória da Companhia e suas subsidiárias integrais, zelando pelo acervo físico da Companhia e das suas subsidiárias integrais;

xi) coordenar o controle e divulgação de informações institucionais e corporativas;

xii) coordenar, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, a aplicação dos recursos para projetos culturais, especialmente os de responsabilidade social, com recursos de leis de incentivo; e

xiii) coordenar a divulgação de programas de eficiência energética e outros voltados para comunidades carentes.

e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da diretoria

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias**12.2. Descrição das regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais:**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos**12.4. Política, regras e práticas relacionadas ao Conselho de Administração**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Maria Celeste Morais Guimarães		Pertence apenas à Diretoria	03/01/2011	Até a 1a. RCA após a AGO de 2013	0
374.076.436-87	Advogada e Contadora	19 - Outros Diretores	03/01/2011	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretora Jurídica			
Luiz Henrique de Castro Carvalho		Pertence apenas à Diretoria	05/05/2010	Até a 1a. RCA após a AGO de 2013	0
315.051.986-15	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	05/05/2010	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretor			
Arlindo Porto Neto		Pertence apenas à Diretoria	05/05/2010	Até a 1a. RCA após a AGO de 2013	0
007.940.236-49	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	05/05/2010	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretor Vice-Presidente			
Ricardo José Charbel		Pertence apenas à Diretoria	23/11/2012	Até a 1a. RCA após a AGO de 2013	0
383.259.856-15	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	23/11/2012	Sim	0%
Não exerce outras funções na companhia.		Diretor de Distribuição e Comercialização			
Luiz Fernando Rolla		Pertence apenas à Diretoria	05/05/2011	Até a 1a. RCA após a AGO de 2013	0
195.805.686-34	Engenheiro Eletricista	12 - Diretor de Relações com Investidores	05/05/2011	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.					
Frederico Pacheco de Medeiros		Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até a 1a. RCA após a AGO de 2013	0
666.838.586-91	Advogado	19 - Outros Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretor de Gestão Empresarial			
José Carlos de Mattos		Pertence apenas à Diretoria	23/11/2012	Até a 1a. RCA após a AGO de 2013	0
070.853.896-72	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	23/11/2012	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.		Diretor de Gás			

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Fernando Henrique Schuffner Neto		Pertence apenas à Diretoria	05/05/2011	Até a 1a. RCA após a AGO de 2013	0
320.008.396-49	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	05/05/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.		Diretor de Desenvolvimento de Negócios.			
José Raimundo Dias Fonseca		Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até a 1a. RCA após a AGO de 2013	0
261.986.576-04	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretor Comercial			
Luiz Henrique Michalick		Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até a 1ª RCA após a AGO de 2013.	0
177.342.826-87	Jornalista	19 - Outros Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Não		Diretor de Relações Institucionais e Comunicação			
Wando Pereira Borges		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
000.289.756-34	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Adriano Magalhães Chaves		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
086.051.928-79	Engenheiro Eletricista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
539.109.746-00	Técnico Administrativo	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2013	Sim	0%
Empregado					
Eduardo Borges de Andrade		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
000.309.886-91	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2013	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Não exerce outros cargos na Companhia					
Lauro Sérgio Vasconcelos David		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
603.695.316-04	Administrador de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Franklin Moreira Gonçalves		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
754.988.556-72	Tecnólogo em processamento de dados	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2013	Sim	0%
Empregado					
Guilherme Horta Gonçalves Junior		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
266.078.757-34	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Guy Maria Villela Paschoal		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
000.798.806-06	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Tadeu Barreto Guimarães		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO de 2016.	0
370.853.526-04	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos no emissor.					
João Camilo Penna		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
000.976.836-04	Engenheiro Eletricista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
FUAD JORGE NOMAN FILHO		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até AGO a realizar-se em 2016.	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
009.880.816-87	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
813.975.696-20	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Otávio Marques de Azevedo		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
129.364.566-49	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Paulo Roberto Reckziegel Guedes		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
400.540.200-34	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Paulo Sérgio Machado Ribeiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
428.576.006-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Ricardo Coutinho de Sena		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
090.927.496-72	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Saulo Alves Pereira Junior		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
787.495.906-00	Engenheiro Eletricista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Tarcisio Augusto Carneiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
372.404.636-72	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Marco Antonio Rodrigues da Cunha		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
292.581.976-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2013	Sim	0%
Dorothea Fonseca Furquim Werneck		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
261.863.817-49	Economista	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Leonardo Maurício Colombini Lima		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até AGO a realizar-se em 2016.	0
065.276.716-87	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2013	Sim	0%
Não ocupa outros cargos na Companhia.					
Joaquim Francisco de Castro Neto		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
026.491.797-91	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
José Augusto Gomes Campos		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até AGO a realizar-s em 2016.	0
505.516.396-87	Físico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Bruno Magalhães Menicucci		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até AGO a realizar-se em 2016.	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
081.100.286-16	Engenheiro de Produção	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Christiano Miguel Moysés		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
857.916.016-20	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Luiz Augusto de Barros		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
076.215.406-30	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2013	Sim	0%
Não ocupa outros cargos na Companhia.					
Marina Rosenthal Rocha		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
060.101.836-26	Engenheira Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Djalma Bastos Morais		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2016.	0
006.633.526-49	Engenheiro	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	30/04/2013	Sim	0%
Diretor-Presidente (eleito em 05/05/2010 com mandato até 30/04/2013)					
Aliomar Silva Lima		Conselho Fiscal	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2014.	0
131.654.456-72	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Ari Barcelos da Silva		Conselho Fiscal	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2014.	0
006.124.137-72	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcelos Drummond		Conselho Fiscal	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2014.	0
026.939.257-20	Jornalista	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Helton da Silva Soares		Conselho Fiscal	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2014.	0
000.185.326-08	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Luiz Guaritá Neto		Conselho Fiscal	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2014.	0
289.118.816-00	Engenheiro Civil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2013	Sim	0%
Não há					
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho		Conselho Fiscal	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2014.	0
001.909.696-87	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Lauro Sander		Conselho Fiscal	30/04/2013	Até a AGO de 2014.	0
130.841.600-82	Bancário	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos no emissor.					
Thales de Souza Ramos Filho		Conselho Fiscal	30/04/2013	Até a AGO a realizar-se em 2014.	0
003.734.436-68	Médico	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Salvador José Cardoso de Siqueira		Conselho Fiscal	30/04/2013	Até a AGO de 2014.	0
302.074.607-87	Bancário e Economiário	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos no emissor.					
Bruno Gonçalves Siqueira		Conselho Fiscal	30/04/2013	Até a AGO de 2014.	0
075.851.006-39	Contabilista/Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2013	Sim	0%
Não exerce outros cargos no emissor.					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Maria Celeste Morais Guimarães - 374.076.436-87

A Sra. Guimarães nasceu em 1949. É formada em ciências contábeis e administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, tendo concluído o curso de especialização em Direito Comercial, mestrado e doutorado em Direito pela mesma instituição. Foi Auditora-Geral do Estado de Minas Gerais entre 2003 e 2010, membro do Comitê de Governança Corporativa do Estado de Minas Gerais entre 2008 e 2010, membro do Colegiado dos Órgãos de Defesa Social entre 2005 e 2010, presidente do Conselho de Corregedores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual – CONREGE entre 2004 e 2010 e presidente do Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – CONACI entre 2007 e 2009. Atualmente ocupa o cargo de Diretora Jurídica da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Henrique de Castro Carvalho - 315.051.986-15

O Sr. Castro nasceu em 07/07/1957. Gradou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em julho/1982. É pós graduado pela mesma instituição em Análise de Sistemas ênfase em Suporte Mainframe tendo concluído o curso em julho/1983. Em fevereiro de 2000 concluiu, também, o MBA Executivo Internacional em Gestão de Negócios e Tecnologia da Informação Fundação Getúlio Vargas – FGV. Sua experiência profissional iniciou-se no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás – CPQD, como Engenheiro Eletricista no período de outubro/1983 a março/1984.

Iniciou sua carreira na CEMIG como Analista de Suporte no Grupo "Software e Apoio" março/1984 tendo sido também, Líder de Grupo na Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Adjunto da Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Assistente do Departamento de Apoio a Informática, Gerente da Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Gerente do Depto.de Apoio e Suporte a Usuários de Informática, Superintendente de Telecomunicações e Informática, Superintendente de Material, Logística e Serviços, Superintendente de Material e Serviços, Assessor da Presidência da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG, Membro Suplente do Conselho de Administração da CEMIG e é Atualmente é Diretor de Geração e Transmissão da CEMIG.

Além das suas atribuições na CEMIG possui é Diretor da HORIZONTES ENERGIA S/A., Membro do Conselho de Administração da CENTRAL TERMELÉTRICA DE COGERAÇÃO S/A e Membro suplente do Conselho de Administração da CENTRO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE TECNOLOGIA - CGET e CENTRAL HIDRELÉTRICA PAI JOAQUIM S/A (empresas do setor elétrico).

Dentre outras funções exerceu os cargos de Diretor Administrativo do CLUBE DE INVESTIMENTOS DOS EMPREGADOS DA CEMIG – CLIC no período de abril de 1999 a abril de 2003, Diretor de Ação Social na SOCIEDADE DE USUÁRIOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES DE MG - SUCESU – MG de 2000 a 2002, Diretor Presidente da ASSOCIAÇÃO INTERGERENCIAL DA CEMIG – AIC de julho de 2005 a julho de 2007.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Arlindo Porto Neto - 007.940.236-49

O Sr. Porto Neto nasceu em 27/03/1945. Formou-se em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia. Desde 2004 ocupa a Vice Presidência da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMIG (estatal para desenvolvimento social de MG). Foi Senador da República pelo Estado de Minas Gerais de 1995 a 2003. Exerceu o cargo de Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento de 1996 a 1998. De 1991 a 1994 foi Vice-Governador do Estado de Minas Gerais. Foi, também, Prefeito de Patos de Minas de 1983 a 1988.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo José Charbel - 383.259.856-15

O Sr. Charbel é formado em Engenharia Elétrica – na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), 1981;
- Pós-graduado em Processamentos de Dados, na Universidade Federal de Minas Gerais, 1983;
- Engenharia de Manutenção e Operação de Distribuição de Energia Elétrica, na Universidade Mackenzie – São Paulo, 1994;
- MBA Empresarial Gestão de Negócios – IBMEC – 06/2001;
- Programa Trilhas da Liderança Internacional – Fundação Dom Cabral – 22/02 a 28/04/2011.

Atua na Cemig desde agosto de 1983, tendo ocupado os seguintes cargos:

- Analistas de Sistemas, no período de 08/1983 a 06/1985;
- Engenheiro, no período de 06/1985 a 12/1990;
- Gerente de Divisão em São João Del Rei, Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete, no período de 12/1990 a 10/2003;
- Gerente de Relacionamento Comercial em Juiz de Fora, no período de 10/2003 a 05/2007;
- Gestor na Coordenação Executiva do Programa Luz para Todos da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, no período 06/2007 a 05/2009. Desenvolvimento do Programa responsável por levar energia elétrica à área rural de 774 municípios mineiros, beneficiando 285 mil novos consumidores;
- Superintendente da Coordenação Executiva do Programa Luz para Todos da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, no período 06/2009 a 05/2010;
- Entre 06/2010 e 11/2012 foi Superintendente de Planejamento, Estudos e Projetos de Expansão da Distribuição, com destaque para o Planejamento do Programa de Investimento do Ciclo 2013 – 2017 da Cemig D, consolidado o Programa de Obras de Expansão de Linhas, Subestações e Redes de Distribuição, integrado com os Projetos de Expansão dos Sistemas de Geração e Transmissão, considerando as necessidades sistêmicas das áreas de Operação e Manutenção.

Atualmente exerce o cargo de Diretor de Distribuição e Comercialização da Cemig e da Cemig D e Diretor sem denominação específica da Cemig GT.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Fernando Rolla - 195.805.686-34

O Sr. Rolla nasceu em 17/02/1949, é brasileiro, casado, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, portador da Carteira de Identidade nº MG-1389219 expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e do CPF nº 195.805.686-34 Formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em 1974.

Iniciou sua carreira na Cemig em 1974 e ocupou os seguintes cargos: Superintendente de Programação e Controle Financeiro sendo responsável pela coordenação de planejamento de longo prazo, controle orçamentário, análise de custos e “project finance”.

Últimos Cargos / Funções de destaque: Superintendente de Relações com Investidores, sendo responsável pela implantação dos programas de ADR nível I e II na New York Stock Exchange e Nível I de Governança na Bovespa. Foi eleito o Melhor Profissional de RI pela Associação dos Analistas por diversos anos e pelos Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – Apimec e, ainda, pela IR Magazine (2006). Atualmente é Diretor de Finanças e Relações com Investidores da Cemig, da Cemig D e da Cemig GT.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Frederico Pacheco de Medeiros - 666.838.586-91

O Sr. Medeiros nasceu em 1969. Formou-se em direito pela UFMG em 1992. Foi Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça de MG de 1989 a 1998. Atuou como Secretário Parlamentar na Câmara dos Deputados de 1993 a 2002. Trabalhou como Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais entre 2003 e 2008 e Secretário-Geral do Governador de Minas Gerais entre 2008 a 2010. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Gestão Empresarial da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Carlos de Mattos - 070.853.896-72

É formado em administração de empresas e professor com licenciatura plena em Língua Portuguesa. Foi Superintendente Regional (Minas Gerais/São Paulo/Rio de Janeiro) na Caixa Econômica Federal entre 1983 e 1992, tendo assumido o cargo de Diretor Financeiro entre 1992 e 1994. Nesse mesmo período, ocupou a diretoria do BIAPE – Banco Interamericano de Poupança e Empréstimo. De 1995 a 1996, foi Vice-Presidente do Banco do Estado de Minas Gerais - BEMGE e, entre 2003 e 2005, atuou como Diretor Financeiro da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMIG. Foi Diretor-Presidente da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - PREVIMINAS, de 2005 a 2006, Diretor-Presidente e Conselheiro de Administração da Companhia de Gás do Estado de Minas Gerais – Gasmig (empresa de distribuição de gás de MG), entre 2007 a 2009 e Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios da Cemig, da Cemig D e da Cemig GT de 2007 a 2010. Entre 2010 e 2012 exerceu o cargo de Diretor de Distribuição e Comercialização da Cemig e da Cemig D e Diretor sem denominação específica da Cemig GT. Em 23/11/2012 foi eleito Diretor de Gás da Cemig, da Cemig D e da Cemig GT e diretor presidente da Gasmig. O Sr. José Carlos de Mattos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

- Membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Mineira de Engenheiros (desde 2005).
- Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais (2002 - 2004 e desde 2007).
- Membro do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. (desde 2007).
- Membro do Conselho de Administração do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS (desde 2008).
- Membro do Conselho de Administração da Empresa de Infovias S.A. (2005 - 2009).
- Membro do Conselho de Administração da Cemig Telecomunicações S.A.-CemigTelecom (desde 2010).
- Membro do Conselho de Administração da Light e da Light SESA (desde 2010).
- Membro do Conselho de Administração da Renova Energia (desde 2011).
- Diretor de Geração e Transmissão da Companhia Energética de Minas Gerais e da Cemig Geração e Transmissão S.A. (2007 – 2008).
- Diretor de Distribuição e Comercialização da Companhia Energética de Minas Gerais e da Cemig Distribuição S.A. (2008 – 2010).
- Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. (desde 2010).
- Membro do Conselho de Administração das Empresas do “Grupo TBE”: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE; Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE; Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC; Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE; e, Companhia Transmissora de Energia Elétrica – Lumitrans (desde 27-04-2011), cujas atividades estão relacionadas a transmissão de eletricidade.

O Sr. Fernando Henrique Schuffner Neto não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Raimundo Dias Fonseca - 261.986.576-04

O Sr. Dias Fonseca nasceu em 1958. É formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo concluído o curso de especialização em Engenharia de Manutenção pela FUPAI/EFEI (Escola Federal de Engenharia de Itajubá), o curso de Pós-graduação em “Gestão Estratégica de Negócios” pela Fundação Getúlio Vargas, e o curso de especialização em “Management of Electric Power Utilities” em Estocolmo – Suécia. Professor de Equipamentos Elétricos do curso de pós-graduação de Engenharia de Manutenção da PUC de Minas Gerais. Foi Conselheiro Fiscal da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Vice-Presidente da ABRACEEL – Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica. Profissional de carreira, ingressou na Cemig em 1982, onde ocupou vários cargos, desde engenheiro, Gerente de Controle e Liquidação das Operações de Energia a Superintendente de Compra e Venda de Energia no Atacado, cargo que ocupou entre 2007 e 2011. Atualmente exerce o cargo de Diretor Comercial da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Henrique Michalick - 177.342.826-87

O Sr. Michalick nasceu em 1951. É formado em jornalismo pela Faculdade de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atuou como jornalista econômico da Sucursal do Jornal Folha de São Paulo, em Belo Horizonte, entre 1979 e 1985. Integrou a editoria econômica do Jornal Estado de Minas entre 1986 e 1987. Foi Assessor de Imprensa da Fundação Dom Cabral entre 1984 e 1985 e Diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas Gerais entre 1985 e 1987. Profissional de carreira da Cemig, ingressou na empresa em 1985, onde ocupou os cargos de jornalista e Gerente de Imprensa, Relações Públicas e Publicidade, assumindo em 2003 a Superintendente de Comunicação Empresarial, na qual permaneceu de 2003 a 2011. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Relações Institucionais e Comunicação da Cemig. / O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Wando Pereira Borges - 000.289.756-34

O Sr. Wando foi membro do Conselho de Administração da BOZEL Mineração S/A (abril/2008 a fevereiro/2010); Presidente da ELEJA – Elétrica Jacuí S/A (maio/2008 a outubro/2009); Administrador da Powerbras Energia Holding Ltda (outubro/2008 a outubro/2009); Administrador da Powerbras Leão II Mineração Ltda e Riomaggiore Mineração Ltda (fevereiro a outubro/2009). A partir de 18/12/2012 é membro do Conselho de Administração da Cemig, da Cemig GT e da CemigD. O Sr. Wando Pereira Borges declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

Assistente, em nível de Superintendente, na Diretoria de Geração e Transmissão da Cemig e Presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI, membro da Câmara de Energia da Associação Comercial de Minas Gerais – ACOMINAS, membro do Conselho Deliberativo do SEBRAE e membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz - 539.109.746-00

Ocupa o cargo de Técnico Administrativo e Comunicador Visual na Cemig distribuição S.A.. Atualmente é Diretor do Sindieleto, membro do Conselho do Prosaúde e membro do Comitê do PCR – Plano de Cargos e Remuneração da CEMIG.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Nos últimos 5 anos, atuou como Presidente do Conselho de Administração da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) (empresa de gestão de concessões).

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Gerente de Programação e Controle Financeiro (1993-1998), Gerente de Orçamento e Custos (1999-2005), Superintendente de Controle e Gestão Empresarial (maio/2005). Em sua vivência profissional o Sr. Vasconcelos participou dos seguintes projetos específicos: Participação na implementação do Projeto de Balanced Scorecard da Cemig (2003), como coordenador da Diretoria de Finanças e Participações- DFN; Participação no Projeto de Reestruturação Organizacional da Cemig como representante da Superintendência de Controle e Programação Financeira- FN (2001); Secretário Executivo do Comitê de priorização de Orçamento - CPO da Cemig (1998-2005); Membro do Comitê de Negociação Sindical (desde 2003); Diretor financeiro do Clube de Investimentos da Cemig - CLIC (2001-2005); Presidente do Clube (desde abril/2005). Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e telecomunicações, através de empresas do Grupo CEMIG.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Companhia Energética de Minas Gerais S.A.: Técnico de Operação Sistema Elétrico e membro suplente do Conselho de Administração. Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.: Membro suplente do Conselho de Administração

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guilherme Horta Gonçalves Junior - 266.078.757-34

Companhia Energética de Minas Gerais S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.: Membro suplente do Conselho de Administração.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guy Maria Villela Paschoal - 000.798.806-06

Trabalhou na Companhia Energética de Minas Gerais por 28 anos alcançando a Presidência da Companhia.

Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Tadeu Barreto Guimarães - 370.853.526-04

Integra, desde 1986, os quadros permanente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG no cargo de "Analista de Desenvolvimento" e, desde 2012, atua em um cargo de confiança denominado "Consultor", vinculado ao Gabinete da Presidência do BDMG. Diretor-Presidente do Escritório de Prioridades Estratégicas (Delivery Unit), órgão autônomo, ligado diretamente ao Governador do Estado de Minas Gerais. (janeiro/2011 a agosto/2012); Membro do Conselho de Administração da Cia de Saneamento de Minas Gerais S.A. – Copasa. (desde abril/2011); Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais-SEPLAG, Coordenador Executivo do Programa Estado para Resultados – EpR. (janeiro/2007 a dezembro/2010); Líder do projeto Agenda de Melhorias – Caminho para Inovação na Gestão Pública. Parceria do Governo de Minas com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, o Movimento Brasil Competitivo-MBC e a Fundação Dom Cabral.(ano de 2010). Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde abril/2013.

O Sr. Tadeu Barreto Guimarães não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Atuou como Engenheiro de obras na Companhia Vale do Rio Doce – CVRD de 1949 a 1951, Engenheiro de Planos Projetos e Obras na CEMIG de 1951 a 1961, Diretor Técnico da CEMIG, de 1961 a 1967. Presidente da CEMIG, de 1967 a 1975. Exerceu o cargo de Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais de 1975 a 1979. Foi Ministro de Estado da Indústria e Comércio do Brasil de 1979 a 1984. Presidente de Furnas Centrais Elétricas, de 1985 a 1989. Durante os períodos relatados, foi, interinamente, Secretário de Administração de Minas Gerais, Membro do Conselho Monetário Nacional, Membro do Conselho de Administração da Eletrobrás, Vice Presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas, Diretor do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens e do Núcleo Brasileiro da Conferência Mundial de Energia. A partir de 1990, exerceu funções de consultor e membro de Conselhos em empresas como a Companhia Siderúrgica Manesmann, Fundação Dom Cabral, Copersucar, Companhia Siderúrgica do Pará, Companhia Força e Luz Cataguazes – Leopoldina, Biobrás, Copasa, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG. De 1984 a 1992 foi Membro do Conselho de Administração da Itaipu Bi – nacional, Presidente do Conselho do Instituto Horizontes na Atech- SIVAM. Na Coopers and Lybrand esteve na presidência do Comitê de supervisão do Estudo de Competitividade da Indústria Brasileira. Em 2002, foi Consultor Especial no preparo do Estudo “Minas Gerais no século XXI” de iniciativa e Coordenação do BDMG e Presidente da Assembleia da “Economia e Energia – E&E”, Organização Social. Membro da Comissão de Ética da Presidência da República, de 2000 a 2005. De 2004 a 2005 foi Membro do Conselho de Ética pública do Governo de Minas Gerais.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

FUAD JORGE NOMAN FILHO - 009.880.816-87

Graduou-se em Ciências Econômicas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub). Concluiu Pós-Graduação em Programação Econômica e Execução Orçamentária pela Universidade de Brasília. Iniciou sua carreira profissional como funcionário de carreira do Banco Central do Brasil. Foi secretário-executivo-adjunto e secretário de Haveres e Riscos da Secretaria do Tesouro Nacional, no Ministério da Fazenda. Também foi secretário-executivo da Casa Civil da Presidência da República e consultor do Fundo Monetário Internacional - FMI, quando prestou assessoria para o Governo de Cabo Verde. Foi presidente da BrasilPrev Previdência Privada, da Associação das Empresas de Previdência Privada - Anapp e do Conselho de Administração do Banco do Nordeste. Em 2002, foi eleito líder empresarial do ano no Setor de Previdência pelo Fórum Nacional de Líderes. Já em 2003, assumiu a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, onde conquistou o prêmio Desempenho Governamental, em 2004, pelo Instituto Brasileiro Executivo de Finanças. Foi Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas até 2010. Foi membro do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) de 2007 a 2011. Desde 2008, é membro do Conselho de Administração da Marcopolo S.A., que atua na fabricação de ônibus e desenvolvimento de soluções para o transporte público. Entre 03/2011 e 08/2012, o Sr. Noman Filho ocupou a Presidência do Conselho de Administração da Gasmig, sendo, também, Diretor de Gás da Cemig, da Cemig GT e Cemig D. Desde 08/2012 o Sr. Noman Filho é Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos e Secretário de Estado Extraordinário para a Copa do Mundo do Estado de Minas Gerais, sendo eleito, em 29/08/2012, membro do Conselho de Administração da Cemig, da Cemig D e da Cemig GT.

O Sr. Fuad Jorge Noman Filho não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) (empresa de gestão de concessões).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Otávio Marques de Azevedo - 129.364.566-49

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Andrade Gutierrez S.A. (AGSA) (empresa de construções).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) (empresa de gestão de concessões).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Subsecretário de Desenvolvimento Mineral e Metalúrgico do Estado de Minas Gerais

Especialista em recursos Minerais no Departamento Nacional de Produção Mineral do Estado de Minas Gerais Gerente Geral da Vale S.A. Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) (empresa de gestão de concessões).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) (empresa de gestão de concessões).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Tarcisio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) (empresa de gestão de concessões).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Diretor de Gestão Empresarial da CEMIG, Cemig D e Cemig GT desde janeiro de 2007;
Diretor da CEMIG Capim Branco Energia S.A.;
Diretor Técnico da Central Termelétrica de Cogeração S.A.;
Diretor-Presidente de Sá Carvalho S.A.;
Diretor Vice-Presidente de Rosal Energia S.A.;
Diretor Administrativo de CEMIG Serviços S.A.;
Diretor Técnico da CEMIG Telecom S.A. (ex-Empresa de Infovias S.A.);
Conselheiro Vice-Presidente da Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.;
Conselheiro da CEMIG, desde 2003, até o presente momento;
Conselheiro da Cemig D e Cemig GT
Conselheiro da TAESA de 2009-2010;
Conselheiro da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, telecomunicações e gás natural, através de empresas do Grupo CEMIG

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

A Sra. Werneck nasceu em 1948. É formada em Economia, tendo concluído com curso de Mestrado na Escola de Pós Graduação em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (RJ), o M.A. e o Curso de Doutorado pela Boston College USA. Foi Ministra da Indústria, do Comércio e do Turismo (1995-1996) e Ministra do Trabalho (1989-1990). Foi Gerente Especial da APEX (1999-2002), Secretária Executiva do Ministério da Fazenda (1992), Secretária Nacional de Economia (1991-1992), Secretária de Planejamento Econômico Social (1988-1989), Secretária de Emprego e Salários (1985-1988) e Técnica do IPEA (1975-2003). Nos anos 1993-94 e 1998-99 foi diretora da Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade, além de membro dos Conselhos da FUNCEX e da AEB (1999-2005). Foi, ainda, Professora do Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco (1983-1984) e Professora do Instituto de Economia Industrial e da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ (1978-1980). Atualmente ocupa o cargo de Secretária de Estado de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e de Presidente do Conselho de Administração da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

O Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima nasceu em 05/04/1946, é brasileiro, casado, formado em ciências contábeis pela Universidade Professor Antônio Carlos, Barbacena, com Especialização em Administração Financeira e Economia pela UNA, Belo Horizonte, e Especialização em Auditoria, Administração, Economia e Finanças pela USP, São Paulo. No Governo de Minas Gerais, a partir de 2003, exerceu as funções de Assessor Especial da Secretaria de Estado de Fazenda, Subsecretário do Tesouro Estadual e Secretário-Adjunto da Fazenda e desde maio de 2010 é o Secretário de Estado de Fazenda, fazendo também parte dos Conselhos de Administração do BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, da MGI – Minas Gerais Participações, e da Gasmig – Companhia de Gás de Minas Gerais. No Governo Federal foi Assessor Especial do Ministro da Casa Civil da Presidência da República. Servidor de carreira do Banco Central do Brasil exerceu, dentre outros cargos, o de Auditor-Chefe de Divisão, Chefe Adjunto do Departamento de Administração Financeira, Delegado Adjunto e Delegado Regional do Banco Central em Minas Gerais. Foi ainda presidente do Conselho Fiscal da Fundação Banco Central de Previdência. Na iniciativa privada foi consultor nas áreas financeira, administrativa e contábil de diversas empresas de Brasília e de Minas Gerais, como a Siderúrgica Belgo-Mineira, hoje Arcelor-Mittal, onde foi membro do Conselho Administrativo durante 07 anos, e também em empresas de Goiás e Distrito Federal.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Joaquim Francisco de Castro Neto - 026.491.797-91

Ocupou os seguintes cargos no Unibanco União de Bancos Brasileiros S.A.:
Diretor Executivo; Diretor Executivo Coordenador; Vice-Presidente; e, Presidente (de 1974 a 2004).
Membro do Conselho de Administração do Unibanco União de Bancos Brasileiros S.A. (de 2004 a 2008).
Membro do Conselho de Administração do Magazine Luiza (de 2007 a 2008).
Presidente do Conselho de Administração da Redecard S.A. (de 2008 a 2010).
Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza (de 2008 a 2011).
Membro do Conselho de Administração da ABodyTech (de 2008 a 2011).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Corporación Quiport S/A (2006-2008) -
Diretor de Project Finance, Concessionária de Serviços Públicos – Aeroportos
Controle Acionário:
Andrade Gutierrez Concessões – 45.49%
AECON Concessions (Canadá) – 45.49%
Airport Development Corporation (Canadá) – 9.00%
Houston Airport System Development Corporation (EUA) – 0.02%

- Andrade Gutierrez Concessões S/A (2008 -)
Gerente de Project Finance (até Out2009) e, posteriormente, Gerente de Desenvolvimento de Projetos –
Representante da AG Concessões no Conselho de Administração da Corporación Quiport S/A. desde mar/2008.

- Empresa Holding de Concessionárias de Serviços Públicos
Controle Acionário:

Andrade Gutierrez Participações – 85.00%
International Finance Corporation (IFC) – 15.00%

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Engenheiro Assistente, atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valuation de empresas, desde 2008.

Atualmente, atua em Empresa Holding de Concessionárias de Serviços Públicos com controle acionário da
Andrade Gutierrez Participações – 85.00%.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Christiano Miguel Moysés - 857.916.016-20

O Sr. Christiano é graduado em Ciências Contábeis pela PUC/MG e com MBA em Finanças pelo IBMEC. Hoje é mentor na Endeavor, sócio-investidor da CAPPE Brasil Engenharia e sócio-diretor da Imeri Capital, uma boutique de investimentos focada em PMEs de setores tradicionais.

/O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Augusto de Barros - 076.215.406-30

Diretor de Obras da Cia de Desenvolvimento de Estado de Minas Gerais-CODEMIG – desde março de 2011;
Diretor Superintendente da Camter Construções e Empreendimentos – de setembro/2004 até abril/2010;
Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção-CBIC – Gestões 2005 a 2008 e 2008 a 2011;
Federação das Indústrias de Minas Gerais-FIEMG

- Vice-Presidente – 2006 a 2010;
- Diretor – 2010 a 2014;
- Presidente do Conselho de Assuntos Legislativos-COAL – 2006 a 2010 e Conselheiro – 2010 a 2014;
-

Associação Nacional de Empresas de Obras Rodoviárias – ANEOR

- Diretor – 2009 a 2012;
- Conselheiro – 2006 a 2009;

Conselheiro do Sindicato da Indústria da Construção Pesada de Minas Gerais – SICEPOT-MG – desde 2009.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marina Rosenthal Rocha - 060.101.836-26

Analista de Projetos na Andrade Gutierrez Consessões S.A., empresa holding de participações societárias, atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valoração de empresas.

Entre 27/04/2012 e 17/12/2012 foi membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig D e Cemig GT e, a partir de 18/12/2012 ocupa o papel de membro suplente do Conselho de Administração da Cemig, Cemig Gt e CemigD. A Sra. Marina Rosenthal Rocha declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Djalma Bastos Morais - 006.633.526-49

Ministro de Estado das Comunicações

Interino – de 23-12-1993 a jan/1994

Efetivo – de jan/94 a jan/95

Petrobrás Distribuidora S.A.

Vice- Presidente – de 1995 a 98

GASMIG

Presidente do Conselho de Administração – desde 29-01-99

Diretor Presidente – de 29-01-99 a 15-12-2004

Cemig - Companhia Energética de Minas Gerais

Diretor-Presidente – desde 14-01-99

Vice- Presidente do Conselho de Administração – desde 14-01-99

Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

Diretor-Presidente – desde 08-09-2004

Vice- Presidente Conselho de Administração – desde 13-12-2004

Light S.A.

Membro do Conselho de Administração – desde 10-08-2006

Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. – TAESA

Membro do Conselho de Administração – de 04-11-2009 a 28-12-2009

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Presidente do Conselho de Administração – desde 04-11-2009

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aliomar Silva Lima - 131.654.456-72

Economista com especialização em gestão de empresas de energia elétrica pela UFPR e mercado de capitais pelo IBMEC, professor de diversas disciplinas ligadas à área de finanças em cursos de Administração da PUCMINAS e membro suplente dos conselhos fiscais da Light S.A., Cemig, Cemig D e Cemig GT e Gasmig, e membro titular do conselho fiscal da CemigTelecom.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e telecomunicações, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ari Barcelos da Silva - 006.124.137-72

Trabalhou na ELETROBRAS, ELETRONUCLEAR, CHESF, CEMAR e ELETROSUL. . Membro do Conselho Fiscal da Light S.A., Companhia Energética de Minas Gerais S.A.: Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - 026.939.257-20

Membro do Conselho de Administração da CEMAT – MT

Membro do Conselho Fiscal da Light S.A.

Diretor da Trad. Ass. e Consultoria

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Helton da Silva Soares - 000.185.326-08

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Construtora Andrade Gutierrez S.A. (AGSA) (empresa de construções).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Guaritá Neto - 289.118.816-00

Diretor – RCG Engenharia e Empreendimentos Ltda.

Diretor – Jaguará Shoppings

Diretor – 7 Estrelas Agropecuária

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - 001.909.696-87

Trabalha na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais.

É membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Lauro Sander - 130.841.600-82

Banco do Brasil S.A. - Superintendente Estadual do Tocantins, Amazonas, Acre e Roraima. (2003 a 2007) e Superintendente de Governo para Reginão Sul e Sudeste. Sede em São Paulo.(2007 a 2008). Membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC. (01-05-2009 a 30-04-2010). Membro do Conselho de Administração da Bombril S.A.. (01-05-2010 a 30-04-2012). Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A., desde abril/2013.

O Sr. Lauro Sander não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Thales de Souza Ramos Filho - 003.734.436-68

Diretor do Hospital Dr. João Felício Ltda. (Juiz de Fora – MG)

Sócio – Zenite empreendimentos.

É membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Salvador José Cardoso de Siqueira - 302.074.607-87

Conselheiro de Administração do Brazilian American Merchant Bank – BAMB (01-11-2005 a 31-08-2008). Diretor-Presidente do Brazilian American Merchant Bank – BAMB (01-11-2005 a 30-04-2011). Presidente do Conselho Fiscal da BB Tur (01-08-2008 a 31-05-2011). Presidente do Conselho Fiscal da BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (01-04-2011 a 30-04-2012). Conselheiro de Administração do BB Ativo S.A. (01-09-2008 a 30-04-2011). Diretor-Presidente do BB Leasing Company (01-08-2008 a 30-04-2011). Gerente Executivo do Banco do Brasil S.A. (01-11-2005 a 30-04-2011). Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A., desde abril/2013.

O Sr. Salvador José Cardoso de Siqueira não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Bruno Gonçalves Siqueira - 075.851.006-39

AngloGold Ashanti Brasil Mineração Ltda.

Analista Contábil das áreas de Controladoria e Contabilidade (09/2007 a 06/2010). Atividades: Elaboração e consolidação das demonstrações contábeis da companhia e de controladas em BRGaap, IFRS e USGaap, implementação das novas regras brasileiras (CPC), responsável pela auditoria da Lei Sarbanes-Oxley, contato direto com a matriz para esclarecimento e detalhamento das informações financeiras, reporting, elaboração do orçamento anual, e atendimento as auditorias externa e interna. Andrade Gutierrez Concessões S.A.. Analista de Controladoria (desde 06/2010). Atividades: Elaboração e consolidação das demonstrações contábeis da companhia, implementação das novas regras brasileiras (CPC), atendimento as auditorias externa e interna, recolhimento e pagamento de tributos, elaboração das obrigações tributárias acessórias, controle do contas a pagar e contas a receber, preparação dos Formulário de Referência e Cadastral da Cia., e participação em elaboração de estruturas societárias para aquisição de novos investimentos da companhia. Outras funções exercidas no Grupo Andrade Gutierrez: Membro do Conselho de Administração da Water Port S.A. Engenharia e Saneamento (desde 02/01/2013); Membro suplente do Conselho Fiscal da Contax Participações S.A. (desde 11/04/2012); Membro suplente do Conselho de Administração da Oi S.A. (desde 18/04/2012); Membro suplente do Conselho de Administração da Contax Participações S.A. (de 19/08/2011 até 11/04/2012). Membro suplente do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O Sr. Bruno Gonçalves Siqueira não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Maria Celeste Moraes Guimarães - 374.076.436-87

Luiz Henrique de Castro Carvalho - 315.051.986-15

Arlindo Porto Neto - 007.940.236-49

Ricardo José Charbel - 383.259.856-15

Luiz Fernando Rolla - 195.805.686-34

Frederico Pacheco de Medeiros - 666.838.586-91

José Carlos de Mattos - 070.853.896-72

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

José Raimundo Dias Fonseca - 261.986.576-04

Luiz Henrique Michalick - 177.342.826-87

Wando Pereira Borges - 000.289.756-34

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz - 539.109.746-00

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Guilherme Horta Gonçalves Junior - 266.078.757-34

Guy Maria Villela Paschoal - 000.798.806-06

Tadeu Barreto Guimarães - 370.853.526-04

João Camilo Penna - 000.976.836-04

FUAD JORGE NOMAN FILHO - 009.880.816-87

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Otávio Marques de Azevedo - 129.364.566-49

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcisio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

Joaquim Francisco de Castro Neto - 026.491.797-91

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Christiano Miguel Moysés - 857.916.016-20

Luiz Augusto de Barros - 076.215.406-30

Marina Rosenthal Rocha - 060.101.836-26

Djalma Bastos Moraes - 006.633.526-49

Aliomar Silva Lima - 131.654.456-72

Ari Barcelos da Silva - 006.124.137-72

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - 026.939.257-20

Helton da Silva Soares - 000.185.326-08

Luiz Guaritá Neto - 289.118.816-00

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - 001.909.696-87

Lauro Sander - 130.841.600-82

Thales de Souza Ramos Filho - 003.734.436-68

Salvador José Cardoso de Siqueira - 302.074.607-87

Bruno Gonçalves Siqueira - 075.851.006-39

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Adriano Magalhães Chaves	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até a AGO de 2013.
086.051.928-79	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Engenheiro		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
Bruno Magalhães Menicucci	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até AGO de 2013.
081.100.286-16	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração. Membro do Comitê de Estratégia / Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.						
Christiano Miguel Moysés	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até AGO de 2013.
857.916.016-20	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Contador		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração. Membro do Comitê de Estratégia / Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.						
Djalma Bastos Morais	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até a AGO de 2013.
006.633.526-49	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração. Diretor Presidente						
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até a AGO de 2013.
261.863.817-49	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Economista		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
Eduardo Borges de Andrade	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até a AGO de 2013.
000.309.886-91	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
Francelino Pereira dos Santos	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até a AGO de 2013.
000.115.841-49	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Advogado		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
Franklin Moreira Gonçalves	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até a AGO de 2013.

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
754.988.556-72	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Tecnólogo em processamento de dados		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
FUAD JORGE NOMAN FILHO	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até AGO de 2013
009.880.816-87	Comitê de Desenv. Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.	Economista		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
Guy Maria Villela Pachcoal	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até a AGO de 2013.
000.798.806-06	Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Engenheiro		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
João Camilo Penna	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até a AGO de 2013
000.976.836-04	Comitê de Estratégia	Engenheiro		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
Joaquim Francisco de Castro Neto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até AGO de 2013.
026.491.797-91	Comitê de Estratégia	Administrador		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
José Augusto Gomes Campos	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até AGO de 2013.
505.516.396-87	Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Físico		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
Lauro Sérgio Vasconcelos David	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até a AGO de 2013.
603.695.316-04	Comitê Finanças, Auditoria e Riscos	Administrador		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração. Membro do Comitê de Recursos Humanos / Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.						
Leonardo Maurício Colombini Lima	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até a AGO de 2013.
065.276.716-87	Comitê de Apoio Conselho de Administração	Contador		11/09/2012	0	0%

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Membro do Conselho de Administração.						
Luiz Augusto de Barros	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até AGO de 2013.
076.215.406-30	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração.	Engenheiro Civil		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração. Membro do Comitê de Estratégia.						
Marco Antonio Rodrigues da Cunha	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até a AGO de 2013.
292.581.976-15	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração. Membro do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração / Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos						
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até a AGO de 2013.
813.975.696-20	Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	Contador		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até a AGO de 2013.
400.540.200-34	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração. Membro do Comitê de Estratégia / Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.						
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até a AGO de 2013.
428.576.006-15	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Engenheiro		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração. Membro do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas / Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos / Comitê de Recursos Humanos.						
Ricardo Coutinho de Sena	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até a AGO de 2013.
090.927.496-72	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração.						
Saulo Alves Pereira Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até a AGO de 2013.
787.495.906-00	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Engenheiro		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração. Membro do Comitê de Estratégia / Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.						
Tarcísio Augusto Carneiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		11/09/2012	Até a AGO de 2013.

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
372.404.636-72	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro		11/09/2012	0	0%
Membro do Conselho de Administração. Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79						
Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16						
Christiano Miguel Moysés - 857.916.016-20						
Djalma Bastos Morais - 006.633.526-49						
Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49						
Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91						
Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49						
Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72						
FUAD JORGE NOMAN FILHO - 009.880.816-87						
Guy Maria Villela Pachcoal - 000.798.806-06						
João Camilo Penna - 000.976.836-04						

Joaquim Francisco de Castro Neto - 026.491.797-91

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

Luiz Augusto de Barros - 076.215.406-30

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Christiano Miguel Moysés - 857.916.016-20

Djalma Bastos Moraes - 006.633.526-49

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

FUAD JORGE NOMAN FILHO - 009.880.816-87

Guy Maria Villela Pachcoal - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Joaquim Francisco de Castro Neto - 026.491.797-91

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

Luiz Augusto de Barros - 076.215.406-30

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Documento ainda não preenchido!

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Documento ainda não preenchido!

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores**12.11. Seguro para Administradores**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

12.12. Outras informações que a Companhia julga relevantes

A Companhia Energética de Minas Gerais (“**CEMIG**”), controladora da Companhia, adota as seguintes práticas de governança corporativa recomendadas no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (“**Código**”) publicado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“**IBGC**”):

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
1.1	Cada sócio deve ser um dos proprietários da empresa.	Cada sócio é um dos proprietários da empresa.
1.3	Os acordos entre acionistas devem estar disponíveis a todos os demais sócios e arquivados na sede social, juntamente com as respectivas alterações ou rescisões.	A CEMIG possui acordo de acionistas vigente arquivado na CVM e em sua sede social.
1.5	A Assembleia Geral deve ser o órgão soberano da empresa	A Assembleia Geral é o órgão soberano da empresa.
1.5.1	Devem ser competências exclusivas da Assembleia Geral: aumento ou redução do capital social e outras reformas do Estatuto; eleger ou destituir membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras; e deliberar sobre transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da empresa.	As referidas matérias são competência exclusiva da Assembleia Geral.
1.5.3	O local, a data e a hora das Assembleias Gerais devem ser escolhidos de forma a facilitar a presença do maior número possível de sócios.	O local, a data e a hora das Assembleias Gerais são escolhidos de forma a facilitar a presença do maior número possível de sócios.
1.5.4	A pauta da Assembleia Geral e documentação pertinente – a mais detalhada possível – devem estar disponibilizadas, na data da primeira convocação. A existência de votos dissidentes deve constar em ata, quando requerido.	Juntamente com a convocação da Assembleia Geral, a CEMIG disponibiliza uma “Proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral”, a qual contém informações e documentos explicativos adicionais relacionados aos temas que serão deliberados.
1.8	Deverá ser vedada aos sócios, conselheiros de administração, diretores, conselheiros fiscais, membros de órgãos técnicos e consultivos, bem como qualquer pessoa que, em razão de seu cargo, tenha acesso a informação privilegiada, a utilização de informação privilegiada. A empresa deve ter política de divulgação de informações relevantes e política de negociação de valores.	O Código de Ética da CEMIG veda aos sócios, conselheiros de administração, diretores, conselheiros fiscais, membros de órgãos técnicos e consultivos, bem como qualquer pessoa que, em razão de seu cargo, tenha acesso a informação privilegiada, a utilização de informação privilegiada. A Cemig possui política de divulgação de informações relevantes e política de negociação de valores.
1.11	As empresas devem se esforçar para manter o maior número possível de ações em circulação.	O <i>free-float</i> da CEMIG é de 76.67%.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
2.1	A empresa deve ter um Conselho de Administração eleito pelos acionistas.	Pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, a CEMIG é obrigada a ter Conselho de Administração.
2.3	O Conselho de Administração deve proteger e valorizar o patrimônio da empresa, além de prevenir e administrar conflitos de interesse ou divergência de opiniões.	O Conselho de Administração da CEMIG protege e valoriza o patrimônio da empresa, bem como previne e administra conflitos de interesse ou divergência de opiniões.
2.8	Deve haver comitês para assessorar o Conselho de Administração. Os comitês recomendados são: comitê de auditoria, de remuneração, de finanças, de governança, entre outros.	A Cemig possui Comitê de Apoio ao Conselho de Administração, de Governança, de Recursos Humanos, de finanças e de auditoria e riscos. Não possui, no entanto, Comitê de Auditoria <i>stricto sensu</i> .
2.10	O número de membros do Conselho de Administração deve variar entre cinco e nove conselheiros. A nova versão do Código de Melhores Práticas do IBGC já reconhece que o número de conselheiros é relativo à complexidade das atividades da organização, setor de atuação, estágio de ciclo de vida da organização, porte da empresa ou necessidade de criação de um número maior de comitês.	O Conselho de Administração da CEMIG possui 14 conselheiros.
2.14	Pessoas chave da empresa, assessores técnicos ou consultores podem ser chamados ocasionalmente para as reuniões do Conselho de Administração.	Há possibilidade de o Conselho de Administração convidar pessoas chave da empresa, assessores técnicos ou consultores para participarem da reunião.
2.25	O Conselho de Administração deve escolher o diretor-presidente.	O Conselho de Administração escolhe o diretor-presidente.
2.29	O Conselho de Administração deve indicar anualmente o secretário do Conselho de Administração.	A CEMIG possui secretário do Conselho de Administração.
2.32	As atas das reuniões devem ser redigidas com clareza, constando todas as decisões tomadas, abstenções de voto por conflito de interesses, responsabilidades e prazos, e ser assinadas por todos os presentes.	As atas das reuniões do Conselho de Administração da CEMIG são redigidas com clareza, constando todas as decisões tomadas, abstenções de voto por conflito de interesses, responsabilidades e prazos, e ser assinadas por todos os presentes.
2.33	Cabe ao Conselho de Administração escolher os auditores independentes, aprovar os respectivos honorários e planos de trabalho, bem como avaliar seu desempenho.	O Conselho de Administração escolhe os auditores independentes, aprova os respectivos honorários e planos de trabalho, bem como avalia seu desempenho.
2.40	A empresa deve divulgar anualmente, com prévia autorização do Conselho de Administração, suas políticas e práticas sociais, ambientais, de segurança do trabalho e de saúde.	A CEMIG divulga, por meio do Relatório Anual, suas políticas e práticas sociais, ambientais, de segurança do trabalho e de saúde.
3.1	O diretor-presidente deve prestar contas ao Conselho de Administração e deve ser responsável pela execução das diretrizes por	O diretor-presidente da CEMIG presta contas ao Conselho de Administração e é responsável pela execução das diretrizes por

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
	este fixadas.	este fixadas.
3.5	O Relatório Anual deve envolver todos os aspectos da atividade empresarial em um exercício completo, comparativamente a exercícios anteriores, ressalvados os assuntos de justificada confidencialidade.	O Relatório Anual da CEMIG envolve todos os aspectos da atividade empresarial em um exercício completo, comparativamente a exercícios anteriores, ressalvados os assuntos de justificada confidencialidade.
3.5.1	O Relatório Anual deve mencionar as práticas de governança corporativa que estão sendo adotadas pela sociedade ou que serão implementadas a curto prazo.	O Relatório Anual menciona as práticas de governança corporativa que estão sendo adotadas pela sociedade ou que serão implementadas a curto prazo.
3.5.2	O Relatório Anual deve especificar a participação no capital da empresa e a remuneração individual ou agregada dos administradores, destacando as mudanças havidas nessa participação ao longo do ano, explicitando mecanismos de remuneração variável.	O Relatório Anual especifica a participação no capital e a remuneração agregada dos conselheiros e diretores.
3.5.3	As empresas devem preparar suas demonstrações financeiras também de acordo com padrões de contabilidade internacionalmente aceitos.	A CEMIG está se preparando para divulgar sua próxima demonstração financeira de acordo com IFRS.
3.6	O diretor-presidente deve ser responsável pela criação de sistemas de controles internos que organizem e monitorem um fluxo de informações corretas, reais e completas sobre a empresa.	O Diretor Comercial da CEMIG é responsável pela criação de sistemas de controles internos que organizem e monitorem um fluxo de informações corretas, reais e completas sobre a empresa.
4.1	Toda empresa deve ter auditoria independente.	A CEMIG possui auditoria independente.
4.2	Os auditores independentes devem expressar, de forma clara, opinião se as demonstrações financeiras elaboradas pela diretoria apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira e os resultados do período.	Os auditores independentes da CEMIG, expressam, de forma clara, opinião se as demonstrações financeiras elaboradas pela diretoria apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira e os resultados do período.
4.5	Os auditores devem ser contratados por período pré-definido, podendo ser recontratados após avaliação formal a documentada, efetuada pelo CA, de sua independência e desempenho.	Os auditores independentes da CEMIG são contratados por um período de cinco anos, conforme Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.
4.6	O Conselho de Administração deve estabelecer critérios formais para se assegurar de que as condições de independência dos auditores externos sejam mantidas	Os critérios que a CEMIG atende são a contratação dos auditores por período pré-definido e a divulgação, às partes interessadas, da proporcionalidade entre os honorários pagos aos auditores pelos serviços de auditoria e os eventuais pagamentos por outros serviços.
4.7	O auditor independente deve assegurar anualmente, por escrito ao CA, a sua	A asseguaração anual por escrito, pelo auditor independente ao Conselho de Administração,

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
	independência em relação à sociedade	a sua independência em relação à sociedade é obrigatória, conforme Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003.
5.1	O Conselho Fiscal deve fiscalizar os atos da administração, opinar sobre determinadas questões e dar informações aos acionistas.	O Conselho Fiscal da CEMIG fiscaliza os atos da administração, opina sobre determinadas questões e dá informações aos acionistas.
5.2	Controladores e minoritários devem ter uma participação paritária.	No Conselho Fiscal da CEMIG, dentro os cinco conselheiros, dois são eleitos por acionistas preferenciais.
5.3	O Conselho Fiscal deve introduzir um regimento interno, que não iniba a liberdade de ação individual dos conselheiros.	O Conselho Fiscal da CEMIG possui um regimento interno, que não inibe a liberdade de ação individual dos conselheiros.
5.4	A responsabilidade dos conselheiros fiscais deve ser perante a empresa, independentemente daquele que o tiver indicado.	A responsabilidade dos conselheiros fiscais da CEMIG é perante a empresa, independentemente daquele que o tiver indicado.
5.6	O Conselho Fiscal deve acompanhar o trabalho dos auditores independentes.	O Conselho Fiscal acompanha o trabalho dos auditores independentes.
5.7	O Conselho Fiscal deve acompanhar o trabalho da auditoria interna.	O Conselho Fiscal acompanha o trabalho da auditoria interna.
6.1	A empresa deve ter código de conduta/código de ética que comprometa administradores e funcionários. Esse código deve ser elaborado pela diretoria de acordo com os princípios e políticas definidos pelo Conselho de Administração e por este aprovado.	A CEMIG possui código de ética, o qual compromete administradores e funcionários.
6.1.1	O código de conduta/código de ética deve abranger o relacionamento entre conselheiros, sócios, funcionários, fornecedores e demais partes relacionadas.	O código de ética da CEMIG abrange o relacionamento entre conselheiros, sócios, funcionários, fornecedores e demais partes relacionadas.
6.2	Qualquer pessoa que tiver conflito de interesse em relação a uma determinada matéria deve manifestar, tempestivamente, seu conflito de interesse ou interesse particular.	Pelo código de ética da CEMIG, qualquer pessoa que tiver conflito de interesse em relação a uma determinada matéria deverá manifestar, tempestivamente, seu conflito de interesse ou interesse particular.
6.2.2	Tão logo tenha sido identificado o conflito de interesses em relação a um tema, a pessoa envolvida deve afastar-se.	Na CEMIG, caso seja identificado um conflito de interesses em relação a um tema, a pessoa envolvida deve afastar-se da discussão e deliberação sobre o tema em questão.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

(ii) proporção de cada elemento na remuneração total

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,83	11,00	8,33	32,16
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	239.817,22	1.976.515,44	146.830,90	2.363.163,56
Benefícios direto e indireto	43.139,69	139.985,91	27.653,65	210.779,25
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	64.097,12	1.296.550,71	31.965,12	1.392.612,95
Descrição de outras remunerações fixas	Gratificações e INSS contribuição empresa.	Gratificações, pagamentos referentes à licenças remuneradas + 1/3 de licença remunerada, INSS empresa e FGTS.	Gratificações e INSS contribuição empresa.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	31.934,45	1.058.315,64	0,00	1.090.250,09
Participação em reuniões	239.817,22	0,00	0,00	239.817,22
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	52.185,09	0,00	0,00	52.185,09
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS contribuição empresa.			
Pós-emprego	2.453,37	378.921,08	0,00	381.374,45
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente; 2) Remuneração foi alterada pela AGO/AGE a partir do mês de maio/2011, anteriormente o valor era de R\$ 4.716,00; 3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida; 4) As Gratificações foram pagas somente até abril/2011.	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente; 2) Remuneração foi alterada pela AGO/AGE a partir do mês de maio/2011, anteriormente era de R\$27.901,00 para presidente e 23.148,00 para diretores; 3) Composição dos benefícios direto e indireto: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida e vale refeição.	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente; 2) Remuneração foi alterada pela AGO/AGE a partir do mês de maio/2011, anteriormente o valor era de R\$ 2.358,00; 3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida - 4) As Gratificações foram pagas somente até abril/2011.	
Total da remuneração	673.444,16	4.850.288,78	206.449,67	5.730.182,61

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13,00	9,00	5,00	27,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	124.896,84	822.298,94	47.316,68	994.512,46
Benefícios direto e indireto	45.501,23	214.290,83	13.687,25	273.479,31
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	22.692,63	271.830,60	10.250,68	304.773,91
Descrição de outras remunerações fixas	INSS contribuição empresa.	INSS contribuição empresa e FGTS.	INSS contribuição empresa.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	92.882,74	338.142,69	0,00	431.025,43
Participação em reuniões	124.896,84	0,00	0,00	124.896,84
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	22.692,63	0,00	0,00	22.692,63
Descrição de outras remunerações variáveis	Valores correspondentes a contribuições ao INSS.			
Pós-emprego	0,00	127.882,77	0,00	127.882,77
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente	
Total da remuneração	433.562,91	1.774.445,83	71.254,61	2.279.263,35

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,75	8,33	5,00	26,08
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	123.361,33	749.901,02	47.465,00	920.727,35
Benefícios direto e indireto	43.058,43	299.378,12	12.615,05	355.051,60
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	23.179,73	246.413,61	10.752,28	280.345,62
Descrição de outras remunerações fixas	INSS contribuição empresa.	INSS contribuição empresa e FGTS.	INSS contribuição empresa.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	62.970,67	218.906,26	0,00	281.876,93
Participação em reuniões	123.361,33	0,00	0,00	123.361,33
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	23.179,73	0,00	0,00	23.179,73
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS contribuição empresa.			
Pós-emprego	0,00	45.862,52	0,00	45.862,52
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente	
Total da remuneração	399.111,22	1.560.461,53	70.832,33	2.030.405,08

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações**a) termos e condições gerais**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b) principais objetivos do plano

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

f) número máximo de ações abrangidas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

h) condições de aquisição de ações

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

k) forma de liquidação

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

l) restrições à transferência das ações

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão**a) modelo de precificação**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d) forma de determinação da volatilidade esperada

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Documento ainda não preenchido!

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

Nos últimos três exercícios sociais, bem como no exercício social corrente, a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia foi processada e paga pela Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, controladora da Companhia, esclarecendo-se que ao final de cada período de reporte a Administração processa um rateio de parte destas despesas para as controladas Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Relativamente ao item 13.2 esclarecemos que os montantes apresentados referem-se ao rateio realizado ao final de cada período de reporte entre a Companhia, a Cemig Geração e Transmissão e a Companhia Energética de Minas Gerais, tendo em vista que nos três últimos exercícios sociais o pagamento da remuneração dos membros do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal foi realizado pela Companhia Energética de Minas Gerais.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) índice de rotatividade

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d) exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa..

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados**a) Política de salários e remuneração variável**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b) Política de benefícios

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 27/04/2012						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Companhia Energética de Minas Gerais						
17.155.730/0001-64	Brasileiro	Não	Sim	29/08/2012		
2.261.997.787	100,000	0	0,000	2.261.997.787	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
2.261.997.787	100,000	0	0,000	2.261.997.787	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia Energética de Minas Gerais				17.155.730/0001-64	
Ações em tesouraria					
		Não	Não	27/04/2012	
0	0,000	363.650	0,076	363.650	0,043
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
AGC Energia S.A.					
11.221.326/0001-65	Brasileira	Sim	Não	27/04/2012	
122.901.990	32,964	0	0,000	122.901.990	14,408
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
BlackRock Inc.					
	Norte Americana	Não	Não	27/04/2012	
0	0,000	45.130.429	9,399	45.130.429	5,291
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia Energética de Minas Gerais				17.155.730/0001-64	
Estado de Minas Gerais					
18.715.615/0001-60	Brasileiro	Sim	Sim	27/04/2012	
189.991.615	50,958	0	0,000	189.991.615	22,273
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
59.943.480	16,078	434.687.064	90,526	494.630.544	57,986
TOTAL					
372.837.085	100,000	480.181.143	100,000	853.018.228	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	18/12/2012
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

Classe de Ação

Preferencial Classe A	0	0,000000%
------------------------------	---	-----------

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Todas as informações consideradas relevantes com relação a este tópico foram devidamente informadas nos itens anteriores.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

16.1. Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Andrade Gutierrez S.A.	06/07/2009	295.300.314,68	1.180.000,00	Não é possível aferir tal montante.	26 meses contados da emissão da primeira Ordem de Serviço.	0,000000
Relação com o emissor	Acionista minoritário da CEMIG					
Objeto contrato	Programa Luz para Todos – Contrato referente ao empreendimento de implantação de lote do Programa de Eletrificação Rural “Luz para Todos” na Área de Concessão da Cemig entre a Cemig Distribuição e o Consórcio Iluminas, do qual a Andrade Gutierrez é parte. Nos períodos anteriores os valores registrados eram: R\$263mil (passivo 31/12/2011), R\$2.084mil (despesa 30/09/2012) e R\$8.581mil (despesa 30/09/2011)					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Capim Branco	04/08/2004	4.695.788.141,00	7.942.000,00	Não é possível aferir tal montante.	8 anos a partir do início do fornecimento.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG					
Objeto contrato	Operações com Energia Elétrica – A Cemig Distribuição possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A., Light S.A. e Cemig Capim Branco S.A., decorrentes, principalmente, do leilão público ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas nos termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores. Nos períodos anteriores os valores registrados no Passivo (31/12/2011) eram de R\$7.320mil, na receita (30/09/2012 e 30/09/2011) de R\$3.718mil e R\$3.132mil, e na despesa (30/09/2012 e 30/09/2011) de R\$51.123mil e R\$50.402mil, respectivamente.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	04/08/2004	4.695.788.141,00	3.114.000,00	Não é possível aferir tal montante.	8 anos a partir do início do fornecimento	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG					
Objeto contrato	Operações com Energia Elétrica – A Cemig Distribuição possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A., Light S.A. e Cemig Capim Branco S.A., decorrentes, principalmente, do leilão público ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas nos termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores. Nos períodos anteriores os valores registrados eram: R\$3.554mil (ativo 31/12/2011), R\$30.534mil (passivo 30/09/2012), R\$28.915mil (passivo 30/12/2011), R\$28.393mil (receita 30/09/2012), R\$35.256mil (receita 30/09/2011), R\$181.242mil (despesa 30/09/2012) e R\$177.401mil (despesa 30/09/2011).					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S/A	04/08/2004	19.000,00	19.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Indeterminado.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais - CEMIG					
Objeto contrato	Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig D e Cemig GT conforme Despacho ANEEL 3.924/08. Inclui, principalmente, reembolso de despesas com pessoal cedido pela Cemig GT às empresas do grupo e transações registradas no passivo (31/12/2011, 2010 e 2009) de R\$260mil, R\$247mil, R\$11.872mil, respectivamente; e no Ativo (31/12/2011, 2010 e 2009) de R\$18.066mil, R\$10.761mil, R\$35.555mil, respectivamente.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Saúde	30/09/2011	8.256.000,00	8.256.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Patrocinada – Plano de Saúde					
Objeto contrato	Plano de Saúde e Odontológico – Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados. Nos períodos anteriores os valores registrados eram: R\$15.310mil (passivo 31/12/2011), R\$23.343mil (despesa 30/09/2012) e R\$23.583mil (despesa 30/09/2011).					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	04/08/2004	369.000,00	369.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Indeterminado.	0,000000
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído por Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela CEMIG às empresas do grupo, bem como transações registradas no passivo (31/12/2011, 2010 e 2009) no valor de R\$10.834mil, R\$4.992mil e 21.639mil, respectivamente; no Ativo (31/12/2011) no valor de R\$4.146mil, R\$3.782mil e R\$9.884mil (ativo 31/12/2010 e 2009, respectivamente).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	27/04/2012	352.781.000,00	352.781.000,00	352.781.000,00	até oito (8) meses	0,000000
Relação com o emissor	Controladora.					
Objeto contrato	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos. Nos períodos anteriores os valores registrados eram: Passivo (31/12/2011, 2010 e 2009) de R\$109.215mil, R\$50.842mil e R\$202.306mil, respectivamente.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2004	1.843.119.229,44	1.405.255.443,06	1.126.400.074,06	Até junho de 2024.	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Obrigações Pós-emprego. Nestes valores contemplam os valores de R\$43.695mil e 1.361.560mil (passivo 30/09/2012), R\$65.498mil (despesa 30/09/2011), R\$70.416mil (despesa 30/09/2012), R\$53.687mil (passivo 31/12/2011), R\$1.339.105mil (passivo 31/12/2011).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Constitui dívida de repasse da Cia. Energética de Minas Gerais - CEMIG e subsidiárias com os fundos de previdência dos empregados. O montante R\$1.126.400.074,06 representa o valor histórico desta dívida correspondente à Companhia. Os contratos da Forluz são reajustados pelo IPCA (IBGE) e serão amortizadas até o exercício de 2024 (Vide Notas Explicativas nº 15 e 21 do ITR de 30/09/2012). Obs.: Montante envolvido e Montante correspondente ao interesse da parte relacionada tratam o valor principal à época do contrato. O saldo existente considera atualizações e amortização da dívida.					
Posição contratual do emissor						
Forluz	04/08/2004	31.438.000,00	33.087.000,00	33.087.000,00	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Despesa com pessoal – Contribuições da Companhia para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Contábeis) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo. Nos períodos anteriores os valores registrados eram: R\$31.438.000,00 (despesa 30/09/2011).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Forluz	04/08/2004	12.277.000,00	12.277.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Custeio Administrativo – Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamentos da Companhia. Nos períodos anteriores os valores registrados de despesas eram: R\$6.462.000,00 (30/09/2011).					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	04/08/2004	8.368.000,00	8.368.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Indeterminado.	0,000000
Relação com o emissor	Controlador.					
Objeto contrato	Consumidores e Revendedores. Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia. Nos períodos anteriores os valores registrados eram: R\$6.657mil, R\$8.619mil e R\$1.700mil (ativo 31/12/2011, 2010 e 2009, respectivamente), R\$70.285mil (receita 30/09/2012) e 66.060mil (receita 30/09/2011).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	04/08/2004	51.932.000,00	0	60.619.000,00	Setembro de 2012.	0,000000
Relação com o emissor	Controlador.					
Objeto contrato	Consumidores e Revendedores Refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a COPASA, integralmente liquidado em setembro de 2012. Nos períodos anteriores os valores registrados eram: R\$25.016mil, R\$39.893mil e R\$60.619mil (31/12/2011, 2010 e 2009, respectivamente).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Light S.A.	04/08/2004	4.695.788.141,00	863.000,00	Não é possível aferir tal montante.	8 anos a partir do início do fornecimento	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG					
Objeto contrato	Operações com Energia Elétrica – A Cemig Distribuição possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A., Light S.A. e Cemig Capim Branco S.A., decorrentes, principalmente, do leilão público ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas nos termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores. Nos períodos anteriores os valores registrados eram: Passivo (31/12/2011) de R\$749mil, e na despesa (30/09/2012 e 30/09/2011) de R\$5.655mil e R\$4.543mil, respectivamente.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	03/11/2009	5.663.000,00	2.638.000,00	Não é possível aferir tal montante.	8 anos a partir do início do fornecimento.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG					
Objeto contrato	Operações com Energia Elétrica – A Cemig Distribuição possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A., Light S.A. e Cemig Capim Branco S.A., decorrentes, principalmente, do leilão público ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas nos termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores. Nos períodos anteriores os valores registrados eram: R \$3.025.000,00 (passivo 31/12/2011), R\$19.606.000,00 (despesa 30/09/2012) e R\$15.112.000,00 (despesa 30/09/2011).					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

a) identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas, adotado nas operações acima indicadas e em futuras operações que decorram das mesmas circunstâncias, segue estritamente os termos do artigo 12 do estatuto social da Companhia, que atribui aos membros do Conselho de Administração, além de outras matérias que lhe comete a legislação: “deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e quaisquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum”.

Ademais, o Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia (“Regimento Interno”) estabelece, em seu artigo 23, que os membros do Conselho de Administração da Companhia devem “exercer as suas funções no exclusivo interesse da Companhia, satisfeitas as exigências do bem público e da sua função social”, devendo o conselheiro declarar, previamente à deliberação, que tem interesse particular ou conflitante com o da Companhia quanto a determinada matéria submetida à sua apreciação, abstendo-se de participar da sua discussão e votação. Nesse mesmo sentido, o artigo 26 do Regimento Interno proíbe os membros do Conselho de Administração da Companhia de intervir em operações que tenham interesse conflitante com a Companhia, devendo, nessa hipótese, consignar as causas do seu impedimento em ata, em conformidade com o artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações.

b) demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas efetuadas pela Companhia são realizadas a preços, prazos e taxas usuais de mercado ou de negociações anteriores da Companhia. As transações também são refletidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Evita-se, ainda, tempestivamente o mau uso dos ativos da Companhia e, especialmente, hipotéticos abusos em transações entre partes relacionadas.

Além disso, a Companhia acredita que os membros de sua administração atuam com lealdade e compromisso ético em relação à Companhia, não permitindo que interesses distintos possibilitem o favorecimento próprio ou de terceiros, o mau uso dos ativos ou hipotéticos abusos em transações envolvendo a Companhia.

Dessa forma, a Companhia entende que operações com partes relacionadas por ela realizadas, conforme elencadas no item 16.2 deste Formulário de Referência, possuem caráter estritamente comutativo, sendo lhes obtida a devida aprovação por parte dos órgãos competentes, conforme mencionado acima.

Por fim, cabe ressaltar que o grupo do qual a Companhia faz parte está comprometido com a adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa, estando a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), controladora da Companhia, submetida ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), que prevê, em sua cláusula 4.6, que a CEMIG deve enviar à BM&FBOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre a CEMIG e suas controladas e coligadas, seus administradores, seu acionista controlador, e, ainda, de todo e qualquer contrato celebrado entre a CEMIG e quaisquer sociedades que façam parte de grupo econômico, de fato ou de direito, em comum com seus administradores ou seu acionista controlador, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, valor igual ou superior a R\$ 200 mil ou valor igual ou superior a 1% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando-se aquele que for maior.

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

Cabe destacar que a administração possui estrutura de controles internos que garantem que as operações realizadas estão em condições similares àquelas que seriam estabelecidas com partes não relacionadas.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital Unidade	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias Unidade	Quantidade de ações preferenciais Unidade	Quantidade total de ações Unidade
Tipo de capital	Capital Emitido				
29/07/2005	2.261.997.787,64		2.261.997.787	0	2.261.997.787
Tipo de capital	Capital Subscrito				
29/07/2005	2.261.997.787,64		2.261.997.787	0	2.261.997.787
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/05/2005	2.261.997.787,64		2.261.997.787	0	2.261.997.787

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Documento ainda não preenchido!

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Documento ainda não preenchido!

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Documento ainda não preenchido!

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Todas as informações que a Companhia julga relevantes com relação a este tópico estão descritas nos itens anteriores.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Notas Promissórias Comerciais da 4ª Emissão em série única ("NPs")
Data de emissão	28/12/2011
Data de vencimento	22/12/2012
Quantidade Unidade	8
Valor total R\$	100.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A Oferta foi destinada, única e exclusivamente, a Investidores Qualificados. As NPs somente poderão ser negociadas no mercado secundário por meio do CETIP21, observado que sua negociação somente poderá ocorrer entre Investidores Qualificados e após decorridos 90 dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476/2009 ("Período de Restrição"). Após o Período de Restrição e observado o disposto na Instrução CVM 476/2009, as NPs poderão ser negociadas nos mercados de balcão, organizado ou não, não podendo, porém, serem negociadas em bolsa de valores sem que a Emissora tenha o registro de que trata o artigo 21 da Lei 6.385/1976, conforme alterada.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, nos termos dos parágrafos 2º e 4º do artigo 7º da Instrução CVM 134/1990, a partir de 30 dias contados da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente, total ou parcialmente, as NPs em circulação, sem pagamento de qualquer prêmio aos Titulares das NPs. No caso de resgate antecipado parcial, será adotado o critério de sorteio, que será realizado com base no número de cada NP, nos termos do parágrafo 4º do artigo 7º da Instrução CVM 134/1990, observado o prazo mínimo previsto no inciso II, do artigo 7º da Instrução CVM 134/1990.
Características dos valores mobiliários de dívida	Juros Remuneratórios: 102,5% da Tx DI, entre a Data de Emissão e o 120º dia, ou 103%, entre o 120º dia contado a partir da Data de Emissão e a Data de Vencimento das Notas Promissórias. Garantia: as Notas Promissórias contam com o aval da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. Crédito: quirografário. Restrições ao Emissor: não há. Agente fiduciário: não há. Hipóteses de Vencimento Antecipado: qualquer dos Titulares das Notas Promissórias poderá declarar automática e antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Notas Promissórias de que sejam detentores e exigir o imediato pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora do Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias acrescido da Remuneração e dos encargos, ambos calculados pro rata temporis, a partir da Data de Emissão, mediante carta protocolada ou carta com aviso de recebimento endereçada à sede da Emissora e/ou da Garantidora, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Assembleia de Titulares das NPs: A Emissora, os titulares de NPs que representem 10%, no mínimo, das NPs em Circulação e/ou a CVM poderão convocar assembleia geral dos titulares das NPs ("Assembleia") a qualquer momento, quando julgarem necessário. Nas deliberações da Assembleia, a cada NP caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, detentor de NP da Oferta Restrita ou não. A aprovação de qualquer deliberação pela Assembleia precisa da aprovação de titulares das NPs que representem mais de 50% das NPs em Circulação, observados os quoruns específicos. Toda e qualquer alteração às regras relacionadas às Assembleias dependerá da aprovação de titulares das NPs que representem, no mínimo, 75% das NPs em Circulação e deverá ser aprovada pela Emissora. As alterações solicitadas pela Emissora relativas: (i) à Remuneração das NPs; (ii) ao prazo de vencimento das NPs; (iii) à Garantia; e/ou (iv) às hipóteses de vencimento antecipado, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia dos titulares das NPs ou em qualquer convocação subsequente, por titulares das NPs que representem, no mínimo, 90% das NPs em Circulação.
Outras características relevantes	Banco Mandatário: Banco do Brasil S.A. Destinação dos Recursos: os recursos oriundos da captação por meio da Emissão foram destinados para reforço do capital de giro.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da 1ª emissão
Data de emissão	01/06/2006
Data de vencimento	01/06/2014
Quantidade	23.042
Unidade	
Valor total R\$	250.503.517,80
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Juros Remuneratórios: 10,5% ao ano acrescido de atualização monetária pelo IPCA.
 Garantia: as debêntures da 1ª emissão contaram com o aval da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.
 Restrições ao Emissor: não há.
 Agente Fiduciário: não há.
 Hipóteses de Vencimento Antecipado: o Agente Fiduciário deveria declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal unitário das Debêntures, acrescido da remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada pro rata temporis, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos: (a) requerimento de recuperação judicial e extrajudicial, pedido de falência formulada pela Emissora, pela garantidora, ou qualquer de suas controladas e coligadas; (b) extinção, liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora, da garantidora, ou qualquer de suas controladas e coligadas; (c) falta de cumprimento, pela Emissora ou pela garantidora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures; (d) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, da garantidora, ou qualquer de suas controladas e coligadas, em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00, em razão de inadimplência contratual ou não; (e) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Emissora seja parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras à época; (f) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais qualquer das controladas da garantidora sejam parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida consolidada da garantidora constante de suas últimas demonstrações financeiras à época; (g) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, a garantidora ou qualquer de suas controladas e coligadas, cujo valor global ultrapasse R\$50.000.000,00, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, pela garantidora, ou qualquer de suas controladas e coligadas, conforme o caso, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; (h) falta de cumprimento pela Emissora ou pela garantidora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo agente fiduciário; (i) se a Emissora, a garantidora, ou qualquer de suas controladas e coligadas, deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Emissora, pela garantidora, ou qualquer de suas controladas e coligadas, segundo qualquer acordo ou contrato de qual ela seja parte como mutuária ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a R\$50.000.000,00; e/ou (j) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer forma de reorganização societária, que impliquem redução do capital social da Emissora e/ou da garantidora.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Nas deliberações das assembleias dos debenturistas, cada debênture tem direito a um voto, admitindo-se a constituição de mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação, observado que alterações nas condições de remuneração e/ou pagamento das debêntures deverão ser aprovadas por debenturistas representando 90% das debêntures em circulação. A assembleia dos debenturistas pode ser convocada pela Companhia, pelo agente fiduciário ou por debenturistas que representem, no mínimo, 10%, das debêntures em circulação, ou pela CVM.

Outras características relevantes

Banco Mandatário: Banco Itaú S.A.
 Destinação dos Recursos: A 1ª emissão de debêntures da Companhia foi realizada para fins da permuta obrigatória das debêntures da 3ª Emissão da Garantidora, com o consequente cancelamento das mesmas. Em razão da permuta obrigatória, a Companhia não recebeu os recursos líquidos desta oferta, uma vez que as debêntures foram integralizadas com as debêntures da 3ª emissão da Garantidora. Por sua vez, os recursos provenientes da 3ª emissão da Garantidora foram destinados à amortização das dívidas da Garantidora contraídas para realização de investimentos em distribuição de energia elétrica e que venceram no ano de 2004.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da 2ª emissão
Data de emissão	15/12/2007
Data de vencimento	15/12/2017
Quantidade Unidade	40.000
Valor total R\$	400.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>Juros Remuneratórios: 7,96% ao ano acrescido de atualização monetária pelo IPCA. Garantia: as debêntures da 2ª emissão não possuem qualquer garantia. Restrições ao Emissor: não há. Agente Fiduciário: não há. Hipóteses de Vencimento Antecipado: o Agente Fiduciário deveria declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal unitário das Debêntures, acrescido da remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada pro rata temporis, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos: (a) decretação de falência, dissolução e/ou liquidação da Emissora ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora ou pedido de falência formulado pela Emissora ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, nos termos da legislação aplicável; (b) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às debêntures; (c) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual ou não; (d) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Emissora seja parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras à época; (e) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor global ultrapasse R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo agente fiduciário; (f) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura, não sanada em até 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo agente fiduciário à Emissora nesse sentido; (g) se a Emissora deixar de pagar, até a data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Emissora segundo qualquer acordo ou contrato de qual ela seja parte como mutuária ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas; e/ou (h) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária, que impliquem redução do capital social da Emissora; para fins desta alínea, entendendo-se por "privatização" a hipótese na qual: (i) a atual controladora direta da Emissora, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("CEMIG"), direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, 50% mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Emissora; e/ou (ii) o atual controlador da CEMIG, o Governo do Estado de Minas Gerais, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, 50% mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da CEMIG.</p>

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nas deliberações das assembleias dos debenturistas, cada debênture tem direito a um voto, admitindo-se a constituição de mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação, observado que alterações nas condições de remuneração e/ou pagamento das debêntures deverão ser aprovadas por debenturistas representando 90% das debêntures em circulação. A assembleia dos debenturistas pode ser convocada pela Companhia, pelo agente fiduciário ou por debenturistas que representem, no mínimo, 10%, das debêntures em circulação, ou pela CVM.
Outras características relevantes	Banco Mandatário: Banco Bradesco S.A. Destinação dos Recursos: os recursos oriundos da captação por meio da emissão foram destinados para pagamento parcial do saldo devedor remanescente das notas promissórias emitidas no âmbito da 3ª emissão pública de notas promissórias da Companhia.
<hr/>	
Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Notas Promissórias Comerciais da 6ª Emissão em série única ("NPs")
Data de emissão	21/12/2012
Data de vencimento	19/06/2013
Quantidade	60
Unidade	
Valor total R\$	600.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A Oferta foi destinada, única e exclusivamente, a Investidores Qualificados. As Notas Promissórias somente poderão ser negociadas no mercado secundário por meio do CETIP21, sendo as negociações liquidadas financeiramente via CETIP, e a Nota Promissória custodiada eletronicamente na CETIP, observado que sua negociação somente poderá ocorrer entre Investidores Qualificados e após decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476/2009 ("Período de Restrição"). Após o Período de Restrição e observado o disposto na Instrução CVM 476/2009, as Notas Promissórias poderão ser negociadas nos mercados de balcão, organizado ou não, não podendo, porém, serem negociadas em bolsa de valores sem que a Emissora tenha o registro de que trata o artigo 21 da Lei nº 6.385/1976, conforme alterada.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, nos termos dos parágrafos 2º e 4º do artigo 7º da Instrução CVM nº 134/1990, a partir de 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente, total ou parcialmente, as Notas Promissórias em circulação, sem pagamento de qualquer prêmio aos Titulares das Notas Promissórias. No caso de resgate antecipado parcial, será adotado o critério de sorteio, que será realizado com base no número de cada Nota Promissória, nos termos do parágrafo 4º do artigo 7º da Instrução CVM nº 134/1990, observado o prazo mínimo previsto no inciso II, do artigo 7º da Instrução CVM nº 134/1990.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Características dos valores mobiliários de dívida**

Juros Remuneratórios: 102,5% da Tx DI, entre a Data de Emissão e o 120º dia, ou 103%, entre o 120º dia contado a partir da Data de Emissão e a Data de Vencimento das Notas Promissórias.
 Garantia: as Notas Promissórias contam com o aval da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.
 Crédito: quirografário.
 Restrições ao Emissor: não há.
 Agente fiduciário: não há. Hipóteses de Vencimento Antecipado: qualquer dos Titulares das Notas Promissórias poderá declarar automática e antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Notas Promissórias de que sejam detentores e exigir o imediato pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora do Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias acrescido da Remuneração e dos encargos, ambos calculados pro rata temporis, a partir da Data de Emissão, mediante carta protocolada ou carta com aviso de recebimento endereçada à sede da Emissora e/ou da Garantidora, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Assembleia de Titulares das Notas Promissórias: A Emissora, os titulares de Notas Promissórias que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Notas Promissórias em Circulação e/ou a CVM poderão convocar assembleia geral dos titulares das Notas Promissórias ("Assembleia") a qualquer momento, quando julgarem necessário. Nas deliberações da Assembleia, a cada Nota Promissória caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, detentor de Nota Promissória da Oferta Restrita ou não. A aprovação de qualquer deliberação pela Assembleia precisa da aprovação de titulares das Notas Promissórias que representem mais de 50% (cinquenta por cento) das Notas Promissórias em Circulação, observados os quoruns específicos. Toda e qualquer alteração às regras relacionadas às Assembleias dependerá da aprovação de titulares das Notas Promissórias que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Promissórias em Circulação e deverá ser aprovada pela Emissora. As alterações solicitadas pela Emissora relativas: (i) à Remuneração das Notas Promissórias; (ii) ao prazo de vencimento das Notas Promissórias; (iii) à Garantia; e/ou (iv) às hipóteses de vencimento antecipado, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia dos titulares das Notas Promissórias ou em qualquer convocação subsequente, por titulares das Notas Promissórias que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Notas Promissórias em Circulação.

Outras características relevantes

Banco Mandatário: Banco Bradesco S.A.
 Destinação dos Recursos: Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão destinados à recomposição do caixa em função de investimentos e pagamentos de dívida realizados ao longo do ano de 2012.

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Notas Promissórias Comerciais da 5ª Emissão em série única
Data de emissão	02/07/2012
Data de vencimento	27/06/2013
Quantidade Unidade	64
Valor total R\$	640.000.000,00
Restrição a circulação	Slm

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Descrição da restrição	A Oferta foi destinada, única e exclusivamente, a Investidores Qualificados. As Notas Promissórias somente poderão ser negociadas no mercado secundário por meio do CETIP21, sendo as negociações liquidadas financeiramente via CETIP, e a Nota Promissória custodiada eletronicamente na CETIP, observado que sua negociação somente poderá ocorrer entre Investidores Qualificados e após decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476/2009 ("Período de Restrição"). Após o Período de Restrição e observado o disposto na Instrução CVM 476/2009, as Notas Promissórias poderão ser negociadas nos mercados de balcão, organizado ou não, não podendo, porém, serem negociadas em bolsa de valores sem que a Emissora tenha o registro de que trata o artigo 21 da Lei nº 6.385/1976, conforme alterada.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, nos termos dos parágrafos 2º e 4º do artigo 7º da Instrução CVM nº 134/1990, a partir de 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente, total ou parcialmente, as Notas Promissórias em circulação, sem pagamento de qualquer prêmio aos Titulares das Notas Promissórias. No caso de resgate antecipado parcial, será adotado o critério de sorteio, que será realizado com base no número de cada Nota Promissória, nos termos do parágrafo 4º do artigo 7º da Instrução CVM nº 134/1990, observado o prazo mínimo previsto no inciso II, do artigo 7º da Instrução CVM nº 134/1990.
Características dos valores mobiliários de dívida	Juros Remuneratórios: 104,08% da Taxa DI. Garantia: as Notas Promissórias contam com o aval da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. Crédito: quirografário. Restrições ao Emissor: não há. Agente fiduciário: não há.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Assembleia de Titulares das Notas Promissórias: A Emissora, os titulares de Notas Promissórias que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Notas Promissórias em Circulação e/ou a CVM poderão convocar assembleia geral dos titulares das Notas Promissórias ("Assembleia") a qualquer momento, quando julgarem necessário. Nas deliberações da Assembleia, a cada Nota Promissória caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, detentor de Nota Promissória da Oferta Restrita ou não. A aprovação de qualquer deliberação pela Assembleia precisa da aprovação de titulares das Notas Promissórias que representem mais de 50% (cinquenta por cento) das Notas Promissórias em Circulação, observados os quoruns específicos. Toda e qualquer alteração às regras relacionadas às Assembleias dependerá da aprovação de titulares das Notas Promissórias que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Promissórias em Circulação e deverá ser aprovada pela Emissora. As alterações solicitadas pela Emissora relativas: (i) à Remuneração das Notas Promissórias; (ii) ao prazo de vencimento das Notas Promissórias; (iii) à Garantia; e/ou (iv) às hipóteses de vencimento antecipado, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia dos titulares das Notas Promissórias ou em qualquer convocação subsequente, por titulares das Notas Promissórias que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Notas Promissórias em Circulação.
Outras características relevantes	Banco Mandatário: Banco do Brasil S.A. Destinação dos Recursos: Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão destinados ao financiamento de investimentos já realizados ou a serem realizados pela Emissora, pagamento de dívida(s) contraídas pela Emissora e/ou reforço do capital de giro da Emissora.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

18.6 Indicação dos mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação

As notas promissórias comerciais da 1ª, 2ª e 3ª emissões da Companhia encontram-se quitadas, não sendo negociadas atualmente. As notas promissórias comerciais da 4ª, 5ª e 6ª emissões da Companhia são registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Notas Promissórias custodiadas eletronicamente na CETIP S.A. – Mercados Organizados.

As debêntures da 1ª e 2ª emissões da Companhia são registradas para negociação no mercado secundário por meio (i) do SND - Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) do Sistema BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição**18.9 Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro, ocorridas nos 3 últimos exercícios sociais**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas**18.10 Outras informações que a Companhia julga relevantes**

Além das emissões de valores mobiliários que não sejam ações mencionadas no item 18.5 deste Formulário de Referência, a Companhia realizou as seguintes emissões, cujas obrigações já haviam sido integralmente quitadas pela Companhia em 30 de setembro de 2012: (i) 1ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$ 300.000.000,00; (ii) 2ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$ 200.000.000,00; e (iii) 3ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$ 400.000.000,00.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Documento ainda não preenchido!

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Documento ainda não preenchido!

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Documento ainda não preenchido!

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

20.2. Outras informações que a Companhia julga relevantes

A Companhia não possui outras informações para esse item que julgue relevantes.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

Estão subordinados à política de divulgação de ato ou fato relevante e uso de informações, assim como à política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, os: Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas e consultivos da Companhia; empregados e executivos com acesso as informações relevantes; e, ainda quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na sociedade, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia (“Pessoas Relacionadas”). As Pessoas Relacionadas deverão comunicar qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos, e sua divulgação à imprensa, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”).

Quaisquer reuniões com entidades de classe, público investidor ou com público selecionado, no País ou no exterior, que versem sobre matéria que possa consubstanciar Informação Relevante, somente poderão ser realizadas por Administradores da Companhia quando contarem com a presença do Diretor de Relações com Investidores ou de outra pessoa por ele nomeada para esse fim. Caso contrário, a Informação Relevante deverá ter o seu conteúdo reportado ao Diretor de Relações com Investidores, para que o mesmo divulgue a eventual Informação Relevante ao mercado simultaneamente à realização da reunião.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores a prestação de quaisquer informações de cunho financeiro da Companhia aos órgãos de imprensa, bem como a confirmação, correção ou esclarecimento de informação sobre ato ou fato relevante perante a CVM.

Na hipótese de solicitação de esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante pela CVM ou pelas bolsas de valores, e, ainda, caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

A versão integral da Política de Divulgação de Informações da Companhia está disponível no website da CVM e da Companhia: <http://www.cvm.gov.br> e <http://ri.cemig.com.br>, respectivamente.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

A Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), criou uma sistemática de responsabilidade pelo uso, comunicação e divulgação de ato ou fato relevante de companhias abertas. Não obstante a obrigação legal imposta aos administradores da companhia aberta de divulgar imediatamente à bolsa de valores e à imprensa informações sobre atos ou fatos relevantes, nos termos do parágrafo 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, a Instrução CVM 358 atribuiu ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, assim como a função de zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente, em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam negociados. De modo a assegurar o cumprimento dos deveres atribuídos ao Diretor de Relações com Investidores, no âmbito da Instrução CVM 358, as Pessoas Relacionadas têm o dever de comunicar ao Diretor de Relações com Investidores informação acerca de ato ou fato relevante para que este possa cumprir seu dever de comunicar e divulgar.

Quando Informar e Divulgar Prazos

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação, no País ou no exterior. Caso haja incompatibilidade, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

A Quem Informar

As informações sobre ato ou fato relevante deverão ser comunicadas à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Formas de Divulgação Jornais e Internet

A divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia deverá ser realizada por meio de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia. A Companhia poderá, a cada divulgação de ato ou fato relevante, optar por realizá-la de forma resumida nos jornais referidos no item acima, mas nesta hipótese, deverá estar indicado nas publicações o endereço na Internet onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM. A divulgação e a comunicação de ato ou fato relevante, inclusive da informação veiculada através da Internet acima referida, devem ser realizadas de modo claro e preciso, assim como devem atender a uma linguagem acessível ao público investidor.

A Informação Privilegiada e o Dever de Sigilo

As Pessoas Relacionadas com acesso a informação terão o dever de: (i) guardar sigilo das informações relativas à ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado, em função do cargo ou posição que ocupam na Companhia, até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever do sigilo. Assim, para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de Informação Privilegiada, deve-se entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

Exceção à Imediata Divulgação

Como explicitado anteriormente, a regra geral em relação a ato ou fato relevante é a de sua imediata comunicação e divulgação ao mercado. Em qualquer caso, deixar de comunicar e divulgar ato ou fato relevante é uma excepcionalidade e deverá ser objeto de análise. Essa exceção (não divulgação de ato ou fato relevante) somente se aplicará nos casos em que a divulgação indistinta de Informação Privilegiada que constitua ato ou fato relevante puser em risco interesse legítimo da Companhia. Nesse caso, deve-se estar atento para a obrigação de divulgação imediata se a informação escapar ao controle. Na hipótese acima e à luz das circunstâncias, o Diretor de Relações com Investidores deverá submeter à CVM a decisão de guardar sigilo acerca de ato ou fato relevante através de proposta de manutenção de sigilo a ser dirigida ao presidente da

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

CVM, em envelope lacrado, no qual deverá constar a palavra “Confidencial”. Caso a CVM decida pela revelação do ato ou fato relevante, determinará que, imediatamente, o comunique às bolsas de valores e o divulgue publicamente.

Procedimentos para a Não Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia

Tendo em vista seu caráter excepcional, a não divulgação de ato ou fato relevante relacionado à Companhia será objeto de decisão dos Acionistas Controladores ou dos Administradores da Companhia, conforme o caso. Caso o ato ou fato relevante esteja ligado a negociações promovidas pelos Acionistas Controladores e estes decidam por sua não divulgação, deverão os Acionistas Controladores encaminhar comunicação a respeito dirigida ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, por escrito. Entretanto, na hipótese de a informação escapar ao controle ou ocorrendo oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, torna-se obrigatória a divulgação imediata de ato ou fato relevante por meio dos Administradores e Acionistas Controladores de forma direta ou através do Diretor de Relações com Investidores independentemente da decisão dos Administradores e Acionistas Controladores.

Responsabilidade em Caso de Omissão

Caso, diante da comunicação realizada, as pessoas mencionadas neste item constatem a omissão injustificada do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, os mesmos somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o ato ou fato relevante à CVM. Caso haja omissão injustificada do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento do seu dever de comunicação e divulgação de ato ou fato relevante anteriormente não divulgado por decisão dos Administradores ou Acionistas Controladores e, posteriormente, essa mesma informação escape ao controle ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, os Administradores ou Acionistas Controladores somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o ato ou fato relevante à CVM.

Procedimentos de Comunicação de Informações sobre Negociações de Administradores e Pessoas Ligadas

As Pessoas Relacionadas deverão comunicar informações sobre todas as negociações que realizarem com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou ainda com valores mobiliários de emissão de sociedades controladas ou controladoras, de que sejam titulares eles próprios ou as Pessoas Ligadas, bem como as alterações em suas posições e seus planos de negociação periódica, inclusive as subsequentes alterações e o descumprimento de tais planos.

A comunicação deverá ser efetuada pelas pessoas mencionadas acima: (i) imediatamente após a investidura no cargo; e (ii) no prazo máximo de cinco dias corridos após o término do mês em que se verificar alteração das posições por eles detidas, indicando o saldo da posição no período. O Diretor de Relações com Investidores encaminhará todas as informações recebidas à CVM e, se for o caso, à Bolsa de Valores nas quais os valores mobiliários estejam admitindo à negociação, no prazo máximo de dez dias corridos após o término do mês de referência.

Procedimentos de Comunicação e Divulgação sobre Aquisição ou Alienação de Participação Acionária Relevante

Os procedimentos de comunicação e divulgação de informações sobre negociação de valores mobiliários de Assessoria de Relações com Investidores emissão da Companhia, que envolvam participação acionária relevante, previstos nessa Seção, são baseados no artigo 12 da Instrução CVM 358.

Entende-se por participação acionária relevante aquela que corresponda, direta ou indiretamente, a 5% ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia. O dever de divulgação e comunicação aplica-se: aos Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do conselho de administração da Companhia, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, quando os mesmos adquirirem ou alienarem (ou extinguirem) participação acionária relevante, ou direitos sobre participação acionária relevante. A divulgação deverá ser realizada pro meio de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia ou, ainda, pela publicação de forma resumida nesses jornais com indicação do endereço na Internet.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

Estará igualmente obrigada à divulgação das mesmas informações a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária relevante igual ou superior ao percentual referido acima, a cada vez que a referida participação se eleve em 5% da espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia.

A comunicação à CVM deverá ser encaminhada imediatamente após ser alcançada a participação relevante mencionada nesta Seção.

A versão integral da Política de Divulgação de Informações da Companhia está disponível no website da CVM e da Companhia: <http://www.cvm.gov.br> e <http://ri.cemig.com.br>, respectivamente.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

Diretor de Relações com Investidores.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.